

Código do IRS

Aprovado pelo Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro.

O presente diploma entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1989.

A presente versão, aquando da sua realização, teve por base a republicação efectuada pelo Decreto-Lei nº 198/2001, de 3 de Julho, contemplando, ainda, todas as alterações aprovadas após a referida republicação e levadas a cabo pelos seguintes diplomas:

- Rectificação nº 14-C/2001, de 31 de Julho;
 - Lei nº 85/2001, de 4 de Agosto;
- Decreto-Lei nº 221/2001, de 7 de Agosto;
 - Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro;
 - Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio;
 - Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro;
 - Decreto-Lei nº 80/2003, de 23 de Abril.

As posteriores alterações estão inseridas no próprio articulado.

Última alteração: Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Gerado automaticamente em 10-Jan-2012 referente a 30-Dez-2011 a partir do LegiX.
Não dispensa a consulta do Diário da República.

Índice

DL 442-A/88	4
PREÂMBULO	9
CAPÍTULO I – Incidência	20
SECÇÃO I – Incidência real	20
SECÇÃO II – Incidência pessoal	37
CAPÍTULO II – Determinação do rendimento colectável	46
SECÇÃO I – Regras gerais	46
SECÇÃO II – Rendimentos do trabalho	49
SECÇÃO III – Rendimentos empresariais e profissionais	51
SECÇÃO IV – Rendimentos de capitais	58
SECÇÃO V – Rendimentos prediais	60
SECÇÃO VI – Incrementos patrimoniais	60
SECÇÃO VII – Pensões	65
SECÇÃO VIII – Dedução de perdas	66
SECÇÃO IX – Abatimentos	68
SECÇÃO X – Processo de determinação do rendimento colectável	68
CAPÍTULO III – Taxas	72
CAPÍTULO IV – Liquidação	80
CAPÍTULO V – Pagamento	93
CAPÍTULO VI – Obrigações acessórias	101
CAPÍTULO VII – Fiscalização	112
CAPÍTULO VIII – Garantias	114
CAPÍTULO IX – Disposições diversas	115
ANEXO I – Tabela de actividades do artigo 151º	117
Tabelas de retenção	120
Tabela I – Trabalho Dependente – Não Casado	120
Tabela II – Trabalho Dependente – Casado Único Titular	121
Tabela III – Trabalho Dependente – Casado Dois Titulares	122
Tabela IV – Trabalho Dependente – Não Casado – Deficiente	123
Tabela V – Trabalho Dependente – Casado Único Titular – Deficiente	124
Tabela VI – Trabalho Dependente – Casado Dois Titulares – Deficiente	125
Tabela VII – Pensões	126
Tabela VIII – Rendimentos de Pensões – Titulares Deficientes	127
Tabela IX – Rendimentos de Pensões – Titulares Deficientes das Forças Armadas	128
Tabelas de retenção – Açores	128
Tabela I – Trabalho Dependente – Não casado	129
Tabela II – Trabalho Dependente – Casado único titular	130
Tabela III – Trabalho Dependente – Casado dois titulares	131
Tabela IV – Trabalho Dependente – Não casado – Deficiente	132
Tabela V – Trabalho Dependente – Casado único titular – Deficiente	133
Tabela VI – Trabalho Dependente – Casado dois titulares – Deficiente	134
Tabela VII – Pensões	135
Tabela VIII – Rendimentos de pensões – Titulares deficientes	136
Tabela IX – Rendimentos de pensões – Titulares deficientes das Forças Armadas	137
Tabelas de retenção – Madeira	137
Tabela I – Trabalho Dependente – Não casado	138
Tabela II – Trabalho Dependente – Casado único titular	139
Tabela III – Trabalho Dependente – Casado dois titulares	140

Tabela IV – Trabalho Dependente – Não casado – Deficiente	141
Tabela V – Trabalho Dependente – Casado único titular – Deficiente	142
Tabela VI – Trabalho Dependente – Casado dois titulares – Deficiente	143
Tabela VII – Pensões	144
Tabela VIII – Rendimentos de pensões – Titulares deficientes	145
Tabela IX – Rendimentos de pensões – Titulares deficientes das Forças Armadas	146
Modelos e Formulários	146

Código do IRS

DL 442-A/88

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 106/88, de 17 de Setembro e nos termos das alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 201º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Aprovação do Código

É aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), que faz parte integrante deste decreto-lei.

Artigo 2º

Entrada em vigor

O Código do IRS entra em vigor em 1 de Janeiro de 1989.

Artigo 3º

Impostos abolidos

1 – Na data da entrada em vigor do Código são abolidos, relativamente aos sujeitos passivos deste imposto, o imposto profissional, o imposto de capitais, a contribuição industrial, a contribuição predial, o imposto sobre a indústria agrícola, o imposto complementar, o imposto de mais-valias e o imposto do selo constante da verba 134 da Tabela Geral do Imposto do Selo, sem prejuízo de continuar a aplicar-se o correspondente regime aos rendimentos auferidos até àquela data e às respectivas infracções.

2 – Mantêm-se em vigor as disposições que actualmente regulam o registo e o depósito de títulos ao portador.

Artigo 3º-A

Regime transitório de enquadramento dos agentes desportivos

1 – Os agentes desportivos que auferiram rendimentos provenientes da sua actividade desportiva, em virtude de contratos que tenham por objecto a sua prática, poderão optar, relativamente aos rendimentos auferidos em 2003, por um dos seguintes regimes:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

a) Englobamento dos rendimentos auferidos exclusivamente na sua actividade desportiva, profissional ou amadora;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 2/92, de 9 de Março)

b) Tributação autónoma dos rendimentos ilíquidos auferidos exclusivamente na sua actividade desportiva mediante aplicação da taxa e parcela a abater correspondentes a 60% das taxas aplicáveis nos termos do artigo 68º do Código do IRS.

(A presente redacção foi dada Pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

2 – Não beneficiam do disposto no número anterior, nomeadamente, os rendimentos provenientes de publicidade nem os auferidos pelo cônjuge que não seja agente desportivo.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 95/90, de 20 de Março)

3 – Somente é permitida a aplicação do regime instituído no Código do IRS para a dedução dos prémios de seguro no caso de ser feita a opção prevista na alínea a) do nº 1.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 95/90, de 20 de Março)

4 – A retenção sobre rendimentos da Categoria A será efectuada:

a) Mediante a aplicação das tabelas de retenção previstas no Decreto-Lei nº 42/91, de 22 de Janeiro, se for feita a opção prevista na alínea a) do nº 1;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 2/92, de 9 de Março)

b) Mediante a aplicação de uma taxa de 22%, se for feita a opção prevista na alínea b) do nº 1.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

5 – Quando seja feita a opção prevista na alínea b) do nº 1, observar-se-á o seguinte:

a) Ao imposto devido, calculado nos termos gerais, quando exista, adicionar-se-á o imposto calculado nos termos nela previstos;

b) Ao imposto determinado nos termos da parte final da alínea anterior apenas serão deduzidos os pagamentos por conta e as importâncias retidas na fonte que tenham aquela natureza, respeitantes ao mesmo período de tributação.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 95/90, de 20 de Março)

6 – Para efeitos do disposto neste artigo, consideram-se agentes desportivos os praticantes e os árbitros que auferiram rendimentos directamente derivados de uma actividade desportiva, por força de contrato de trabalho, ou em regime de trabalho independente.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 127-B/97, de 20 de Dezembro)

7 – A percentagem a que se refere a alínea b) do nº 1 será incrementada anualmente em 10 pontos percentuais até se atingir o regime de tributação normal.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

Artigo 4º

Regime transitório das categorias C e D

1 – É aplicável ao IRS, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 9º a 15º do Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro.

2 – Os rendimentos da categoria C dos sujeitos passivos que exerçam predominantemente actividade pecuária intensiva serão considerados em 1989 apenas por 40%, em 1990 por 60% e em 1991 por 80% do seu valor.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 95/90, de 20 de Março)

3 – Os rendimentos da categoria B, decorrentes de actividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias, não excluídos de tributação, serão considerados, para efeitos de IRS, apenas por 60%,

70%, 80% e 90% do seu valor, respectivamente nos períodos de tributação que se iniciem em 2001, 2002, 2003 e 2004.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 30-G/2000, de 29 de Dezembro)

4 – Não são considerados para efeitos de tributação os ganhos ou as perdas derivados da alienação onerosa de prédios rústicos afectos a uma actividade agrícola, silvícola ou pecuária, ou da sua transferência para o património particular do empresário, desde que os mesmos tenham sido adquiridos antes da entrada em vigor deste Código e aquela afectação tenha ocorrido antes de 1 de Janeiro de 2001.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

Artigo 5º

Regime transitório do categoria G

1 – Os ganhos que não eram sujeitos ao imposto de mais-valias, criado pelo Código aprovado pelo Decreto-Lei nº 46 373, de 9 de Junho de 1965, bem como os derivados da alienação a título oneroso de prédios rústicos afectos ao exercício de uma actividade agrícola ou da afectação destes a uma actividade comercial ou industrial exercida pelo respectivo proprietário, só ficam sujeitos a IRS se a aquisição dos bens ou direitos a que respeitam tiver sido efectuada depois da entrada em vigor deste Código.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 141/92, de 17 de Julho)

2 – Cabe ao contribuinte a prova de que os bens ou valores foram adquiridos em data anterior à entrada em vigor deste Código, devendo a mesma ser efectuada, quanto aos valores mobiliários, mediante registo nos termos legalmente previstos, depósito em instituição financeira ou outra prova documental adequada e através de qualquer meio de prova legalmente aceite nos restantes casos.

3 – Quando, nos termos dos nºs 8 e 10 do artigo 10º do Código do IRS, haja lugar à valorização das participações sociais recebidas pelo valor das antigas, considera-se, para efeitos do disposto no nº 1, data de aquisição das primeiras a que corresponder à das últimas.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 6/93, de 9 de Janeiro)

Artigo 6º

Reporte de rendimentos

O reporte de rendimentos, quando permitido nos termos do presente Código, só é susceptível de ser exercido relativamente aos anos de vigência do IRS.

Artigo 7º

Obrigações de contabilidade organizada

Para aplicação do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 109º do presente Código, são considerados, para efeitos da respectiva média, os rendimentos líquidos anuais ou os volumes de negócios que, nos anos imediatamente anteriores ao da sua vigência, tenham sido determinados aos sujeitos passivos no imposto profissional e na contribuição industrial ou no imposto sobre a indústria agrícola, consoante os casos.

Artigo 8º

Modelos de impressos

Os modelos de impressos exigidos para dar cumprimento às obrigações impostas pelo Código serão aprovados por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 9º

Recibos e livros

Os recibos modelo nº 2 a que se refere a alínea a) do artigo 8º do Código do Imposto Profissional, bem como os livros de registo exigidos para as actividades sujeitas a imposto profissional, a contribuição industrial e a imposto sobre a indústria agrícola, substituem até final, quando devidamente adaptados, os referidos, respectivamente, nos artigos 107º, 111º e 112º do presente Código.

Artigo 10º

Regime transitório aplicável a Macau

Aos lucros obtidos por pessoas singulares residentes em território português imputáveis a estabelecimento estável situado em Macau é aplicável o regime geral previsto no nº 1 do artigo 15º do Código do IRS, havendo lugar, sendo caso disso, a crédito de imposto nos termos estabelecidos no nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro)

Artigo 11º

Sociedades de simples administração de bens e de profissionais

1 – Não obstante o regime de transparência fiscal estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 5º do Código do IRC, os lucros das sociedades de simples administração de bens, nas condições aí mencionadas, obtidos anteriormente à data da entrada em vigor do mesmo Código, que venham a ser posteriormente a esta colocados à disposição dos respectivos sócios serão considerados, para efeitos de tributação em IRS, rendimentos da categoria E.

2 – O disposto no número anterior é aplicável às sociedades de profissionais cujos sócios estiverem sujeitos à tributação prevista no nº 1 do artigo 6º do Código do Imposto de Capitais.

Artigo 12º

Pagamento de impostos

1 – A contribuição industrial e o imposto sobre a indústria agrícola relativos ao exercício de 1988, de quantitativo igual ou superior a 30 000\$, devidos por sujeitos passivos de IRS serão pagos em três prestações iguais:

- a) Tratando-se de contribuintes do grupo A daqueles impostos, com vencimento nos meses de Junho de 1989 e de Maio de 1990 e de 1991;
- b) Tratando-se de contribuintes do grupo B daqueles impostos, com vencimento nos meses de Outubro de 1989 e de Setembro de 1990 e de 1991;
- c) Tratando-se de contribuintes do grupo C da contribuição industrial, com vencimento nos meses de Agosto de 1989 e de Julho de 1990 e de 1991.

2 – Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, o pagamento da primeira prestação deverá ser efectuado no dia da apresentação da declaração modelo nº 2, mediante conhecimento modelo nº 10, processado em triplicado.

3 – As prestações não referidas no número precedente serão debitadas, para cobrança, ao tesoureiro, até ao dia 15 do mês anterior ao do vencimento da primeira das prestações em dívida.

4 – Aos contribuintes que não efectuem o pagamento referido no nº 2 ou que não apresentem a declaração é aplicável o disposto no artigo 85º do Código da Contribuição Industrial.

5 – Não sendo paga qualquer das prestações ou a totalidade da contribuição ou imposto no mês do vencimento, começarão a correr juros de mora.

6 – Passados 60 dias sobre o vencimento de qualquer prestação sem que se mostre efectuado o respectivo pagamento, haverá lugar a procedimento executivo para arrecadação da totalidade da contribuição ou imposto em dívida, considerando-se, para o efeito, vencidas as prestações ainda não pagas.

7 – Os contribuintes poderão, porém, pagar integralmente a contribuição industrial ou o imposto sobre a indústria agrícola na data do vencimento da primeira prestação, beneficiando neste caso de um desconto de 20%, a que acresce o previsto na alínea a) do artigo 101º do Código da Contribuição Industrial, nos casos por ele abrangidos.

Artigo 13º

Pagamentos por conta

1 – Durante o ano de 1989, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os pagamentos por conta referidos no artigo 95º do Código do IRS serão calculados com base na contribuição industrial e ou no imposto sobre a indústria agrícola que foram ou deveriam ter sido autoliquidados com referência ao exercício de 1988, sem a dedução do imposto de capitais, secção B, que tiver sido efectuada nos termos do artigo 89º do Código da Contribuição Industrial, por força do disposto no seu § 1º, e, bem assim, a do crédito fiscal por investimento estabelecido pelos Decretos-Leis ns. 197-C/86, de 18 de Julho, e 161/86, de 6 de Abril.

2 – Os sujeitos passivos que eram tributados pelos grupos B e C da contribuição industrial e B do imposto sobre a indústria agrícola entregarão por conta a importância correspondente a 50% dos impostos referidos no número anterior, em duas prestações iguais, com vencimento nos meses de Outubro e Dezembro.

3 – Os sujeitos passivos de IRS referidos no artigo 95º do Código que em 1988 apenas tenham auferido rendimentos sujeitos a imposto profissional não efectuarão em 1989 qualquer pagamento por conta.

Artigo 14º

Declaração de inscrição no registo

1 – Os sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos das categorias B, C ou D que, à data da entrada em vigor do presente Código, já constem dos registos da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, por terem apresentado declarações de início de actividade para efeitos de tributação, são dispensados da apresentação da declaração de inscrição a que se refere o artigo 105º daquele Código.

2 – Os sujeitos passivos de IRS que, sendo titulares de rendimentos das categorias B, C ou D, não se encontrem nas condições previstas no número anterior deverão apresentar a declaração de inscrição aí referida até 31 de Março de 1989.

Artigo 15º

Regulamentação da cobrança e reembolsos

O Governo aprovará a legislação complementar necessária à regulamentação da cobrança e

dos reembolsos do IRS.

Artigo 16º

As modificações do Código

As modificações que de futuro se fizerem sobre matéria contida no Código serão consideradas como fazendo parte dele e inseridas no lugar próprio, devendo essas modificações ser sempre efectuadas por meio de substituição dos artigos alterados, supressão dos artigos inúteis ou adiamento dos que forem necessários.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Outubro de 1988. – O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva. – O Ministro das Finanças, Miguel José Ribeiro Cadilhe.

Promulgado em 30 de Novembro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Novembro de 1988.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

PREÂMBULO

1 – Objecto da última reestruturação global no início dos anos 60 – já lá vai o espaço de uma geração –, o nosso sistema de tributação do rendimento mostra-se manifestamente desajustado da realidade económico-social do País, tendo, desde aquela época, evoluído por forma desordenada, com a acentuação de características como a complexidade excessiva, a desigualdade de tratamento entre contribuintes com níveis comparáveis de rendimento, o estreitamento das bases de tributação, o agravamento crescente – só contrariado nos últimos anos – das taxas nominais, com efeitos de desencorajamento do esforço de poupança e da aplicação ao trabalho e de incentivo à evasão, a instabilidade e a falta de coerência interna do regime das diferentes categorias fiscais e a deficiente articulação entre umas e outras.

É a reforma da tributação do rendimento, que há muito se sabe constituir uma das traves mestras da indispensável modernização do País, que agora se empreende, pondo-se termo a uma série de iniciativas sem continuidade que, em certos períodos, chegaram a suscitar descrença quanto à capacidade de reestruturar esta matéria fundamental da organização económica do País, reforma que visa objectivos de eficiência económica e de realização da justiça social e que foi elaborada na perspectiva da simplificação no cumprimento dos deveres tributários.

2 – Em Portugal, a tributação do rendimento, com carácter de generalidade, teve o seu início com a décima militar, criada em 1641 para fazer face às despesas da guerra da Restauração, cujo regime básico foi consolidado no Regimento de 1654.

Abrangendo, à taxa uniforme de 10%, os rendimentos de prédios, capitais, ofícios e rendas, a décima era dividida em categorias, nas quais se encontram as raízes de quase todos os impostos directos periódicos portugueses. Sem embargo das suas óbvias limitações, vistas à luz das exigências de uma fiscalidade moderna, a décima constituiu, pela sua globalidade, um antecedente histórico do imposto único que agora se institui.

Na evolução do sistema fiscal ao longo do século XIX assistiu-se à decomposição do regime da décima e ao aparecimento dos principais impostos cedulares e reais que sobreviveram até aos nossos dias: as contribuições predial e industrial e a décima de juros, que, depois de reestruturada e ampliada na base da sua incidência, veio a dar o imposto de capitais.

Soçobraram, entretanto, as tentativas de criação de impostos visando realizar a tributação global

do rendimento, designadamente as empreendidas em 1845 e 1880.

Foi a reforma fiscal de 1922 que, assente na preocupação de atingir rendimentos reais, criou o nosso primeiro imposto global verdadeiramente pessoal. Mas a categoria fiscal então instituída deparou com dificuldades intransponíveis de aplicação, suscitando-se uma situação geral de incumprimento que apressou a sua substituição pelo imposto complementar – substituição concretizada antes mesmo de introduzida a reforma tributária de 1929, orientada para a tributação de rendimentos normais. O imposto complementar, articulado com o novo quadro de impostos parcelares – incluindo o então criado imposto profissional –, passou a funcionar em relação a estes como tributo de sobreposição.

A reforma da tributação do rendimento realizada entre 1962 e 1965, cujas linhas gerais, ainda que muito adulteradas, foram mantidas até ao presente, não alterou a estrutura dualista do sistema: impostos cedulares ou de produto incidentes sobre as diferentes fontes de rendimento e prescindindo das circunstâncias pessoais dos contribuintes; imposto complementar sobrepondo-se ao conjunto global dos rendimentos já submetidos aos impostos reais e tendo em conta a situação pessoal dos contribuintes. Os esforços do reformador fiscal concentraram-se na tributação dos rendimentos reais e efectivos, especialmente na contribuição industrial e na predial urbana, autonomizando-se da contribuição predial rústica os lucros das explorações agrícolas, objecto do novo imposto sobre a indústria agrícola, o qual veio, no entanto, a manter-se quase sempre suspenso.

3 – A presente remodelação do regime da tributação do rendimento, que se segue à já concretizada substituição do imposto de transacções pelo imposto sobre o valor acrescentado no plano da fiscalidade indirecta, decorre, em primeira linha, da necessidade de ajustar tal regime ao preceituado nesta matéria na lei fundamental, a qual refere o carácter único e progressivo do imposto sobre o rendimento pessoal e impõe a consideração das necessidades e rendimentos do agregado familiar, além de determinar que a tributação das empresas se deve basear no seu rendimento real.

Dentro do quadro assim definido, são agora criados, em substituição do imposto profissional, da contribuição predial, da contribuição industrial, do imposto sobre a indústria agrícola, do imposto de capitais, do imposto complementar e do imposto de mais-valias, o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC).

A inovação básica reside na substituição do actual sistema misto, com preponderância dos elementos cedulares, pela fórmula da tributação unitária, atingindo globalmente os rendimentos individuais, enformadora do modelo ora adoptado para a tributação das pessoas singulares.

À luz das modernas exigências de equidade, a solução unitária é inequivocamente superior quer ao puro sistema cedular, consistindo este em impostos separados e entre si não articulados, incidentes sobre as diferentes fontes de rendimento, quer ao próprio sistema

compósito, resultante, em regra, de evolução operada a partir de uma estrutura originariamente cedular, em que a um esquema de impostos parcelares se sobrepõe uma tributação de segundo grau com carácter global.

Na verdade, só a perspectiva unitária permite a distribuição da carga fiscal segundo um esquema racional de progressividade, em consonância com a capacidade contributiva.

Tal esquema de progressividade tem sido justificado em nome da necessidade de, por via do sistema fiscal, se corrigir a distribuição primária do rendimento que decorre do processo produtivo, de modo a operar uma redistribuição secundária que concorra para definir um padrão de distribuição tido como social e politicamente mais aceitável. Serve, ao mesmo tempo, de factor compensador de aspectos de regressividade contidos em outras áreas do sistema fiscal.

Se é certo que a tomada de consciência dos efeitos de desincentivo das elevadas cargas fiscais associadas aos esquemas de tributação progressiva tem suscitado em numerosos países um movimento no sentido da inflexão da curva ascensional das taxas e da redução do nível da taxa

marginal mais alta, não é menos certo que o princípio da tributação com intensidade crescente à medida que o rendimento se eleva continua a constituir o critério geralmente aceite de ajustamento da carga fiscal à capacidade contributiva.

A introdução da progressividade em estruturas cedulares representa uma tentativa de pessoalização que acarreta inevitáveis e sérias distorções.

Materializada apenas em uma das cédulas, suscita cargas fiscais diferentes para contribuintes com rendimento idêntico, consoante a respectiva fonte se concentre nessa cédula ou se localize em qualquer das demais; operada uma correcção por via da generalização de tabelas de taxas progressivas às diferentes cédulas (a admitir que tal fosse tecnicamente possível), ainda assim subsistiria uma injustificável diferença de tratamento entre os contribuintes cujo rendimento provém de uma só fonte e os titulares de rendimentos de origem múltipla.

Assim, a introdução de uma escala progressiva no imposto profissional, modificando a sua estrutura originária, pode ser apresentada como exemplo do efeito distorcivo referido em primeiro lugar. A verdade é que aos impostos cedulares, por sua natureza, devem corresponder taxas proporcionais, sem embargo de permitirem, pela adopção de taxas diferentes consoante as fontes de rendimento atingidas, uma clara discriminação qualitativa dos rendimentos.

As deduções personalizantes, que os modernos sistemas fiscais consagram em medida mais ou menos ampla, desde a dedução pessoal, correspondente à porção do rendimento que se presume destinar-se a satisfazer as necessidades básicas da vida à dedução dos dependentes e às deduções por despesas pessoais especificadas, também não podem ser inseridas em impostos cedulares sem suscitarem graves distorções. Na verdade, só fazem sentido quando referidas ao rendimento total do contribuinte, porque constituem elemento inseparável da caracterização da sua situação global.

Mesmo nos sistemas de tributação global do rendimento persiste o tratamento diferenciado dos diferentes tipos de rendimento pessoal. Não pode, na verdade, dispensar-se, como operação prévia, a análise ou identificação dos rendimentos segundo as suas diferentes

origens; só depois se procede à síntese dos rendimentos das várias categorias, sujeitando o seu valor agregado a uma única tabela de taxas.

O imposto global «único» comporta, assim, em maior ou menor medida, elementos analíticos que, na perspectiva da passagem dos sistemas cedulares para o do imposto «único», constituem reminiscência do tratamento separado, que no anterior sistema se fazia em cédulas diferenciadas até final.

Torna-se, assim, possível, sem prejuízo do carácter globalizante da tributação, manter acentuadas características analíticas, que vão desde a discriminação qualitativa dos rendimentos por intermédio de deduções específicas em determinada categoria até à consagração da retenção na fonte apenas nas categorias em que este método se mostra tecnicamente possível.

4 – Na realização de reformas fiscais em geral, e de reformas de tributação do rendimento em particular, é usual recomendar-se uma orientação gradualista, invocando-se para tal factores como a grande complexidade dos sistemas, os constrangimentos orçamentais e o peso da possível reacção de grupos de contribuintes mais directamente afectados com as modificações previstas.

A presente reforma não deixa de atender, em numerosos pontos, àquela preocupação de gradualismo, mas rejeita-se sem hesitação que a mesma deva estender-se à implantação da própria morfologia básica do sistema.

Teria talvez sido lógico que à reforma do início dos anos 60, a qual manteve o sistema cedular misto e inovou sobretudo nos métodos de apuramento do rendimento colectável, se houvesse seguido, o mais tardar na década imediata, a passagem a um estágio intermédio, em que o imposto complementar assumisse já a posição de «imposto principal», gravitando, no entanto,

ainda à sua volta os impostos parcelares, como formas de tributação «por conta» e operando por dedução colecta a colecta – porventura comportando-se inicialmente como tributações definitivas, mais adiante tornadas passíveis de restituição caso ultrapassassem a quota resultante da incidência global. O sistema cedular misto passaria, nesta perspectiva, de uma fase com nítido ascendente do elemento cedular para uma outra em que o predomínio da tributação pessoalizante estaria consagrado, faltando, então, dar o último passo pelo apagamento, como categorias fiscais autónomas, dos tributos parcelares.

Não foi esta, porém, a linha. de desenvolvimento da nossa estrutura fiscal. Observou-se, ao invés, um retrocesso no sentido da preponderância dos elementos cedulares, marcada pela introdução da progressividade no âmago das próprias cédulas, num arremedo de pessoalização que, pela forma descoordenada como foi executado, levou inclusivamente à anomalia de inverter a discriminação qualitativa dos rendimentos, visando na origem a protecção da fonte trabalho. E, enquanto os impostos cedulares eram desgarradamente promovidos a factores centrais de tributação, o imposto complementar afundava-se na zona das categorias mais débeis da tabela das receitas fiscais.

A involução para o protótipo cedular, a circunstância de Portugal, em plena fase de integração nas Comunidades Europeias, ser o único país da OCDE a manter a «compartimentação» como característica dominante do seu esquema de tributação do rendimento e as possibilidades que a difusão das modernas tecnologias vieram proporcionar quanto ao tratamento informático das operações e de administração de um sistema mais exigente aconselham a que se proceda, sem mais delongas, à instituição do sistema de tributação global, o qual é, aliás, o consagrado na Constituição de 1976.

Salta-se assim sobre o estágio intermédio do sistema misto com simples reforço da tributação pessoalizante e manutenção dos impostos parcelares «por conta» do principal, assumindo-se frontalmente a tributação unitária do rendimento.

O sistema unificado permite obviar a uma das injustiças mais gritantes a que conduz a fórmula dualista até aqui vigente em Portugal: a concentração nas camadas superiores de estrutura dos rendimentos (as atingidas pelo imposto complementar) de deduções pessoais que só fazem verdadeiramente sentido quando referidas ao rendimento global e da própria dedução especificamente destinada a assegurar o tratamento diferencial dos rendimentos do trabalho.

5 – Na construção do conceito de rendimento tributável, contrapõe-se a concepção da fonte, que leva a tributar o fluxo regular de rendimentos ligados às categorias tradicionais da distribuição funcional (rendimento-produto) à concepção do acréscimo patrimonial, que alarga a base da incidência a todo o aumento do poder aquisitivo, incluindo nela as mais-valias e, de um modo geral, as receitas irregulares e ganhos fortuitos (rendimento-acréscimo).

Em termos práticos, a principal diferença entre as duas concepções reside precisamente no tratamento fiscal das mais-valias, que, não sendo ganhos decorrentes da participação na actividade produtiva, são pela primeira excluídas da incidência do imposto. Ora, razões de justiça recomendam a tributação das mais-valias, que constituem acréscimos de poderes aquisitivos obtidos sem esforço ou pelo acaso da sorte e que, aliás, tendem a concentrar-se nos escalões elevados de rendimento.

À luz dos modernos princípios fiscais, e em particular do princípio da capacidade contributiva, a concepção do acréscimo patrimonial, que conduz a uma definição compreensiva do rendimento tributável, mostra-se superior à visão mais restritiva baseada na fonte do rendimento. E, embora o conceito extensivo de rendimento não seja uma componente essencial do modelo unitário, o certo é que este apela para uma concepção de rendimento tão ampla quanto possível.

Acolheu-se, assim, com maior nitidez do que na anterior reforma (na qual as mais-valias, objecto de uma categoria fiscal autónoma, eram excluídas do âmbito da incidência do imposto complementar) uma concepção tendencialmente ampla de rendimento, incluindo, à semelhança do que

sucede na maioria dos países da CEE, os aumentos inesperados no valor dos bens no quadro das categorias de rendimentos abrangidas pelo imposto único – sem embargo de se lhes conferir um tratamento específico e particularmente benévolo, em atenção à sua não recorrência e à circunstância de constituir novidade a sua inclusão na globalização.

Ainda que tenham sido atentamente examinadas propostas teóricas no sentido de substituir os impostos sobre o rendimento por um imposto sobre a despesa pessoal, cuja base seria o rendimento diminuído da poupança total (base mais restrita do que a admitida da perspectiva do rendimento-acréscimo), julgou-se de excluir tal posição, que não teve até hoje praticamente acolhimento nas legislações fiscais, suscitando, aliás, consideráveis dificuldades no quadro da administração e da coordenação internacional das fiscalidades, para além da sua discutível compatibilidade com o princípio constitucional português da tributação do rendimento e dos problemas de transição a partir de um sistema baseado na concepção tradicional de rendimento.

6 – O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) comporta nove categorias de rendimentos: as seis primeiras correspondem a diferentes fontes ou origens do rendimento-produto, a sétima enquadra as mais-valias e as duas últimas são de natureza residual.

Esta divisão em categorias, aconselhada pela diversidade dos regimes de tributação, especialmente no campo da determinação do rendimento e dos métodos de percepção do imposto, não prejudica o tratamento unitário da matéria colectável, reflectido basicamente na aplicação de uma única tabela de taxas progressivas.

Assim se procura harmonizar a concepção da tributação pessoal, própria do sistema unitário, com a atenção que não pode deixar de prestar-se às particularidades relevantes das diferentes categorias de rendimentos. Por exemplo, nem os rendimentos do trabalho deverão ser tratados como os rendimentos de capitais nem os rendimentos de actividade comercial e industrial obedecem a regras idênticas às aplicáveis aos rendimentos prediais. Daí que seja inevitável, independentemente da unicidade tributária que ora se visa, a persistência de várias categorias de rendimentos.

7 – As categorias A e B respeitam aos rendimentos do trabalho. Optou-se pela criação de duas categorias distintas para o trabalho dependente e independente, respectivamente, com regras próprias em matéria de incidência, determinação da matéria colectável e liquidação, prevendo-se uma dedução especial para os rendimentos da primeira destas categorias.

No que respeita à incidência, manteve-se a amplitude do conceito de rendimento do trabalho dependente, tal como resulta da legislação agora substituída.

Procedeu-se a uma formulação conceptual mais rigorosa do trabalho independente, em face da dificuldade da delimitação de fronteira dessa categoria de rendimentos, tendo-se elaborado uma lista de actividades susceptíveis de serem exercidas por conta própria, embora diferente da tabela anexa ao Código do Imposto Profissional.

Tributam-se como rendimentos imputáveis ao trabalho independente os direitos de autor sobre obras intelectuais e os rendimentos resultantes da concessão ou cedência temporária de patentes de invenção, licenças de exploração, modelos, marcas, etc., bem como os percebidos pela transferência de know-how, uns e outros quando auferidos pelos titulares originários.

Inevitavelmente ficará sempre uma margem de indefinição no que concerne à delimitação dos rendimentos do trabalho com os auferidos pelos empresários, e daí que se incluam em sede de rendimentos comerciais e industriais (categoria C) os obtidos em certas actividades situadas em zonas de confluência.

8 – A ideia de que os rendimentos do trabalho deverão ser tributados menos pesadamente do que os provenientes do capital está na base da hierarquização das taxas aplicáveis aos diferentes impostos em sistemas cedulares.

O tradicional argumento em favor da discriminação qualitativa é o da necessidade de o trabalhador constituir um fundo de reserva a partir do seu rendimento corrente, por forma a prolongar,

para além da sua vida activa, a duração do rendimento do trabalho.

O argumento perde força à medida que se instituem esquemas compreensivos de segurança social, já que os rendimentos do trabalho se tornam assim, até certo ponto, fundados; por outro lado, o avolumar da instabilidade e da incerteza das aplicações financeiras instila um factor de precariedade nos correspondentes rendimentos. Esbatem-se, pois, as diferenças entre rendimentos fundados e não fundados.

E não se julgam geralmente atendíveis, no plano analítico, para fundamentar a discriminação qualitativa, outras considerações, como sejam o contraste entre o esforço de ganhar a vida inerente ao trabalho e a «passividade» na obtenção dos rendimentos de capital, a perduração das reservas de valor que estão na base dos rendimentos fundados e a própria circunstância de os rendimentos do capital tenderem a concentrar-se nas camadas superiores da pirâmide dos rendimentos.

Apesar de todas estas dúvidas, crê-se, todavia, que não deve renunciar-se ao propósito, que, tudo indica, a Constituição consagra, de introduzir uma discriminação em proveito dos rendimentos do trabalho. Para isso, porém, não se torna necessário adoptar escalas específicas de taxas, em perspectiva cedular. A discriminação qualitativa é praticável no quadro de um sistema global por via da outorga de uma dedução especial, constituindo, aliás, uma forma sucedânea de um imposto sobre a riqueza (o qual visaria directamente a capacidade contributiva incorporada na riqueza), que, em muitos casos, não é politicamente realizável nem susceptível de ser aplicado com um mínimo de eficácia.

À semelhança do que sucede em numerosos sistemas fiscais estrangeiros, e na esteira da solução consagrada no actual imposto complementar, criou-se uma específica dedução no plano da categoria de rendimentos do trabalho dependente, fixada em termos percentuais, havendo uma limitação para o seu montante máximo – limitação que não atinge, porém, as contribuições obrigatórias para a Segurança Social, cuja dedução integral é permitida.

Análogas razões militam a favor da consagração de um tratamento mais favorável para as pensões, que no sistema fiscal ora substituído se encontravam isentas de impostos parcelares, sofrendo unicamente a tributação global por via do imposto complementar – secção A.

9 – A categoria C engloba os rendimentos das actividades de natureza comercial e industrial – naturalmente quando auferidos por pessoas singulares.

As regras de determinação da matéria colectável nesta categoria seguirão, no essencial, a regulamentação estabelecida no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas para o apuramento do lucro tributável.

Os rendimentos agrícolas integram a categoria D, considerando-se como tais os respeitantes ao exercício de actividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias.

A autonomia dessa categoria de rendimento deve-se à necessidade de regras próprias para a determinação da matéria colectável.

Assim, o cálculo dos resultados das explorações silvícolas, embora também feito, em princípio, de acordo com as regras que são aplicáveis à determinação dos resultados das empresas comerciais ou industriais, deverá, em alguns aspectos, obedecer a regras específicas, como é o caso dos rendimentos de carácter plurianual, que se revelam muitas vezes de forma irregular.

Deve referir-se ainda que, com vista a permitir uma aplicação gradual do novo sistema fiscal aos rendimentos das actividades agrícolas, se excluíram da tributação tais rendimentos quando auferidos por pequenos agricultores nos cinco primeiros anos de vigência do Código e se previu, quanto aos restantes, que sejam englobados, durante o mesmo período, apenas em 40% do seu valor.

10 – Na tributação dos rendimentos de capitais (categoria E) têm particular relevância os juros e os lucros derivados de participações de capital. Mas a par desses rendimentos são incluídas

nessa categoria as royalties derivadas da propriedade intelectual ou industrial e do know-how, desde que não sejam auferidas pelo titular originário, bem como os rendimentos da prestação de assistência técnica e da cedência do uso do equipamento agrícola, comercial, industrial e científico.

Tal consideração resultou não apenas da natureza dos rendimentos, mas também de exigências de ordem pragmática, associadas ao sentido predominante dos respectivos fluxos no domínio internacional.

Nesta categoria deixa de relevar a distinção baseada na aplicação ou não do regime de retenção na fonte, da qual decorria a existência de duas secções do imposto de capitais.

Ainda uma referência à orientação adoptada no que respeita aos rendimentos de títulos ao portador e aos juros de depósitos bancários, em face do regime de anonimato existente. Considerou-se conveniente prever, nestes casos, a aplicação de taxas liberatórias, com a possibilidade de opção pela globalização, caso o contribuinte se disponha a revelar os rendimentos auferidos.

A tributação processa-se por retenção na fonte, liberando da obrigação de imposto, à taxa de 20% para os juros de depósitos e à taxa de 25% para os rendimentos de títulos – solução que se uniformizou para os títulos ao portador e títulos nominativos.

11 – No domínio dos rendimentos prediais (categoria F), incluem-se na base de incidência apenas os rendimentos efectivamente percebidos dos prédios arrendados, tanto urbanos como rústicos, e não já, como acontecia no sistema da contribuição predial, o valor locativo ou a renda fundiária dos prédios não arrendados, pois se visa tributar apenas os rendimentos realmente auferidos.

Tributam-se ainda os rendimentos decorrentes da cessão de exploração de estabelecimentos comerciais ou industriais.

Concomitantemente, é criada uma contribuição autárquica sobre o valor patrimonial dos prédios rústicos e urbanos, devida pelos seus proprietários, sendo a colecta desta deduzida à colecta do IRS, na parte proporcional aos rendimentos englobados de prédios e até ao montante desta.

Para além dessa dedução, também se prevê nesta categoria de rendimentos a dedução de todas as despesas referentes aos prédios e não apenas os encargos presumidos previstos no actual regime da contribuição predial.

12 – Outra categoria – a categoria G – é constituída pelas mais-valias.

Houve que optar entre um enunciado taxativo das mais-valias tributáveis e uma definição genérica de ganhos de capital. A primeira solução, permitindo evitar dificuldades de aplicação e rupturas com o sistema actual, em que o imposto de mais-valias incide sobre situações tipificadas, foi considerada preferível, sem embargo de se inovar quanto ao âmbito de incidência.

Tratando-se de rendimentos excepcionais, foi ponderado o regime tributário adequado em face da excessiva gravosidade que a tributação englobada poderia gerar, prevendo-se, para esta categoria, um específico regime de tributação, envolvendo uma substancial dedução à matéria colectável.

Alarga-se a tributação a ganhos não sujeitos ao actual imposto de mais-valias, tais como os gerados pela transmissão onerosa de qualquer forma de propriedade imóvel.

Também se consagra a tributação dos ganhos pela transmissão onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários – solução que foi, no entanto, ajustada em função do objectivo da política de desenvolvimento do mercado financeiro, fixando-se, para este caso, uma taxa liberatória de 10%, mas com a possibilidade de o sujeito passivo optar pelo englobamento.

Mantém-se a tributação da cessão do arrendamento de locais afectos ao exercício de actividades profissionais independentes, mas alarga-se o seu âmbito tributando as mais-valias resultantes da cessão de bens afectos de forma duradoura aquele exercício.

Contrariamente, deixam de se enquadrar nesta categoria as mais-valias resultantes da alienação de bens do activo imobilizado das empresas, por se afigurar tecnicamente mais correcto tratá-las, para efeitos tributários, como rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas.

13 – A categoria H diz respeito às pensões e a categoria I a «outros rendimentos», integrando-se nesta os ganhos de jogo, lotarias e apostas mútuas, com a correspondente abolição da tributação em imposto do selo. Em ambas as categorias, embora por razões e em termos distintos, é consagrado um regime de tributação especial.

14 – Foi ponderado o regime da comunicabilidade entre as categorias, no tocante às perdas eventualmente suportadas em cada uma delas.

A lógica pura do imposto único implicaria o apuramento da situação global do contribuinte, por soma algébrica dos rendimentos líquidos obtidos nas diferentes categorias, influenciando neste apuramento as perdas eventualmente verificadas numa ou em várias.

Todavia, a comunicabilidade sem restrições entre as várias categorias poderia acarretar significativa baixa de receita.

Entendeu-se, por isso, prudente excluir a comunicabilidade das perdas suportadas nas categorias dos rendimentos do trabalho independente, dos comerciais, industriais e agrícolas e das mais-valias.

Tal incomunicabilidade não obsta, todavia, a que se haja previsto, naquelas categorias, o reporte das perdas a anos futuros.

15 – Não deixou de ser considerado, em articulação com o regime do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, o problema da «dupla tributação económica» dos lucros colocados à disposição dos sócios, adoptando-se uma orientação de atenuação daquela dupla tributação, em atenção à necessidade de desenvolvimento do mercado financeiro, e de tornar mais eficiente a afectação dos recursos. Consagrou-se, assim, um sistema de integração parcial, sob a forma de um «crédito de imposto» atribuído aos titulares dos lucros distribuídos por pessoas colectivas, de valor igual a 20% do IRC correspondente.

16 – Sem embargo de se reconhecer a necessidade de se atenuarem as distorções do sistema fiscal decorrentes da inflação, não se consagra o recurso, em geral, a esquemas de indexação automática, porquanto poderia suscitar acrescidas expectativas inflacionistas, particularmente indesejáveis no actual contexto de moderação do ritmo ascensional dos preços.

Não estando, naturalmente, excluída a prática de ajustamentos ocasionais, cabe ao legislador julgar em cada momento da oportunidade da introdução de tais ajustamentos. No respeitante às mais e menos-valias, porém, observados certos requisitos relativos ao período de detenção dos bens, a correcção monetária foi assegurada, aliás na linha de orientação que já vinha sendo seguida.

17 – Sem embargo da observância dos preceitos constitucionais relativos ao sistema fiscal, e em particular do imperativo de equidade deles decorrente, a reestruturação da tributação do rendimento tem de nortear-se por preocupações de eficiência, de simplicidade e de estabilidade das categorias fiscais a instituir, preocupações que constituem, aliás, uma nota convergente dos esforços reformistas nesta matéria, a que tão grande importância se vem dando nas democracias industriais do nosso tempo.

A moderação das taxas conjugada com o alargamento das bases da tributação – já concretizado em parte através da generalização aos servidores do Estado da situação de contribuintes comuns e da reposição em vigor da tributação dos lucros da exploração agrícola – constituem elementos centrais da reforma da tributação do rendimento.

Anote-se que a tendência para o abrandamento da progressividade das escalas de taxas nominais do imposto sobre o rendimento é hoje mundial.

Dos meados dos anos 70 para cá a taxa marginal mais elevada desta categoria fiscal foi reduzida

em grande número de países, num movimento que, nos últimos anos, tem vindo a generalizar-se e a sofrer visível aceleração.

A adopção de uma escala de taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares caracterizada por uma progressividade branda – a taxa marginal mais elevada é de 40%, precisamente metade da marca atingida há alguns anos atrás no plano do imposto complementar – vai ao encontro da preocupação de contrariar, quanto possível, o efeito negativo do imposto sobre o esforço de trabalho e a formação de capital e a incitação ao desenvolvimento da economia subterrânea.

A solução adoptada não é alheia, porém, à finalidade redistributiva do sistema de tributação do rendimento: o quadro de taxas assegura com nitidez o critério da tributação progressiva, tornado ainda mais saliente mercê da consagração de abatimentos e deduções à colecta, que claramente beneficiam os titulares de baixos níveis de rendimentos.

A exigência de maior equidade inerente à natureza da própria tributação global, em um só grau, do rendimento individual implica que deixem de ser tributados alguns dos estratos de rendimentos mais baixos, até aqui isoladamente apurados nos impostos parcelares.

Por outro lado, o objectivo de simplificação tornou recomendável a adopção de um número reduzido de escalões no sistema do IRS: aos onze escalões do imposto complementar, secção A, desdobrados por duas tabelas distintas e já de si sobrepostos a um número variável de escalões dos impostos parcelares – por coincidência também onze, no caso do imposto profissional – sucede, assim, um sistema unitário comportando apenas cinco escalões.

18 – A presente reforma é também inovadora no que respeita à tributação do agregado familiar.

A conjugação da progressividade das taxas com o apuramento do imposto em função do somatório dos rendimentos dos cônjuges origina uma situação discriminatória em relação à dos rendimentos separadamente imputados a cada contribuinte individual, suscitando a necessidade de introdução de dispositivos neutralizadores desse efeito, desde o estabelecimento de tabelas distintas de taxas para os contribuintes casados e para os contribuintes não casados, até aos métodos de fraccionamento ou divisão dos rendimentos («quociente conjugal» ou splitting e «quociente familiar») ou ao recurso a deduções ampliadas com vista a compensar o excesso de tributação.

No regime do imposto complementar, a penalização do agregado familiar assente no casamento, resultante do englobamento dos rendimentos auferidos pelos respectivos membros, foi atenuada (mas não eliminada), mercê da aplicação de uma tabela de taxas com progressividade menos acentuada do que a estabelecida para os contribuintes não casados.

Não se afigurou de admitir, em face do imperativo de simplificação já mencionado, a introdução no imposto único sobre o rendimento da dupla escala de taxas (para contribuintes casados e não separados e para contribuintes solteiros ou separados), sistema que, aliás, na prática, não proporciona solução adequada ao problema da discriminação contra a família e complicaria o funcionamento do regime de retenção na fonte, aplicado a amplas categorias de rendimentos.

Também o método de compensação por via da ampliação das deduções consentidas, pelas desigualdades que em certos casos pode produzir, não se apresenta como a melhor solução.

Há, assim, que pôr termo, de outro modo, à sobretributação do agregado familiar, que em tempos se aceitava com base em invocadas mas não quantificadas economias de escala, alinhando o sistema português pela tendência observada mundialmente, que aponta para regimes de tributação separada dos membros do agregado familiar ou para o englobamento com divido.

A tributação conjunta foi posta de lado pela Dinamarca em 1970, pela Suécia em 1971, pela Áustria e pela Holanda em 1973, pela Itália e pela Finlândia em 1976. Em certos países proporcionaram-se regimes de opção pela tributação separada (casos do Reino Unido em 1972, da Bélgica em 1975 e da Irlanda em 1980), ou adoptou-se como sistema comum o da divisão

do rendimento (tradicionalmente praticado na República Federal da Alemanha e nos Estados Unidos e, sob forma do «quociente familiar», em França e no Luxemburgo).

Embora possa admitir-se que a referência constitucional à consideração dos rendimentos do agregado familiar não é impeditiva da consagração da fórmula da tributação separada, reconhece-se existirem algumas dúvidas quanto à bondade da solução, a qual representaria, nas presentes circunstâncias, uma mudança demasiado radical, e suscitaria dificuldades em face de regimes matrimoniais resultantes de situações de comunhão de bens.

Sem se ignorar a importância da corrente, que se observa no plano mundial, no sentido da tributação separada, e a força do argumento da intimidade de cada um dos cônjuges nos seus assuntos fiscais, considerou-se conveniente manter a orientação, que mais de perto se afigura corresponder à caracterização do imposto único na lei fundamental, de tomar como critério de base a tributação do agregado familiar. Mas o reconhecimento de que, aplicado sem ajustamentos, este sistema conduziria à penalização da família – estrutura social que se pretende, ao invés, acalentar, como decorre do próprio imperativo constitucional – levou à consagração de um dos métodos de correcção atrás considerados: o sistema de englobamento com divisão, não segundo a técnica do quociente familiar (que beneficia as famílias mais numerosas, em aplicação de critérios discutíveis sob o ponto de vista da justiça fiscal), mas segundo a técnica do quociente conjugal ou splitting (que restringe a divisão do total dos rendimentos familiares aos dois membros a quem incumbe a direcção do agregado).

Embora se reconheça que nenhuma das soluções possíveis é isenta de aspectos negativos, optou-se pelo sistema de splitting, por considerações de justiça fiscal (atenuação da progressividade resultante do englobamento dos rendimentos), de respeito por uma posição de igualdade dos cônjuges (que contribuem, qualquer que seja o regime matrimonial de bens, para a conservação e valorização do património familiar) e de aproximação no tratamento dos agregados familiares assentes no casamento e de uniões de facto, em que a tributação será naturalmente separada.

No caso especial de a totalidade ou quase totalidade do rendimento englobado ser auferido por um dos cônjuges, em lugar da divisão por 2, inerente à forma pura de splitting, foi fixado um factor ligeiramente inferior.

Atende-se ao número de componentes da família através do regime, já consagrado entre nós, das deduções correspondentes a cada membro do agregado familiar.

19 – Como já foi referido, o aspecto central da reforma é a simplificação da tributação do rendimento, avultando aqui a preocupação de assegurar maior comodidade dos contribuintes no cumprimento das suas obrigações.

Só por si, a unicidade do imposto torna possível a cada contribuinte englobar numa única declaração anual os rendimentos de todas as categorias.

E, para além dos pontos ligados à vertente administrativa da reforma, como é o caso da utilização de meios informáticos destinados a facilitar a liquidação e pagamento, prevê o Código dispositivos que vêm ao encontro da necessidade de reduzir ao mínimo os contactos pessoais, não raro desgastantes, entre o contribuinte e a Administração, designadamente pela colaboração dos correios e do sistema bancário, quer na fase da entrega das declarações, quer na do pagamento do imposto.

Também é consagrada a ampliação do sistema de retenção na fonte, correntemente praticado entre nós para rendimentos do trabalho dependente e da aplicação de capitais.

Previu-se ainda a adopção de um esquema de pagamentos por conta com base em liquidações provisórias, permitindo uma maior aproximação com o momento da percepção dos rendimentos e consequente obtenção regular das receitas fiscais, e facilitando o desdobramento do pagamento em parcelas escalonadas no tempo.

Ainda no sentido de tornar mais fácil e cómodo o cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes, instituiu-se a autoliquidação do imposto.

20 – Tendo sido legalmente definido o princípio de que os benefícios fiscais, por representarem excepções às regras de equidade e suscitem a erosão das bases de incidência, deverão ser outorgados apenas em casos excepcionais e rigorosamente justificados, afigurou-se conveniente consagrar a esta matéria um diploma independente, em que se contenham os princípios gerais a que deve obedecer a criação de benefícios e se definam as regras da sua atribuição e reconhecimento administrativo. O sistema do Código não comporta, assim, o capítulo tradicionalmente epigrafado «Isenções», compreendendo um capítulo inicial em que se contém a matéria da incidência, sete capítulos consagrados respectivamente à determinação do rendimento colectável, taxas, liquidação, pagamento, obrigações acessórias, fiscalização, garantias e um último contendo disposições diversas.

Também não se integrou no Código a matéria habitualmente tratada em capítulo próprio epigrafado «Penalidades», já que se afigurou conveniente consagrar um diploma autónomo à tipificação e sancionamento das infracções às normas reguladoras dos novos impostos sobre o rendimento, com extensão às outras categorias fiscais já existentes, feitas as necessárias adaptações.

21 – No que respeita às garantias dos contribuintes, o Código representa um considerável alargamento das até agora existentes, pois, para além de, na decorrência do princípio expresso no nº 2 do artigo 268º da Constituição, assegurar que, sempre que a administração fiscal altere os rendimentos declarados ou, na falta de declaração, proceda à respectiva fixação, serão os interessados notificados dessa decisão, com indicação dos seus fundamentos, a fim de poderem requerer a revisão administrativa ou a impugnação judicial dessa mesma decisão, nos termos do Código de Processo das Contribuições e Impostos, que estabelece diversas outras regras fundamentais.

Assim, não só se limitou significativamente o recurso a presunções e se eliminou a possibilidade de a administração fiscal se servir de critérios de razoabilidade para definir o limite de deduções ou encargos, como se estabeleceu que a base da determinação do rendimento colectável é a declaração do contribuinte, só podendo proceder-se à fixação administrativa desse rendimento na falta de tal declaração, quando os rendimentos declarados não correspondam aos reais ou se afastem dos presumidos na lei ou haja necessidade de utilizar métodos indiciários.

Garantia de especial relevância é ainda a que decorre do alargamento de âmbito do recurso contencioso que agora se consagra, ao admitir-se expressamente que nele passe a poder ser invocada qualquer ilegalidade praticada na determinação do rendimento colectável, bem como a errónea quantificação deste.

22 – Espera-se que o alargamento das bases de incidência, designadamente pela redução do campo dos incentivos fiscais, o melhor cumprimento dos deveres fiscais e sobretudo a aceleração da expansão económica, para que contribuirá a existência de um sistema fiscal dotado de coerência e credibilidade, proporcionem uma perspectiva de estabilidade do nível de receitas.

Não constitui, na verdade, específico objectivo da reforma da tributação do rendimento o aumento do nível da fiscalidade, medido em termos de relação entre as receitas dos impostos e o produto interno – nível que já atinge expressão apreciável em atenção ao grau de desenvolvimento económico do País.

Mas, se outras razões não existissem, designadamente a necessidade de salvaguardar a posição do erário, a própria desproporção existente entre o peso dos impostos indirectos e o dos impostos directos, com a imagem de regressividade do sistema que dela se extrai, desaconselharia a que, no âmbito da reforma, se visasse o decréscimo do nível da fiscalidade directa.

23 – A publicação dos diplomas reguladores das novas categorias no domínio da tributação do rendimento e legislação complementar, incluindo a relativa à revisão do quadro das finanças

locais, fica, sem dúvida, a marcar o ponto central da profunda remodelação da fiscalidade portuguesa empreendida na segunda metade da década de 80, num período em que, a par da abertura de novas perspectivas de desenvolvimento e de acesso da população a melhores condições de vida, se enfrenta o desafio da internacionalização da economia e, em particular, da participação no mercado interno para que aceleradamente caminha a Europa comunitária.

Está, assim, dado um passo importantíssimo na linha da modernização das nossas estruturas fiscais. Mas para além da fase da concepção dos novos modelos e da elaboração normativa, a prosseguir muito em breve com o ajustamento do regime dos impostos sobre transmissões patrimoniais, torna-se indispensável corresponder aos imperativos de aperfeiçoamento da administração e da justiça fiscais, de renovação das mentalidades quanto ao cumprimento dos deveres tributários e de melhoria do relacionamento entre o Estado e os contribuintes; e é da conjugação de todos estes factores que dependerá, em última análise, o êxito da reforma agora finalmente lançada.

CAPÍTULO I

Incidência

SECÇÃO I

Incidência real

Artigo 1º

Base do imposto

1 – O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) incide sobre o valor anual dos rendimentos das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de actos ilícitos, depois de efectuadas as correspondentes deduções e abatimentos:

- Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente;
- Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais;
- Categoria E – Rendimentos de capitais;
- Categoria F – Rendimentos prediais;
- Categoria G – Incrementos patrimoniais;
- Categoria H – Pensões.

2 – Os rendimentos, quer em dinheiro quer em espécie, ficam sujeitos a tributação, seja qual for o local onde se obtenham, a moeda e a forma por que sejam auferidos.

Artigo 2º

Rendimentos da categoria A

1 – Consideram-se rendimentos do trabalho dependente todas as remunerações pagas ou postas à disposição do seu titular provenientes de:

- a) Trabalho por conta de outrem prestado ao abrigo de contrato individual de trabalho ou de outro a ele legalmente equiparado;
- b) Trabalho prestado ao abrigo de contrato de aquisição de serviços ou outro de idêntica natureza, sob a autoridade e a direcção da pessoa ou entidade que ocupa a posição de

sujeito activo na relação jurídica dele resultante;

c) Exercício de função, serviço ou cargo públicos;

d) Situações de pré-reforma, pré-aposentação ou reserva, com ou sem prestação de trabalho, bem como de prestações atribuídas, não importa a que título, antes de verificados os requisitos exigidos nos regimes obrigatórios de segurança social aplicáveis para a passagem à situação de reforma, ou, mesmo que não subsista o contrato de trabalho, se mostrem subordinadas à condição de serem devidas até que tais requisitos se verifiquem, ainda que, em qualquer dos casos anteriormente previstos, sejam devidas por fundos de pensões ou outras entidades, que se substituam à entidade originariamente devedora.

2 – As remunerações referidas no número anterior compreendem, designadamente, ordenados, salários, vencimentos, gratificações, percentagens, comissões, participações, subsídios ou prémios, senhas de presença, emolumentos, participações em coimas ou multas e outras remunerações acessórias, ainda que periódicas, fixas ou variáveis, de natureza contratual ou não.

3 – Consideram-se ainda rendimentos do trabalho dependente:

a) As remunerações dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas, com excepção dos que neles participem como revisores oficiais de contas;

b) As remunerações acessórias, nelas se compreendendo todos os direitos, benefícios ou regalias não incluídos na remuneração principal que sejam auferidos devido à prestação de trabalho ou em conexão com esta e constituam para o respectivo beneficiário uma vantagem económica, designadamente:

1) Os abonos de família e respectivas prestações complementares, excepto na parte em que não excedam os limites legais estabelecidos;

2)) O subsídio de refeição na parte em que exceder em 20 % o limite legal estabelecido ou em 60 % sempre que o respectivo subsídio seja atribuído através de vales de refeição;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3) As importâncias despendidas, obrigatória ou facultativamente, pela entidade patronal com seguros e operações do ramo «Vida», contribuições para fundos de pensões, fundos de poupança-reforma ou quaisquer regimes complementares de segurança social, desde que constituam direitos adquiridos e individualizados dos respectivos beneficiários, bem como as que, não constituindo direitos adquiridos e individualizados dos respectivos beneficiários, sejam por estes objecto de resgate, adiantamento, remição ou qualquer outra forma de antecipação da correspondente disponibilidade, ou, em qualquer caso, de recebimento em capital, mesmo que estejam reunidos os requisitos exigidos pelos sistemas de segurança social obrigatórios aplicáveis para a passagem à situação de reforma ou esta se tiver verificado;

4) Os subsídios de residência ou equivalentes ou a utilização de casa de habitação fornecida pela entidade patronal;

5) Os resultantes de empréstimos sem juros ou a taxa de juro inferior à de referência para o tipo de operação em causa, concedidos ou suportados pela entidade patronal, com excepção dos que se destinem à aquisição de habitação própria permanente, de valor não superior a 27 000

000\$00 ((euro)134675,43) e cuja taxa não seja inferior a 65% da prevista no nº 2 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 138/98, de 16 de Maio;

6) As importâncias despendidas pela entidade patronal com viagens e estadas, de turismo e similares, não conexas com as funções exercidas pelo trabalhador ao serviço da mesma entidade;

7) Os ganhos derivados de planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente, sobre valores mobiliários ou direitos equiparados, ainda que de natureza ideal, criados em benefício de trabalhadores ou membros de órgãos sociais, incluindo os resultantes da alienação ou liquidação financeira das opções ou direitos ou de renúncia onerosa ao seu exercício, a favor da entidade patronal ou de terceiros, e, bem assim, os resultantes da recompra por essa entidade, mas, em qualquer caso, apenas na parte em que a mesma se revista de carácter remuneratório, dos valores mobiliários ou direitos equiparados, mesmo que os ganhos apenas se materializem após a cessação da relação de trabalho ou de mandato social;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

8) Os rendimentos, em dinheiro ou em espécie, pagos ou colocados à disposição a título de direito a rendimento inerente a valores mobiliários ou direitos equiparados, ainda que estes se revistam de natureza ideal, e, bem assim, a título de valorização patrimonial daqueles valores ou direitos, independentemente do índice utilizado para a respectiva determinação, derivados de planos de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente, criados em benefício de trabalhadores ou membros de órgãos sociais, mesmo que o pagamento ou colocação à disposição ocorra apenas após a cessação da relação de trabalho ou de mandato social;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

9) Os resultantes da utilização pessoal pelo trabalhador ou membro de órgão social de viatura automóvel que gere encargos para a entidade patronal, quando exista acordo escrito entre o trabalhador ou membro do órgão social e a entidade patronal sobre a imputação àquele da referida viatura automóvel;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

10) A aquisição pelo trabalhador ou membro de órgão social, por preço inferior ao valor de mercado, de qualquer viatura que tenha originado encargos para a entidade patronal;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

c) Os abonos para falhas devidos a quem, no seu trabalho, tenha de movimentar numerário, na parte em que excedam 5% da remuneração mensal fixa;

d) As ajudas de custo e as importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio em serviço da entidade patronal, na parte em que ambas excedam os limites legais ou quando não sejam observados os pressupostos da sua atribuição aos servidores do Estado e as verbas para despesas de deslocação, viagens ou representação de que não tenham sido prestadas contas até ao termo do exercício;

e) Quaisquer indemnizações resultantes da constituição, extinção ou modificação de relação jurídica que origine rendimentos do trabalho dependente, incluindo as que respeitem ao incumprimento das condições contratuais ou sejam devidas pela mudança de local de trabalho, sem prejuízo do disposto no nº 4;

f) A quota-parte, acrescida dos descontos para a segurança social que constituam encargos do beneficiário, devida a título de participação nas companhias de pesca aos pescadores que limitem a sua actuação à prestação de trabalho;

g) As gratificações auferidas pela prestação ou em razão da prestação do trabalho, quando não atribuídas pela respectiva entidade patronal.

4 – Quando, por qualquer forma, cessem os contratos subjacentes às situações referidas nas alíneas a), b) e c) do nº 1, mas sem prejuízo do disposto na alínea d) do mesmo número, quanto às prestações que continuem a ser devidas mesmo que o contrato de trabalho não subsista, ou se verifique a cessação das funções de gestor público, administrador ou gerente de pessoa colectiva, bem como de representante de estabelecimento estável de entidade não residente, as importâncias auferidas, a qualquer título, ficam sempre sujeitas a tributação:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) Pela sua totalidade, tratando-se de gestor público, administrador ou gerente de pessoa colectiva, bem como de representante de estabelecimento estável de entidade não residente;

b) Na parte que exceda o valor correspondente ao valor médio das remunerações regulares com carácter de retribuição sujeitas a imposto, auferidas nos últimos 12 meses, multiplicado pelo número de anos ou fracção de antiguidade ou de exercício de funções na entidade devedora, nos demais casos, salvo quando nos 24 meses seguintes seja criado novo vínculo profissional ou empresarial, independentemente da sua natureza, com a mesma entidade, caso em que as importâncias serão tributadas pela totalidade.

5 – Para efeitos do referido no número anterior, considera-se também criado um novo vínculo empresarial quando sejam estabelecidas com a entidade com a qual cessaram as relações laborais, comerciais ou de prestação de serviços, por sociedade ou outra entidade em que, pelo menos, 50 % do seu capital seja detido, isoladamente ou em conjunto com algum dos elementos do respectivo agregado familiar, pelo beneficiário ou por uma pluralidade de beneficiários das importâncias recebidas, excepto se as referidas relações laborais, comerciais ou de prestação de serviços representarem menos de 50 % das vendas ou prestações de serviços efectuadas no exercício.

(Redacção dada pela Lei nº 100/2009, de 7 de Setembro.)

6 – O regime previsto no nº 4 não é aplicável às importâncias relativas aos direitos vencidos durante os referidos contratos ou situações, designadamente remunerações por trabalho prestado, férias, subsídios de férias e de Natal.

7 – As importâncias referidas no nº 4 serão também tributadas pela totalidade quando o sujeito passivo tenha beneficiado, nos últimos cinco anos, da não tributação total ou parcial nele prevista.

8 – Não constituem rendimento tributável:

a) As prestações efectuadas pelas entidades patronais para regimes obrigatórios de segurança social, ainda que de natureza privada, que visem assegurar exclusivamente benefícios em caso de reforma, invalidez ou sobrevivência;

b) Os benefícios imputáveis à utilização e fruição de realizações de utilidade social e de lazer mantidas pela entidade patronal ou previstos no Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de Janeiro, desde que observados os critérios estabelecidos no artigo 40º do Código do IRC;

c) As prestações relacionadas exclusivamente com acções de formação profissional dos trabalhadores, quer estas sejam ministradas pela entidade patronal quer por organismo de direito público ou entidade reconhecida como tendo competência nos domínios da formação e reabilitação profissionais pelos ministérios competentes.

d) As importâncias suportadas pelas entidades patronais com a aquisição de passes sociais a favor dos seus trabalhadores desde que a atribuição dos mesmos tenha carácter geral.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

9 – Para efeitos do disposto no nº 3) da alínea b) do nº 3, consideram-se direitos adquiridos aqueles cujo exercício não depende da manutenção do vínculo laboral, ou como tal considerado para efeitos fiscais, do beneficiário com a respectiva entidade patronal.

10 – Para efeitos deste imposto, considera-se entidade patronal toda aquela que pague ou coloque à disposição remunerações que, nos termos deste artigo, constituam rendimentos de trabalho dependente, sendo a ela equiparada qualquer outra entidade que com ela esteja em relação de domínio ou de grupo, independentemente da respectiva localização geográfica.

11 – Para efeitos da alínea b) do nº 3, consideram-se rendimentos do trabalhador os benefícios ou regalias atribuídos pela entidade patronal a qualquer pessoa do seu agregado familiar ou que a ele esteja ligada por vínculo de parentesco ou afinidade.

12 – Não constituem rendimentos do trabalho dependente os auferidos após a extinção do contrato individual de trabalho, sempre que o titular seja colocado numa situação equivalente à de reforma, segundo o regime de segurança social que lhe seja aplicável.

13 – Para efeitos do nº 10 da alínea b) do nº 3, presume-se que a viatura foi adquirida pelo trabalhador ou membro do órgão social, quando seja registada no seu nome, no de qualquer pessoa que integre o seu agregado familiar ou no de outrem por si indicada, no prazo de dois anos a contar do exercício em que a viatura deixou de originar encargos para a entidade patronal.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio)

14 – Os limites legais previstos neste artigo serão os anualmente fixados para os servidores do Estado.

Artigo 3º

Rendimentos da categoria B

1 – Consideram-se rendimentos empresariais e profissionais:

a) Os decorrentes do exercício de qualquer actividade comercial, industrial, agrícola, silvícola ou pecuária;

b) Os auferidos no exercício, por conta própria, de qualquer actividade de prestação de serviços, incluindo as de carácter científico, artístico ou técnico, qualquer que seja a sua natureza, ainda que conexa com actividades mencionadas na alínea anterior;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

c) Os provenientes da propriedade intelectual ou industrial ou da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, quando auferidos pelo seu titular originário.

2 – Consideram-se ainda rendimentos desta categoria:

- a) Os rendimentos prediais imputáveis a actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- b) Os rendimentos de capitais imputáveis a actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- c) As mais-valias apuradas no âmbito das actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, definidas nos termos do artigo 46º do Código do IRC, designadamente as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afectos ao activo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no nº 1 do artigo 10º, quando imputáveis a actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

- d) As importâncias auferidas, a título de indemnização, conexas com a actividade exercida, nomeadamente a sua redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respectivo exercício;
- e) As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelecimento;
- f) Os subsídios ou subvenções no âmbito do exercício de actividade abrangida na alínea a) do nº 1;
- g) Os subsídios ou subvenções no âmbito do exercício de actividade abrangida na alínea b) do nº 1;
- h) Os provenientes da prática de actos isolados referentes a actividade abrangida na alínea a) do nº 1;
- i) Os provenientes da prática de actos isolados referentes a actividade abrangida na alínea b) do nº 1.

3 – Para efeitos do disposto nas alíneas h) e i) do número anterior, consideram-se rendimentos provenientes de actos isolados os que não resultem de uma prática previsível ou reiterada.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

4 – São excluídos de tributação os rendimentos resultantes de actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias quando o valor dos proveitos ou das receitas, isoladamente ou em cumulação com os rendimentos ilíquidos sujeitos, ainda que isentos, desta ou de outras categorias que devam ser ou tenham sido englobados, não exceda por agregado familiar quatro vezes e meia o valor anual do IAS.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

5 – Para efeitos deste imposto, consideram-se como provenientes da propriedade intelectual os direitos de autor e direitos conexos.

6 – Os rendimentos referidos neste artigo ficam sujeitos a tributação desde o momento em que para efeitos de IVA seja obrigatória a emissão de factura ou documento equivalente ou, não sendo obrigatória a sua emissão, desde o momento do pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 18º do Código do IRC, sempre que o rendimento seja determinado com base na contabilidade.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

Artigo 4º

Actividades comerciais e industriais, agrícolas, silvícolas e pecuárias

1 – Consideram-se actividades comerciais e industriais, designadamente, as seguintes:

- a) Compra e venda;
- b) Fabricação;
- c) Pesca;
- d) Explorações mineiras e outras indústrias extractivas;
- e) Transportes;
- f) Construção civil;
- g) Urbanísticas e exploração de loteamentos;
- h) Actividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas, bem como a venda ou exploração do direito real de habitação periódica;
- i) Agências de viagens e de turismo;
- j) Artesanato;
- l) Actividades agrícolas e pecuárias não conexas com a exploração da terra ou em que esta tenha carácter manifestamente acessório;
- m) Actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias integradas noutras de natureza comercial ou industrial.

2 – Considera-se que a exploração da terra tem carácter manifestamente acessório quando os respectivos custos directos sejam inferiores a 25% dos custos directos totais do conjunto da actividade exercida.

3 – Para efeitos do disposto na alínea m) do nº 1, consideram-se integradas em actividades de natureza comercial ou industrial as agrícolas, silvícolas e pecuárias cujos produtos se destinem a ser utilizados ou consumidos em mais de 60% do seu valor naquelas actividades.

4 – Consideram-se actividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias, designadamente, as seguintes:

- a) As comerciais ou industriais, meramente acessórias ou complementares daquelas, que utilizem, de forma exclusiva, os produtos das próprias explorações agrícolas, silvícolas ou pecuárias;
- b) Caça e a exploração de pastos naturais, água e outros produtos espontâneos, explorados directamente ou por terceiros;
- c) Explorações de marinhas de sal;
- d) Explorações apícolas;
- e) Investigação e obtenção de novas variedades animais e vegetais, dependentes daquelas actividades.

Artigo 5º

Rendimentos da categoria E

1 – Consideram-se rendimentos de capitais os frutos e demais vantagens económicas, qualquer que seja a sua natureza ou denominação, sejam pecuniários ou em espécie, procedentes, directa ou indirectamente, de elementos patrimoniais, bens, direitos ou situações jurídicas, de natureza mobiliária, bem como da respectiva modificação, transmissão ou cessação, com excepção dos ganhos e outros rendimentos tributados noutras categorias.

2 – Os frutos e vantagens económicas referidos no número anterior compreendem, designadamente:

- a) Os juros e outras formas de remuneração decorrentes de contratos de mútuo, abertura de crédito, reporte e outros que proporcionem, a título oneroso, a disponibilidade temporária de dinheiro ou outras coisas fungíveis;
- b) Os juros e outras formas de remuneração derivadas de depósitos à ordem ou a prazo em instituições financeiras, bem como de certificados de depósitos;
- c) Os juros, os prémios de amortização ou de reembolso e as outras formas de remuneração de títulos da dívida pública, obrigações, títulos de participação, certificados de consignação, obrigações de caixa ou outros títulos análogos, emitidos por entidades públicas ou privadas, e demais instrumentos de aplicação financeira, designadamente letras, livranças e outros títulos de crédito negociáveis, enquanto utilizados como tais;
- d) Os juros e outras formas de remuneração de suprimentos, abonos ou adiantamentos de capital feitos pelos sócios à sociedade;
- e) Os juros e outras formas de remuneração devidos pelo facto de os sócios não levantarem os lucros ou remunerações colocados à sua disposição;
- f) O saldo dos juros apurado em contrato de conta corrente;
- g) Os juros ou quaisquer acréscimos de crédito pecuniário resultantes da dilação do respectivo vencimento ou de mora no seu pagamento, sejam legais sejam contratuais, com excepção dos juros devidos ao Estado ou a outros entes públicos por atraso na liquidação ou mora no pagamento de quaisquer contribuições, impostos ou taxas e dos juros atribuídos no âmbito de uma indemnização não sujeita a tributação nos termos do nº 1 do artigo 12º;

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

- h) Os lucros das entidades sujeitas a IRC colocados à disposição dos respectivos associados ou titulares, incluindo adiantamentos por conta de lucros, com exclusão daqueles a que se refere o artigo 20º;
- i) O valor atribuído aos associados em resultado da partilha que, nos termos do artigo 81º do Código do IRC, seja considerado rendimento de aplicação de capitais, bem como o valor atribuído aos associados na amortização de partes sociais sem redução de capital;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

- j) Os rendimentos das unidades de participação em fundos de investimento;
- l) Os rendimentos auferidos pelo associado na associação em participação e na associação à quota, bem como, nesta última, os rendimentos referidos nas alíneas h) e i) auferidos pelo associante depois de descontada a prestação por si devida ao associado;
- m) Os rendimentos provenientes de contratos que tenham por objecto a cessão ou utilização temporária de direitos da propriedade intelectual ou industrial ou a prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, quando não auferidos pelo respectivo autor ou titular originário, bem como os derivados de assistência técnica;
- n) Os rendimentos decorrentes do uso ou da concessão do uso de equipamento agrícola e industrial, comercial ou científico, quando não constituam rendimentos prediais, bem como os provenientes da cedência, esporádica ou continuada, de equipamentos e redes informáticas, incluindo transmissão de dados ou disponibilização de capacidade informática instalada em qualquer das suas formas possíveis;
- o) Os juros que não se incluam em outras alíneas deste artigo lançados em quaisquer contas correntes;
- p) Quaisquer outros rendimentos derivados da simples aplicação de capitais;
- q) O ganho decorrente de operações de swaps cambiais, swaps de taxa de juro, swaps de taxa de juro e divisas e de operações cambiais a prazo.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

- r) A remuneração decorrente de certificados que garantam ao titular o direito a receber um valor mínimo superior ao valor de subscrição.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

3 – Consideram-se ainda rendimentos de capitais a diferença positiva entre os montantes pagos a título de resgate, adiantamento ou vencimento de seguros e operações do ramo 'Vida' e os respectivos prémios pagos ou importâncias investidas, bem como a diferença positiva entre os montantes pagos a título de resgate, remição ou outra forma de antecipação de disponibilidade por fundos de pensões ou no âmbito de outros regimes complementares de segurança social, incluindo os disponibilizados por associações mutualistas, e as respectivas contribuições pagas, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes, quando o montante dos prémios, importâncias ou contribuições pagos na primeira metade da vigência dos contratos representar pelo menos 35 % da totalidade daqueles:

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 292/2009, de 13 de Outubro, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2009.)

- a) São excluídos da tributação um quinto do rendimento, se o resgate, adiantamento, remição ou outra forma de antecipação de disponibilidade, bem como o vencimento, ocorrerem após cinco e antes de oito anos de vigência do contrato;
- b) São excluídos da tributação três quintos do rendimento, se o resgate, adiantamento, remição ou outra forma de antecipação de disponibilidade, bem como o vencimento, ocorrerem depois dos primeiros oito anos de vigência do contrato.

4 – Para efeitos da alínea b) do nº 2, consideram-se remunerações derivadas de depósitos à ordem ou a prazo os ganhos, seja qual for a designação que as partes lhe atribuam, resultantes de contratos celebrados por instituições de crédito que titulam um depósito em numerário, a sua absoluta ou relativa indisponibilidade durante o prazo contratual e a garantia de rentabilidade assegurada, independentemente de esta se reportar ao câmbio da moeda.

5 – Para efeitos da alínea c) do nº 2, compreendem-se nos rendimentos de capitais o quantitativo dos juros contáveis desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento, até à data em que ocorra alguma transmissão dos respectivos títulos, bem como a diferença, pela parte correspondente àqueles períodos, entre o valor de reembolso e o preço de emissão, no caso de títulos cuja remuneração seja constituída, total ou parcialmente, por essa diferença.

6 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, nos casos previstos na alínea q) do nº 2, o ganho sujeito a imposto é constituído:

a) Tratando-se de swaps cambiais ou de operações cambiais a prazo, pela diferença positiva entre a taxa de câmbio acordada para a venda ou compra na data futura e a taxa de câmbio à vista verificada no dia da celebração do contrato para o mesmo par de moedas;

b) Tratando-se de swaps de taxa de juro ou de taxa de juro e divisas, pela diferença positiva entre os juros e, bem assim, no segundo caso, pelos ganhos cambiais respeitantes aos capitais trocados.

7 – Havendo lugar à cessão ou anulação de um swap ou de uma operação cambial a prazo, com pagamento e recebimento de valores de regularização, os ganhos respectivos constituem rendimento para efeitos da alínea q) do nº 2.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

8 – Estando em causa instrumentos financeiros derivados, o disposto no nº 10 do artigo 49º do Código do IRC é aplicável, com as necessárias adaptações, para efeitos de IRS.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

9 – No caso de cessões de crédito previstas na alínea a) do nº 2, o rendimento sujeito a imposto é constituído pela diferença positiva entre o valor da cessão e o valor nominal do crédito.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

10 – (Revogado.)

(Redacção revogada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

Artigo 6º

Presunções relativas a rendimentos da categoria E

1 – Presume-se que as letras e livranças resultam de contratos de mútuo quando não provenham de transacções comerciais, entendendo-se que assim sucede quando o credor originário não for comerciante.

2 – Presume-se que os mútuos e as aberturas de crédito referidos na alínea a) do nº 2 do artigo anterior são remunerados, entendendo-se que o juro começa a vencer-se nos mútuos a partir da data do contrato e nas aberturas de crédito desde a data da sua utilização.

3 – Até prova em contrário, presumem-se mutuados os capitais entregues em depósito não incluídos na alínea b) do nº 2 do artigo anterior e cuja restituição seja garantida por qualquer forma.

4 – Os lançamentos em quaisquer contas correntes dos sócios, escrituradas nas sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, quando não resultem de mútuos, da prestação de trabalho ou do exercício de cargos sociais, presumem-se feitos a título de lucros ou adiantamento dos lucros.

5 – As presunções estabelecidas no presente artigo podem ser ilididas com base em decisão judicial, acto administrativo, declaração do Banco de Portugal ou reconhecimento pela Direcção-Geral dos Impostos.

Artigo 7º

Momento a partir do qual ficam sujeitos a tributação os rendimentos da categoria E

1 – Os rendimentos referidos no artigo 5º ficam sujeitos a tributação desde o momento em que se vencem, se presume o vencimento, são colocados à disposição do seu titular, são liquidados ou desde a data do apuramento do respectivo quantitativo, conforme os casos.

2 – Tratando-se de mútuos, de depósitos e de aberturas de crédito, considera-se que os juros, incluindo os parcialmente presumidos, se vencem na data estipulada, ou, na sua ausência, na data do reembolso do capital, salvo quanto aos juros totalmente presumidos, cujo vencimento se considera ter lugar em 31 de Dezembro de cada ano ou na data do reembolso, se anterior.

3 – Para efeitos do disposto no nº 1, atende-se:

a) Quanto ao nº 2 do artigo 5º:

1) Ao vencimento, para os rendimentos referidos na alínea a), com excepção do reporte, na alínea b) , com excepção dos reembolsos antecipados dos depósitos ou de certificados de depósitos, na alínea c), com excepção dos certificados de consignação, e nas alíneas d), e), g) e q), neste último caso relativamente a juros vencidos durante o decurso da operação;

2) A colocação à disposição, para os rendimentos referidos nas alíneas h), i), j), l) e r), assim como dos certificados de consignação;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

3) Ao apuramento do respectivo quantitativo, para os rendimentos do contrato de reporte, dos juros, no caso de reembolso antecipado dos depósitos ou de certificados de depósitos, e dos referidos nas alíneas f), m), n), o) e p);

4) Sem prejuízo do disposto no nº 1) da presente alínea, ao momento da liquidação da operação para os rendimentos previstos na alínea q);

b) Quanto ao nº 3 do artigo 5º, à colocação dos rendimentos à disposição dos seus titulares ou ao apuramento do respectivo quantitativo quando o titular do direito aos rendimentos opte por recebê-los sob a forma de renda;

c) Quanto ao nº 5 do artigo 5º, à data da transmissão, excepto quando esta se realizar entre sujeitos passivos de IRS e não seja imputável ao exercício de uma actividade empresarial e profissional;

d) Quanto ao nº 7 do artigo 5º, ao apuramento do respectivo quantitativo.

4 – As aberturas de crédito consideram-se utilizadas na totalidade sempre que, segundo as cláusulas do contrato, os levantamentos possam fazer-se independentemente de escritura ou instrumento notarial.

5 – Os juros são contados dia a dia.

Artigo 8º

Rendimentos da categoria F

1 – Consideram-se rendimentos prediais as rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos pagas ou colocadas à disposição dos respectivos titulares.

2 – São havidas como rendas:

- a) As importâncias relativas à cedência do uso do prédio ou de parte dele e aos serviços relacionados com aquela cedência;
- b) As importâncias relativas ao aluguer de maquinismos e mobiliários instalados no imóvel locado;
- c) A diferença, auferida pelo sublocador, entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio;
- d) As importâncias relativas à cedência do uso, total ou parcial, de bens imóveis, para quaisquer fins especiais, designadamente publicidade;
- e) As importâncias relativas à cedência do uso de partes comuns de prédios em regime de propriedade horizontal;
- f) As importâncias relativas à constituição, a título oneroso, de direitos reais de gozo temporários, ainda que vitalícios, sobre prédios rústicos, urbanos ou mistos.

3 – Para efeitos de IRS, considera-se prédio rústico uma parte delimitada do solo e as construções nele existentes que não tenham autonomia económica, prédio urbano qualquer edifício incorporado no solo e os terrenos que lhe sirvam de logradouro e prédio misto o que comporte parte rústica e parte urbana.

4 – Para efeitos do número anterior, considera-se ainda construção todo o bem móvel assente no mesmo local por um período superior a 12 meses.

Artigo 9º

Rendimentos da categoria G

1 – Constituem incrementos patrimoniais, desde que não considerados rendimentos de outras categorias:

- a) As mais-valias, tal como definidas no artigo seguinte;
- b) As indemnizações que visem a reparação de danos não patrimoniais, exceptuadas as fixadas por decisão judicial ou arbitral ou resultantes de acordo homologado judicialmente, de danos emergentes não comprovados e de lucros cessantes, considerando-se neste último caso como tais apenas as que se destinem a ressarcir os benefícios líquidos deixados de obter em consequência da lesão;

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

c) Importâncias auferidas em virtude da assunção de obrigações de não concorrência, independentemente da respectiva fonte ou título;

d) Acréscimos patrimoniais não justificados, determinados nos termos dos artigos 87º, 88º ou 89º-A da Lei Geral Tributária.

2 – (Revogado.)

(Redacção revogada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

3 – São igualmente considerados incrementos patrimoniais aqueles a que se refere o nº 5 do artigo 89º-A da lei geral tributária.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

4 – Os incrementos patrimoniais referidos nas alíneas b) e c) do nº 1 do presente artigo constituem rendimento do ano em que são pagos ou colocados à disposição.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

Artigo 10º

Mais-valias

1 – Constituem mais-valias os ganhos obtidos que, não sendo considerados rendimentos empresariais e profissionais, de capitais ou prediais, resultem de:

a) Alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis e afectação de quaisquer bens do património particular a actividade empresarial e profissional exercida em nome individual pelo seu proprietário;

b) Alienação onerosa de partes sociais, incluindo a sua remição e amortização com redução de capital, e de outros valores mobiliários e, bem assim, o valor atribuído aos associados em resultado da partilha que, nos termos do artigo 81º do Código do IRC, seja considerado como mais-valia;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

c) Alienação onerosa da propriedade intelectual ou industrial ou de experiência adquirida no sector comercial, industrial ou científico, quando o transmitente não seja o seu titular originário;

d) Cessão onerosa de posições contratuais ou outros direitos inerentes a contratos relativos a bens imóveis;

e) Operações relativas a instrumentos financeiros derivados, com excepção dos ganhos previstos na alínea q) do nº 2 do artigo 5º.

f) Operações relativas a warrants autónomos, quer o warrant seja objecto de negócio de disposição anteriormente ao exercício ou quer seja exercido, neste último caso independentemente da forma de liquidação.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

g) Operações relativas a certificados que atribuam ao titular o direito a receber um valor de determinado activo subjacente, com excepção das remunerações previstas na alínea r) do nº 2 do artigo 5º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, 30 de Dezembro)

2 – (Revogado)

(Redacção revogada pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

3 – Os ganhos consideram-se obtidos no momento da prática dos actos previstos no nº 1, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:

- a) Nos casos de promessa de compra e venda ou de troca, presume-se que o ganho é obtido logo que verificada a tradição ou posse dos bens ou direitos objecto do contrato;
- b) Nos casos de afectação de quaisquer bens do património particular a actividade empresarial e profissional exercida pelo seu proprietário, o ganho só se considera obtido no momento da ulterior alienação onerosa dos bens em causa ou da ocorrência de outro facto que determine o apuramento de resultados em condições análogas.

4 – O ganho sujeito a IRS é constituído:

- a) Pela diferença entre o valor de realização e o valor de aquisição, líquidos da parte qualificada como rendimento de capitais, sendo caso disso, nos casos previstos nas alíneas a), b) e c) do nº 1;
- b) Pela importância recebida pelo cedente, deduzida do preço por que eventualmente tenha obtido os direitos e bens objecto de cessão, no caso previsto na alínea d) do nº 1;
- c) Pelos rendimentos líquidos, apurados em cada ano, provenientes das operações referidas nas alíneas e) e g) do nº 1;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

d) Pelos rendimentos líquidos, apurados em cada ano, provenientes das operações referidas na alínea f) do nº 1, os quais correspondem, no momento do exercício, à diferença positiva entre o preço de mercado do activo subjacente e o preço de exercício acrescido do prémio do warrant autónomo ou à diferença positiva entre o preço de exercício deduzido do prémio do warrant autónomo e o preço de mercado do activo subjacente, consoante se trate de warrant de compra ou warrant de venda.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

5 – São excluídos da tributação os ganhos provenientes da transmissão onerosa de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, nas seguintes condições:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

a) Se, no prazo de 36 meses contados da data de realização, o valor da realização, deduzido da amortização de eventual empréstimo contraído para a aquisição do imóvel, for reinvestido na aquisição da propriedade de outro imóvel, de terreno para a construção de imóvel, ou na construção, ampliação ou melhoramento de outro imóvel exclusivamente com o mesmo destino situado em território português ou no território de outro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu, desde que, neste último caso, exista intercâmbio de informações em matéria fiscal;

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

b) Se o valor da realização, deduzido da amortização de eventual empréstimo contraído para a aquisição do imóvel, for utilizado no pagamento da aquisição a que se refere a alínea anterior desde que efectuada nos 24 meses anteriores;

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

c) Para os efeitos do disposto na alínea a), o sujeito passivo deverá manifestar a intenção de proceder ao reinvestimento, ainda que parcial, mencionando, na declaração de rendimentos respeitante ao ano da alienação, o valor que tenciona reinvestir;

d) (Revogada)

(A presente redacção foi revogada pelo Decreto-Lei nº 211/2005, de 7 de Dezembro)

6 – Não haverá lugar ao benefício referido no número anterior quando:

a) Tratando-se de reinvestimento na aquisição de outro imóvel, o adquirente o não afecte à sua habitação ou do seu agregado familiar até decorridos seis meses após o termo do prazo em que o reinvestimento deva ser efectuado;

b) Tratando-se de reinvestimento na aquisição de terreno para construção, o adquirente não inicie, excepto por motivo imputável a entidades públicas, a construção até decorridos seis meses após o termo do prazo em que o reinvestimento deva ser efectuado ou não requeira a inscrição do imóvel na matriz até decorridos 24 meses sobre a data de início das obras, devendo, em qualquer caso, afectar o imóvel à sua habitação ou do seu agregado familiar até ao fim do quinto ano seguinte ao da realização;

c) Tratando-se de reinvestimento na construção, ampliação ou melhoramento de imóvel, não sejam iniciadas as obras até decorridos seis meses após o termo do prazo em que o reinvestimento deva ser efectuado ou não seja requerida a inscrição do imóvel ou das alterações na matriz até decorridos 24 meses sobre a data do início das obras, devendo, em qualquer caso, afectar o imóvel à sua habitação ou do seu agregado familiar até ao fim do quinto ano seguinte ao da realização.

7 – No caso de reinvestimento parcial do valor de realização e verificadas as condições estabelecidas no número anterior, o benefício a que se refere o nº 5 respeitará apenas à parte proporcional dos ganhos correspondente ao valor reinvestido.

8 – No caso de se verificar uma permuta de partes sociais nas condições mencionadas no nº 5 do artigo 73º e no nº 2 do artigo 77º do Código do IRC, a atribuição, em resultado dessa permuta, dos títulos representativos do capital social da sociedade adquirente aos sócios da sociedade adquirida não dá lugar a qualquer tributação destes últimos se os mesmos continuarem a valorizar, para efeitos fiscais, as novas partes sociais pelo valor das antigas, determinado de

acordo com o estabelecido neste Código, sem prejuízo da tributação relativa às importâncias em dinheiro que lhes sejam eventualmente atribuídas.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

9 – No caso referido no número anterior observa-se ainda o seguinte:

a) Perdendo o sócio a qualidade de residente em território português antes de decorrido o prazo mencionado na alínea anterior, há lugar à consideração na categoria das mais-valias, para efeitos da tributação respeitante ao ano em que se verificar aquela perda da qualidade de residente, do valor que, por virtude do disposto no nº 8, não foi tributado aquando da permuta de acções, o qual corresponde à diferença entre o valor real das acções recebidas e o valor de aquisição das antigas, determinado de acordo com o estabelecido neste Código;

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 221/2001, de 7 de Agosto)

b) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no nº 10 do artigo 73º do Código do IRC.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

10 – O estabelecido nos nºs 8 e 9 é também aplicável, com as necessárias adaptações, relativamente à atribuição de partes, quotas ou acções, nos casos de fusão ou cisão a que seja aplicável o artigo 74º do Código do IRC.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

11 – Os sujeitos passivos devem declarar a alienação onerosa das acções, bem como a data das respectivas aquisições.

(Redacção dada pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

12 – (Revogado)

(Redacção revogada pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

Artigo 11º

Rendimentos da Categoria H

1 – Consideram-se pensões:

a) As prestações devidas a título de pensões de aposentação ou de reforma, velhice, invalidez ou sobrevivência, bem como outras de idêntica natureza, incluindo os rendimentos referidos no nº 12 do artigo 2º, e ainda as pensões de alimentos;

b) As prestações a cargo de companhias de seguros, fundos de pensões, ou quaisquer outras entidades, devidas no âmbito de regimes complementares de segurança social em razão de contribuições da entidade patronal, e que não sejam consideradas rendimentos do trabalho dependente;

c) As pensões e subvenções não compreendidas nas alíneas anteriores;

d) As rendas temporárias ou vitalícias.

2 – A remição ou qualquer outra forma de antecipação de disponibilidade dos rendimentos previstos no número anterior não lhes modifica a natureza de pensões.

3 – Os rendimentos referidos neste artigo ficam sujeitos a tributação desde que pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares.

Artigo 12º **Delimitação negativa de incidência**

1 – O IRS não incide, salvo quanto às prestações previstas no regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais estabelecido pelo Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, na sua redacção actual, sobre as indemnizações devidas em consequência de lesão corporal, doença ou morte, pagas ou atribuídas, nelas se incluindo as pensões e indemnizações auferidas em resultado do cumprimento do serviço militar:

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

a) Pelo Estado, regiões autónomas ou autarquias locais, bem como qualquer dos seus serviços, estabelecimentos ou organismos, ainda que personalizados, incluindo os institutos públicos e os fundos públicos; ou

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

b) Ao abrigo de contrato de seguro, decisão judicial ou acordo homologado judicialmente;

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

c)(Revogada.)

(Redacção revogada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

d)(Revogada.)

(Redacção revogada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

e) Pelas associações mutualistas.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 292/2009, de 13 de Outubro, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2009.)

2 – Excluem-se deste imposto os prémios literários, artísticos ou científicos, quando não envolvam a cedência, temporária ou definitiva, dos respectivos direitos de autor, desde que atribuídos em concurso, mediante anúncio público em que se definam as respectivas condições de atribuição, não podendo a participação no mesmo sofrer restrições que não se connexionem com a natureza do prémio.

3 – O IRS não incide sobre os rendimentos provenientes do exercício da actividade de profissionais de espectáculos ou desportistas quando esses rendimentos sejam tributados em IRC nos termos da alínea d) do nº 3 do artigo 4º do Código do IRC.

4 – O IRS não incide sobre os montantes respeitantes a subsídios para manutenção, nem sobre os montantes necessários à cobertura de despesas extraordinárias relativas à saúde e educação, pagos ou atribuídos pelos centros regionais de segurança social e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou pelas instituições particulares de solidariedade social em articulação

com aqueles, no âmbito da prestação de acção social de acolhimento familiar e de apoio a idosos, pessoas com deficiências, crianças e jovens, não sendo os correspondentes encargos considerados como custos para efeitos da categoria B.

5 – O IRS não incide sobre:

a) As bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo pelo Comité Olímpico de Portugal ou pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Olímpicos ou Paralímpicos e pela respectiva federação titular do estatuto de utilidade pública desportiva, nos termos do artigo 30º do Decreto-Lei nº 125/95, de 31 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 123/96, de 10 de Agosto;

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

b) As bolsas de formação desportiva, como tal reconhecidas por despacho do Ministro das Finanças e do membro do Governo que tutela o desporto, atribuídas pela respectiva federação titular do estatuto de utilidade pública desportiva aos agentes desportivos não profissionais, nomeadamente praticantes, juízes e árbitros, até ao montante máximo anual correspondente a cinco vezes o valor do IAS;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

c) Os prémios atribuídos aos praticantes de alto rendimento desportivo, bem como aos respectivos treinadores, por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo, como tal reconhecidas por despacho do Ministro das Finanças e do membro do Governo que tutela o desporto, nomeadamente Jogos Olímpicos e Paralímpicos, campeonatos do mundo ou campeonatos da Europa, nos termos do Decreto-Lei nº 125/95, de 31 de Maio, da Portaria nº 393/97, de 17 de Junho e da Portaria nº 211/98, de 3 de Abril.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

6 – O IRS não incide sobre os incrementos patrimoniais provenientes de transmissões gratuitas sujeitas ao imposto do selo, nem sobre os que se encontrem expressamente previstos em norma de delimitação negativa de incidência deste imposto.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

SECÇÃO II

Incidência pessoal

Artigo 13º

Sujeito passivo

1 – Ficam sujeitas a IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos.

2 – Existindo agregado familiar, o imposto é devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, considerando-se como sujeitos passivos aquelas a quem incumbe a sua direcção.

3 – O agregado familiar é constituído por:

- a) Os cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens e os seus dependentes;
- b) Cada um dos cônjuges ou ex-cônjuges, respectivamente, nos casos de separação judicial de pessoas e bens ou de declaração de nulidade, anulação ou dissolução do casamento, e os dependentes a seu cargo;
- c) O pai ou a mãe solteiros e os dependentes a seu cargo;
- d) O adoptante solteiro e os dependentes a seu cargo.

4 – Para efeitos do disposto no número anterior, e desde que devidamente identificados pelo número fiscal de contribuinte na declaração de rendimentos, consideram-se dependentes:

- a) Os filhos, adoptados e enteados, menores não emancipados, bem como os menores sob tutela;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

- b) Os filhos, adoptados e enteados, maiores, bem como aqueles que até à maioridade estiveram sujeitos à tutela de qualquer dos sujeitos a quem incumbe a direcção do agregado familiar, que, não tendo mais de 25 anos nem auferindo anualmente rendimentos superiores ao valor da retribuição mínima mensal garantida, tenham frequentado no ano a que o imposto respeita o 11º ou 12º anos de escolaridade, estabelecimento de ensino médio ou superior;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

- c) Os filhos, adoptados, enteados e os sujeitos a tutela, maiores, inaptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência, quando não auferiram rendimentos superiores ao salário mínimo nacional mais elevado;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

- d) (A presente alínea foi eliminada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

5 – O disposto no número anterior não prejudica a tributação autónoma das pessoas nele referidas, excepto se, tratando-se de filhos, adoptados e enteados, menores não emancipados, bem como de menores sob tutela, a administração dos rendimentos por eles auferidos não lhes pertencer na totalidade.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

6 – Sem prejuízo do disposto no nº 2 do artigo 59º e no nº 9 do artigo 78º, as pessoas referidas nos números anteriores não podem fazer parte de mais do que um agregado familiar nem, integrando um agregado familiar, ser consideradas sujeitos passivos autónomos.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

7 – A situação pessoal e familiar dos sujeitos passivos relevante para efeitos de tributação é aquela que se verificar no último dia do ano a que o imposto respeite.

Artigo 14º

Unões de facto

1 – As pessoas que vivendo em união de facto preencham os pressupostos constantes da lei respectiva, podem optar pelo regime de tributação dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

2 – A aplicação do regime a que se refere o número anterior depende da identidade de domicílio fiscal dos sujeitos passivos durante o período exigido pela lei para verificação dos pressupostos da união de facto e durante o período de tributação, bem como da assinatura, por ambos, da respectiva declaração de rendimentos.

3 – No caso de exercício da opção prevista no nº 1, é aplicável o disposto no nº 2 do artigo 13º, sendo ambos os unidos de facto responsáveis pelo cumprimento das obrigações tributárias.

Artigo 15º

Âmbito da sujeição

1 – Sendo as pessoas residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, incluindo os obtidos fora desse território.

2 – Tratando-se de não residentes, o IRS incide unicamente sobre os rendimentos obtidos em território português.

Artigo 16º

Residência

1 – São residentes em território português as pessoas que, no ano a que respeitam os rendimentos:

- a) Hajam nele permanecido mais de 183 dias, seguidos ou interpolados;
- b) Tendo permanecido por menos tempo, aí disponham, em 31 de Dezembro desse ano, de habitação em condições que façam supor a intenção de a manter e ocupar como residência habitual;
- c) Em 31 de Dezembro, sejam tripulantes de navios ou aeronaves, desde que aqueles estejam ao serviço de entidades com residência, sede ou direcção efectiva nesse território;
- d) Desempenhem no estrangeiro funções ou comissões de carácter público, ao serviço do Estado Português.

2 – São sempre havidas como residentes em território português as pessoas que constituem o agregado familiar, desde que naquele resida qualquer das pessoas a quem incumbe a direcção do mesmo.

3 – A condição de residente resultante da aplicação do disposto no número anterior pode ser afastada pelo cônjuge que não preencha o critério previsto na alínea a) do nº 1, desde que efectue prova da inexistência de uma ligação entre a maior parte das suas actividades económicas e o território português, caso em que é sujeito a tributação como não residente relativamente aos

rendimentos de que seja titular e que se considerem obtidos em território português nos termos do artigo 18º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

4 – Sendo feita a prova referida no número anterior, o cônjuge residente em território português apresenta uma única declaração dos seus próprios rendimentos, da sua parte nos rendimentos comuns e dos rendimentos dos dependentes a seu cargo segundo o regime aplicável às pessoas na situação de separados de facto nos termos do disposto no nº 2 do artigo 59º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

5 – São ainda havidas como residentes em território português as pessoas de nacionalidade portuguesa que deslocalizem a sua residência fiscal para país, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, no ano em que se verifique aquela mudança e nos quatro anos subsequentes, salvo se o interessado provar que a mudança se deve a razões atendíveis, designadamente exercício naquele território de actividade temporária por conta de entidade patronal domiciliada em território português.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

6 – Considera-se que não têm residência habitual em território português os sujeitos passivos que, tornando-se fiscalmente residentes, nomeadamente ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1, não tenham em qualquer dos cinco anos anteriores sido tributados como tal em sede de IRS.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

7 – O sujeito passivo que seja considerado residente não habitual adquire o direito a ser tributado como tal pelo período de 10 anos consecutivos, renováveis, com a inscrição dessa qualidade no registo de contribuintes da Direcção-Geral dos Impostos.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

8 – O gozo do direito a ser tributado como residente não habitual em cada ano do período referido no número anterior requer que o sujeito passivo nele seja considerado residente para efeitos de IRS.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

9 – O sujeito passivo que não tenha gozado do direito referido no número anterior num ou mais anos do período referido no nº 7 pode retomar o gozo do mesmo em qualquer dos anos remanescentes daquele período, contando que nele volte a ser considerado residente para efeitos de IRS.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

Artigo 17º

Residência em Região Autónoma

1 – Para efeitos deste Código, considera-se que no ano a que respeitam os rendimentos as pessoas residentes no território português são residentes numa Região Autónoma quando permaneçam no respectivo território por mais de 183 dias.

2 – Para que se considere que um residente em território português permanece numa Região Autónoma, para efeitos do número anterior, é necessário que nesta se situe a sua residência habitual e aí esteja registado para efeitos fiscais.

3 – Quando não for possível determinar a permanência a que se referem os números anteriores, são considerados residentes no território de uma Região Autónoma os residentes no território português que ali tenham o seu principal centro de interesses, considerando-se como tal o local onde se obtenha a maior parte da base tributável, determinada nos seguintes termos:

- a) Os rendimentos do trabalho consideram-se obtidos no local onde é prestada a actividade;
- b) Os rendimentos empresariais e profissionais consideram-se obtidos no local do estabelecimento ou do exercício habitual da profissão;
- c) Os rendimentos de capitais consideram-se obtidos no local do estabelecimento a que deva imputar-se o pagamento;
- d) Os rendimentos prediais e incrementos patrimoniais provenientes de imóveis consideram-se obtidos no local onde estes se situam;
- e) Os rendimentos de pensões consideram-se obtidos no local onde são pagas ou colocadas à disposição.

4 – São havidas como residentes no território de uma Região Autónoma as pessoas que constituem o agregado familiar, desde que aí se situe o principal centro de interesses, nos termos definidos no número anterior.

Artigo 17º-A

Regime opcional para os residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu

1 – Os sujeitos passivos residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu com o qual exista intercâmbio de informações em matéria fiscal quando sejam titulares de rendimentos das categorias A, B e H, obtidos em território português, que representem, pelo menos, 90% da totalidade dos seus rendimentos totais relativos ao ano em causa, incluindo os obtidos fora deste território, podem optar pela respectiva tributação de acordo com as regras aplicáveis aos sujeitos passivos não casados residentes em território português com as adaptações previstas nos números seguintes.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

2 – Os sujeitos passivos referidos no número anterior, na situação de casados e não separados de pessoas e bens ou que se encontrem em situação idêntica à prevista no artigo 14º, podem optar pelo regime da tributação conjunta dos rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar, aplicável aos sujeitos passivos residentes em território português casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, desde que:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

- a) Ambos os sujeitos passivos sejam residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu;
- b) Os rendimentos das categorias A, B e H obtidos em território português pelos membros do agregado familiar correspondam a, pelo menos, 90% da totalidade dos rendimentos do agregado familiar;
- c) A opção seja formulada por ambos os sujeitos passivos ou pelos respectivos representantes legais.

3 – Exercida a opção prevista nos números anteriores, a taxa do imposto aplicável à totalidade dos rendimentos obtidos em território português que seriam sujeitos a englobamento caso fossem obtidos por sujeitos passivos residentes é:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

- a) No caso da opção prevista no nº 1, a taxa média que, de acordo com a tabela prevista no nº 1 do artigo 68º, corresponder à totalidade do rendimento colectável determinado de acordo com as regras previstas no capítulo II deste Código, sendo tomados em consideração todos os rendimentos do sujeito passivo, incluindo os obtidos fora do território português;
- b) No caso da opção prevista no nº 2, a taxa média que, de acordo com a tabela prevista no nº 1 do artigo 68º e o disposto no artigo 69º, corresponder à totalidade do rendimento colectável determinado de acordo com as regras previstas no capítulo II deste Código, sendo tomados em consideração todos os rendimentos dos membros do agregado familiar, incluindo os obtidos fora do território português.

4 – À colecta apurada e até ao seu montante são deduzidos os montantes previstos no artigo 79º, bem como os previstos nos artigos 82º a 88º relativamente a despesas ou encargos que respeitem aos sujeitos passivos, a pessoas que estejam nas condições previstas no nº 4 do artigo 13º ou ainda, para efeitos da dedução prevista no artigo 84º, aos ascendentes e colaterais até ao 3º grau que não possuam rendimentos superiores ao valor do IAS desde que essas despesas ou encargos não possam ser tidos em consideração no Estado da residência.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

5 – Independentemente do exercício da opção prevista nos números anteriores, os rendimentos obtidos em território português estão sujeitos a retenção na fonte às taxas aplicáveis aos rendimentos auferidos por não residentes, sem prejuízo do disposto em convenção destinada a eliminar a dupla tributação ou de um outro acordo de direito internacional que vincule o Estado Português, com a natureza de pagamento por conta quando respeitem aos rendimentos englobados.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

6 – A opção referida nos números anteriores deve ser efectuada na declaração a que se refere o nº 1 do artigo 57º, a entregar nos prazos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 60º, acompanhada dos documentos que comprovem as condições de que depende a aplicação deste regime.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

7 – A Direcção-Geral dos Impostos pode solicitar aos sujeitos passivos ou aos seus representantes que apresentem, no prazo de 30 dias, os documentos que julgue necessários para assegurar

a correcta aplicação deste regime.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

Artigo 18º

Rendimentos obtidos em território português

(A redacção da presente epígrafe foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro.)

1 – Consideram-se obtidos em território português:

- a) Os rendimentos do trabalho dependente decorrentes de actividades nele exercidas, ou quando tais rendimentos sejam devidos por entidades que nele tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento;
- b) As remunerações dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas e outras entidades, devidas por entidades que nele tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento;
- c) Os rendimentos de trabalho prestado a bordo de navios e aeronaves, desde que os seus beneficiários estejam ao serviço de entidade com residência, sede ou direcção efectiva nesse território;
- d) Os rendimentos provenientes da propriedade intelectual ou industrial, da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector comercial, industrial ou científico, ou do uso ou concessão do uso de equipamento agrícola, comercial ou científico, quando não constituam rendimentos prediais, bem como os derivados de assistência técnica, devidos por entidades que nele tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento;
- e) Os rendimentos de actividades empresariais e profissionais imputáveis a estabelecimento estável nele situado;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

- f) Os rendimentos que não se encontrem previstos na alínea anterior decorrentes de actividades profissionais e de outras prestações de serviços, incluindo as de carácter científico, artístico, técnico e de intermediação na celebração de quaisquer contratos, realizadas ou utilizadas em território português, com excepção das relativas a transportes, telecomunicações e actividades financeiras, desde que devidos por entidades que nele tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

- g) Outros rendimentos de aplicação de capitais devidos por entidades que nele tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

- h) Os rendimentos respeitantes a imóveis nele situados, incluindo as mais-valias resultantes da sua transmissão;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

i) As mais-valias resultantes da transmissão onerosa de partes representativas do capital de entidades com sede ou direcção efectiva em território português, incluindo a sua remição e amortização com redução de capital e, bem assim, o valor atribuído aos associados em resultado da partilha que, nos termos do artigo 81º do Código do IRC, seja considerado como mais-valia, ou de outros valores mobiliários emitidos por entidades que aí tenham sede ou direcção efectiva, ou ainda de partes de capital ou outros valores mobiliários quando, não se verificando essas condições, o pagamento dos respectivos rendimentos seja imputável a estabelecimento estável situado no mesmo território;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

j) As mais-valias resultantes da alienação dos bens referidos na alínea c) do nº 1 do artigo 10º, quando nele tenha sido feito o registo ou praticada formalidade equivalente;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

l) As pensões e os prémios de jogo, lotarias, rifas, totoloto e apostas mútuas, bem como importâncias ou prémios atribuídos em quaisquer sorteios ou concursos, devidos por entidade que nele tenha residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

m) Os rendimentos de actos isolados nele praticados;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

n) Incrementos patrimoniais não compreendidos nas alíneas anteriores, quando neles se situem os bens, direitos ou situações jurídicas a que respeitam, incluindo designadamente os rendimentos provenientes de operações relativas a instrumentos financeiros derivados, devidos por entidades que nele tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável a que deva imputar-se o pagamento.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

o) Os rendimentos derivados do exercício, em território português, da actividade de profissionais de espectáculos ou desportistas, ainda que atribuídos a pessoa diferente.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

2 – Entende-se por estabelecimento estável qualquer instalação fixa ou representação permanente através das quais seja exercida uma das actividades previstas no artigo 3º

3 – É aplicável ao IRS o disposto nos ns. 4 e 5 do artigo 4º e nos ns. 2 a 9 do artigo 5º, ambos do Código do IRC, com as necessárias adaptações.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

Artigo 19º

Contitularidade de rendimentos

Os rendimentos que pertençam em comum a várias pessoas são imputados a estas na proporção das respectivas quotas, que se presumem iguais quando indeterminadas.

Artigo 20º

Imputação especial

1 – Constitui rendimento dos sócios ou membros das entidades referidas no artigo 6º do Código do IRC, que sejam pessoas singulares, o resultante da imputação efectuada nos termos e condições dele constante ou, quando superior, as importâncias que, a título de adiantamento por conta de lucros, tenham sido pagas ou colocadas à disposição durante o ano em causa.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, as respectivas importâncias integram-se como rendimento líquido na categoria B.

3 – Constitui rendimento dos sujeitos passivos de IRS residentes em território português os lucros ou rendimentos obtidos por entidades não residentes em território português e aí submetidos a um regime fiscal claramente mais favorável, no caso em que, nos termos e condições do artigo 66º do Código do IRC, os mesmos detenham, directa ou indirectamente, mesmo que através de mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, pelo menos, 25 % ou 10 % das partes de capital, dos direitos de voto ou dos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais dessas entidades, consoante os casos, aplicando-se para o efeito, com as necessárias adaptações, o regime aí estabelecido.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

4 – Para efeitos do disposto no número anterior, as respectivas importâncias integram-se como rendimento líquido na categoria B, nos casos em que as partes de capital ou os direitos estejam afectos a uma actividade empresarial ou profissional, ou na categoria E, nos restantes casos.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

5 – No caso de ser aplicável a parte final do nº 1, o resultado da imputação efectuada nos anos subsequentes deve ser objecto dos necessários ajustamentos destinados a eliminar qualquer duplicação de tributação dos rendimentos que possa vir a ocorrer.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

Artigo 21º

Substituição tributária

Quando, através de substituição tributária, este Código exigir o pagamento total ou parcial do IRS a pessoa diversa daquela em relação à qual se verificam os respectivos pressupostos, considera-se a substituta, para todos os efeitos legais, como devedor principal do imposto, ressalvado o disposto no artigo 103º.

CAPÍTULO II

Determinação do rendimento colectável

SECÇÃO I

Regras gerais

Artigo 22º

Englobamento

1 – O rendimento colectável em IRS é o que resulta do englobamento dos rendimentos das várias categorias auferidos em cada ano, depois de feitas as deduções e os abatimentos previstos nas secções seguintes.

2 – Nas situações de contitularidade, o englobamento faz-se nos seguintes termos:

- a) Tratando-se de rendimentos da categoria B, cada contitular engloba a parte do rendimento que lhe couber, na proporção das respectivas quotas;
- b) Tratando-se de rendimentos das restantes categorias, cada contitular engloba os rendimentos ilíquidos e as deduções legalmente admitidas, na proporção das respectivas quotas.

3 – Não são englobados para efeitos da sua tributação:

(A redacção do presente nº e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

- a) Os rendimentos auferidos por sujeitos passivos não residentes em território português, sem prejuízo do disposto nos nºs 7 e 8 do artigo 72º;
- b) Os rendimentos referidos nos artigos 71º e 72º auferidos por residentes em território português, sem prejuízo da opção pelo englobamento neles previsto.

4 – Ainda que não englobados para efeito da sua tributação, são sempre incluídos para efeito de determinação da taxa a aplicar aos restantes rendimentos, os rendimentos isentos, quando a lei imponha o respectivo englobamento.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

5 – Quando o sujeito passivo exerça a opção referida no nº 3, fica, por esse facto, obrigado a englobar a totalidade dos rendimentos compreendidos no nº 6 do artigo 71º, no nº 7 do artigo 72º e no nº 7 do artigo 81º.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

6 – Quando o sujeito passivo aufera rendimentos que dêem direito a crédito de imposto por dupla tributação internacional previsto no artigo 81º, os correspondentes rendimentos devem ser considerados pelas respectivas importâncias ilíquidas dos impostos sobre o rendimento pagos no estrangeiro.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

7 – Sempre que a lei imponha o englobamento de rendimentos isentos, observa-se o seguinte:

- a) Os rendimentos isentos são considerados, sem deduções, para efeitos do disposto no artigo 69º, sendo caso disso, e para determinação das taxas a aplicar ao restante rendimento colectável;
- b) Para efeitos da alínea anterior, quando seja de aplicar o disposto no artigo 69º, o quociente da divisão por 2 dos rendimentos isentos é imputado proporcionalmente à fracção de rendimento a que corresponde a taxa média e a taxa normal.

Artigo 23º

Valores fixados em moeda sem curso legal em Portugal

1 – A equivalência de rendimentos ou encargos expressos em moeda sem curso legal em Portugal é determinada pela cotação oficial da respectiva divisa, de acordo com as seguintes regras:

- a) Tratando-se de rendimentos transferidos para o exterior, aplica-se o câmbio de venda da data da efectiva transferência ou da retenção na fonte, se a ela houver lugar;
- b) Tratando-se de rendimentos provenientes do exterior, aplica-se o câmbio de compra da data em que aqueles foram pagos ou postos à disposição do sujeito passivo em Portugal;
- c) Tratando-se de rendimentos obtidos e pagos no estrangeiro que não sejam transferidos para Portugal até ao fim do ano, aplica-se o câmbio de compra da data em que aqueles forem pagos ou postos à disposição do sujeito passivo;
- d) Tratando-se de encargos, aplica-se a regra da alínea a).

2 – Não sendo possível comprovar qualquer das datas referidas no número anterior, aplica-se o câmbio de 31 de Dezembro do ano a que os rendimentos ou encargos respeitem.

3 – Não existindo câmbio nas datas referidas no nº 1, aplica-se o da última cotação anterior a essas datas.

4 – Quando a determinação do rendimento colectável se faça com base na contabilidade, seguem-se as regras legais a esta aplicáveis.

Artigo 24º

Rendimentos em espécie

1 – A equivalência pecuniária dos rendimentos em espécie faz-se de acordo com as seguintes regras, de aplicação sucessiva:

- a) Pelo preço tabelado oficialmente;
- b) Pela cotação oficial de compra;
- c) Tratando-se de géneros, pela cotação de compra na bolsa de mercadorias de Lisboa ou, não existindo essa cotação, pelo preço médio do respectivo ano ou do último determinado e que constem da estiva camarária;
- d) Pelos preços de bens ou serviços homólogos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística;
- e) Pelo valor de mercado, em condições de concorrência.

2 – Quando se tratar da utilização de habitação, o rendimento em espécie corresponde à diferença entre o valor do respectivo uso e a importância paga a esse título pelo beneficiário, observando-se na determinação daquele as regras seguintes:

- a) O valor do uso é igual à renda suportada em substituição do beneficiário;
- b) Não havendo renda, o valor do uso é igual ao valor da renda condicionada, determinada segundo os critérios legais, não devendo, porém, exceder um terço do total das remunerações auferidas pelo beneficiário;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

- c) Quando para a situação em causa estiver fixado por lei subsídio de residência ou equivalente quando não é fornecida casa de habitação, o valor de uso não pode exceder, em qualquer caso, esse montante.

3 – Nos casos previstos no nº 5) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º, o rendimento em espécie corresponde:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

- a) No caso de empréstimos concedidos pela entidade patronal sem juros ou a taxa de juro reduzida, ao valor obtido por aplicação ao respectivo capital da diferença entre a taxa de juro de referência para o tipo de operação em causa, publicada anualmente por portaria do Ministro das Finanças, e a taxa de juro que eventualmente seja suportada pelo beneficiário;
- b) No caso de empréstimos concedidos ao trabalhador por outras entidades, ao valor correspondente à parte dos juros suportada pela entidade patronal.

4 – Os ganhos referidos no nº 7) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º consideram-se obtidos, respectivamente:

- a) No momento do exercício da opção ou de direito de efeito equivalente, correspondendo à diferença positiva entre o valor do bem ou direito nessa data e o preço de exercício da opção, ou do direito, acrescido este do que eventualmente haja sido pago pelo trabalhador ou membro de órgão social para aquisição da opção ou direito;
- b) No momento da subscrição ou do exercício de direito de efeito equivalente, correspondendo à diferença positiva entre o preço de subscrição ou de exercício do direito de efeito equivalente para a generalidade dos subscritores ou dos titulares de tal direito, ou, na ausência de outros subscritores ou titulares, o valor de mercado, e aquele pelo qual o trabalhador ou membro de órgão social o exerce, acrescido do preço que eventualmente haja pago para aquisição do direito;
- c) No momento da alienação, da liquidação financeira ou da renúncia ao exercício, a favor da entidade patronal ou de terceiros, de opções, direitos de subscrição ou outros de efeito equivalente, correspondendo à diferença positiva entre o preço ou o valor da vantagem económica recebidos e o que eventualmente haja sido pago pelo trabalhador ou membro de órgão social para aquisição das opções ou direitos;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, 31 de Dezembro)

d) No momento da recompra dos valores mobiliários ou direitos equiparados, pela entidade patronal, correspondendo à diferença positiva entre o preço ou o valor da vantagem económica recebidos e o respectivo valor de mercado, ou, caso aquele preço ou valor tenha sido previamente fixado, o quantitativo que tiver sido considerado como valor daqueles bens ou direitos, nos termos da alínea a), ou como preço de subscrição ou de exercício do direito para a generalidade dos subscritores ou dos titulares do direito, nos termos da alínea b), ou o valor de mercado, nos termos da alínea e);

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, 31 de Dezembro)

e) Nos planos de atribuição de valores mobiliários ou direitos equiparados em que se verifiquem pela entidade patronal, como condições cumulativas, a não aquisição ou registo dos mesmos a favor dos trabalhadores ou membros de órgãos sociais, a impossibilidade de estes celebrarem negócios de disposição ou oneração sobre aqueles, a sujeição a um período de restrição que os exclua do plano em casos de cessação do vínculo ou mandato social, pelo menos nos casos de iniciativa com justa causa da entidade patronal, e ainda que se adquiram outros direitos inerentes à titularidade destes, como sejam o direito a rendimento ou de participação social, no momento em que os trabalhadores ou membros de órgãos sociais são plenamente investidos dos direitos inerentes àqueles valores ou direitos, em particular os de disposição ou oneração, sendo o ganho apurado pela diferença positiva entre o valor de mercado à data do final do período de restrição e o que eventualmente haja sido pago pelo trabalhador ou membro de órgão social para aquisição daqueles valores ou direitos.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, 31 de Dezembro)

5 – Quando se tratar da atribuição do uso de viatura automóvel pela entidade patronal, o rendimento anual corresponde ao produto de 0,75% do seu custo de aquisição ou produção pelo número de meses de utilização da mesma.

6 – No caso de aquisição de viatura pelo trabalhador ou membro de órgão social, o rendimento corresponde à diferença positiva entre o respectivo valor de mercado e o somatório dos rendimentos anuais tributados como rendimentos decorrentes da atribuição do uso com a importância paga a título de preço de aquisição.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

7 – Para efeito do disposto no número anterior, considera-se valor de mercado o que corresponder à diferença entre o valor de aquisição e o produto desse valor pelo coeficiente de desvalorização constante de tabela a aprovar por portaria do Ministro das Finanças.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

SECÇÃO II

Rendimentos do trabalho

Artigo 25º

Rendimentos do trabalho dependente: deduções

1 – Aos rendimentos brutos da categoria A deduzem-se, até à sua concorrência, e por cada titular que os tenha auferido, os seguintes montantes:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

a) 72 % de doze vezes o valor do IAS;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

b) As indemnizações pagas pelo trabalhador à sua entidade patronal por rescisão unilateral do contrato individual de trabalho sem aviso prévio em resultado de sentença judicial ou de acordo judicialmente homologado ou, nos restantes casos, a indemnização de valor não superior à remuneração de base correspondente ao aviso prévio;

c) As quotizações sindicais, na parte em que não constituam contrapartida de benefícios de saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social e desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, 1% do rendimento bruto desta categoria, sendo acrescidas de 50%.

2 – Se, porém, as contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e para subsistemas legais de saúde excederem o limite fixado na alínea a) do número anterior, aquela dedução é pelo montante total dessas contribuições.

3 – (O presente número foi eliminado pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

4 – A dedução prevista na alínea a) do nº 1 pode ser elevada até 75 % de doze vezes o valor do IAS, desde que a diferença resulte de:

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

a) Quotizações para ordens profissionais suportadas pelo próprio sujeito passivo e indispensáveis ao exercício da respectiva actividade desenvolvida exclusivamente por conta de outrem;

b) Importâncias comprovadamente pagas e não reembolsadas referentes a despesas de formação profissional, desde que a entidade formadora seja organismo de direito público ou entidade reconhecida como tendo competência nos domínios da formação e reabilitação profissionais pelos ministérios competentes.

5 – (O presente número foi eliminado pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

6 – (Revogado.)

(O presente número foi revogado pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

Artigo 26º

Contribuições para regimes complementares de segurança social

Quando nos rendimentos previstos no nº 3) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º não puder ser discriminada a parte correspondente às contribuições efectuadas pela entidade patronal, considera-se rendimento do trabalho dependente a importância determinada com base em tabela aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 27º

Profissões de desgaste rápido: deduções

1 – São dedutíveis ao rendimento, e até à sua concorrência, as importâncias despendidas pelos sujeitos passivos que desenvolvam profissões de desgaste rápido, na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade, desde que os mesmos não garantam o pagamento e este se não verifique, nomeadamente, por resgate ou adiantamento, de qualquer capital em dívida durante os primeiros cinco anos, com o limite de cinco vezes o valor do IAS.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se como profissões de desgaste rápido as de praticantes desportivos, definidos como tal no competente diploma regulamentar, as de mineiros e as de pescadores.

3 – No caso previsto no nº 1, sempre que se verifique o pagamento de qualquer capital em vida durante os primeiros cinco anos, observa-se o disposto no nº 2 do artigo 60º.

4 – O disposto no nº 1 aplica-se, com as devidas adaptações, às contribuições pagas a associações mutualistas.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 292/2009, de 13 de Outubro, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2009.)

SECÇÃO III

Rendimentos empresariais e profissionais

Artigo 28º

Formas de determinação dos rendimentos empresariais e profissionais

1 – A determinação dos rendimentos empresariais e profissionais, salvo no caso da imputação prevista no artigo 20º, faz-se:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

- a) Com base na aplicação das regras decorrentes do regime simplificado;
- b) Com base na contabilidade.

2 – Ficam abrangidos pelo regime simplificado os sujeitos passivos que, no exercício da sua actividade, não tenham ultrapassado no período de tributação imediatamente anterior um montante anual ilíquido de rendimentos desta categoria de €150 000.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

3 – Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado podem optar pela determinação dos rendimentos com base na contabilidade.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 211/2005, de 7 de Dezembro)

4 – A opção a que se refere o número anterior deve ser formulada pelos sujeitos passivos:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

- a) Na declaração de início de actividade;
- b) Até ao fim do mês de Março do ano em que pretendem alterar a forma de determinação do rendimento, mediante a apresentação de declaração de alterações.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

5 – O período mínimo de permanência em qualquer dos regimes a que se refere o nº 1 é de três anos, prorrogável por iguais períodos, excepto se o sujeito passivo comunicar, nos termos da alínea b) do número anterior, a alteração do regime pelo qual se encontra abrangido.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

6 – A aplicação do regime simplificado cessa apenas quando o montante a que se refere o nº 2 seja ultrapassado em dois períodos de tributação consecutivos ou, quando o seja num único exercício, em montante superior a 25%, caso em que a tributação pelo regime de contabilidade organizada se faz a partir do período de tributação seguinte ao da verificação de qualquer desses factos.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

7 – Os valores de base necessários para o apuramento do rendimento tributável são passíveis de correcção pela Direcção-Geral dos Impostos nos termos do artigo 39º, aplicando-se o disposto no número anterior quando se verifiquem os pressupostos ali referidos.

8 – Se os rendimentos auferidos resultarem de serviços prestados a uma única entidade, excepto tratando-se de prestações de serviços efectuadas por um sócio a uma sociedade abrangida pelo regime de transparência fiscal, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 6º do Código do IRC, o sujeito passivo pode optar pela tributação de acordo com as regras estabelecidas para a categoria A, mantendo-se essa opção por um período de três anos.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

9 – Sempre que da aplicação dos indicadores de base técnico-científica a que se refere o nº 1 do artigo 31º se determine um rendimento tributável superior ao que resulta dos coeficientes estabelecidos no nº 2 do mesmo artigo, pode o sujeito passivo, no exercício da entrada em vigor daqueles indicadores, optar, no prazo e nos termos previstos na alínea b) do nº 4, pelo regime de contabilidade organizada, ainda que não tenha decorrido o período mínimo de permanência no regime simplificado.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

10 – No exercício de início de actividade, o enquadramento no regime simplificado faz-se, verificados os demais pressupostos, em conformidade com o valor anual de rendimentos estimado, constante da declaração de início de actividade, caso não seja exercida a opção a que se refere o nº 3.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

11 – Se, tendo havido cessação de actividade, esta for reiniciada antes de 1 de Janeiro do ano seguinte àquele em que se tiverem completado 12 meses, contados da data da cessação, o regime de determinação dos rendimentos empresariais e profissionais a aplicar é o que vigorava

à data da cessação.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

12 – O referido no número anterior não prejudica a possibilidade de a DGCI autorizar a alteração de regime, a requerimento dos sujeitos passivos, quando se verifique ter havido modificação substancial das condições do exercício da actividade.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

13 – Exceptuam-se do disposto no nº 11 as situações em que o reinício de actividade venha a ocorrer depois de terminado o período mínimo de permanência.

(A presente redacção dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

Artigo 29º

Imputação

1 – Na determinação do rendimento só são considerados proveitos e custos os relativos a bens ou valores que façam parte do activo da empresa individual do sujeito passivo ou que estejam afectos às actividades empresariais e profissionais por ele desenvolvidas.

2 – No caso de afectação de quaisquer bens do património particular do sujeito passivo à sua actividade empresarial e profissional, o valor de aquisição pelo qual esses bens são considerados corresponde ao valor de mercado à data da afectação.

3 – No caso de transferência para o património particular do sujeito passivo de bens afectos à sua actividade empresarial e profissional, o valor dos bens corresponde ao valor de mercado dos mesmos à data da transferência.

4 – O valor de mercado a que se referem os números anteriores, atribuído pelo sujeito passivo no momento da afectação ou da transferência dos bens, pode ser objecto de correcção sempre que a Direcção-Geral dos Impostos considere, fundamentadamente, que o mesmo não corresponde ao que seria praticado entre pessoas independentes.

Artigo 30º

Actos isolados

A determinação do rendimento tributável dos actos isolados está sujeita ao regime simplificado ou de contabilidade organizada, conforme resulta do disposto no artigo 28º.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

Artigo 31º

Regime simplificado

1 – A determinação do rendimento tributável resulta da aplicação de indicadores objectivos de base técnico-científica para os diferentes sectores da actividade económica.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

2 – Até à aprovação dos indicadores mencionados no número anterior, ou na sua ausência, o rendimento tributável é obtido adicionando aos rendimentos decorrentes de prestações de serviços efectuadas pelo sócio a uma sociedade abrangida pelo regime de transparência fiscal, nos

termos da alínea b) do nº 1 do artigo 6º do Código do IRC, o montante resultante da aplicação do coeficiente de 0,20 ao valor das vendas de mercadorias e de produtos e do coeficiente de 0,70 aos restantes rendimentos provenientes desta categoria, excluindo a variação de produção.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

3 – O rendimento colectável é objecto de englobamento e tributado nos termos gerais.

4 – Em lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças são determinados os indicadores a que se refere o nº 1 e, na ausência daqueles indicadores, são estabelecidos, pela mesma forma, critérios técnicos que, ponderando a importância relativa de concretas componentes dos custos das várias actividades empresariais e profissionais, permitam proceder à correcta subsunção dos proveitos de tais actividades às qualificações contabilísticas relevantes para a fixação do coeficiente aplicável nos termos do nº 2.

5 – Para os efeitos do disposto no nº 2, aplica-se aos serviços prestados no âmbito de actividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas, bem como ao montante dos subsídios destinados à exploração, o coeficiente de 0,20 aí indicado.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

6 – (Revogado)

(Redacção revogada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

7 – Os subsídios ou subvenções não destinados à exploração serão considerados, para efeitos do disposto nos nºs 1 e 2, em fracções iguais, durante cinco exercícios, sendo o primeiro o do recebimento do subsídio.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

8 – Cessando a aplicação do regime simplificado no decurso do período referido no número anterior, as fracções dos subsídios ainda não tributadas, serão imputadas, para efeitos de tributação, ao último exercício de aplicação daquele regime.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

9 – Para efeitos do cálculo das mais-valias referidas na alínea c) do nº 2 do artigo 3º, são consideradas as quotas mínimas de amortização, calculadas sobre o valor definitivo, se superior, considerado para efeitos de liquidação de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro)

Nota: A alteração introduzida ao nº 5 pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, aplica-se aos exercícios de 2006 e seguintes.

Artigo 31º-A

Valor definitivo considerado para efeitos de liquidação de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis

1 – Em caso de transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis, sempre que o valor constante do contrato seja inferior ao valor definitivo que servir de base à liquidação do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, ou que serviria no caso de não haver

lugar a essa liquidação, é este o valor a considerar para efeitos da determinação do rendimento tributável.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro)

2 – Para execução do disposto no número anterior, se à data em que for conhecido o valor definitivo tiver decorrido o prazo para a entrega da declaração de rendimentos a que se refere o artigo 57º, deve o sujeito passivo proceder à entrega da declaração de substituição durante o mês de Janeiro do ano seguinte.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

3 – O disposto no nº 1 não prejudica a consideração de valor superior ao aí referido quando a Direcção-Geral dos Impostos demonstre que esse é o valor efectivo da transacção.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro)

4 – Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 3º, nos nºs 2 e 6 do artigo 28º e nos nºs 2 e 6 do artigo 31º, deve considerar-se o valor referido no nº 1, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

5 – O disposto nos nºs 1 e 4 não é aplicável se for feita prova de que o valor de realização foi inferior ao ali previsto.

(A presente redacção foi aditada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

6 – A prova referida no número anterior deve ser efectuada de acordo com o procedimento previsto no artigo 139º do Código do IRC, com as necessárias adaptações.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 32º

Remissão

Na determinação dos rendimentos empresariais e profissionais dos sujeitos passivos não abrangidos pelo regime simplificado seguir-se-ão as regras estabelecidas no Código do IRC, com as adaptações resultantes do presente Código.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro)

Artigo 33º

Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais

1 – Para além das limitações previstas no Código do IRC, não são dedutíveis para efeitos de determinação do rendimento da categoria B, mesmo quando contabilizadas como custos ou perdas do exercício, as despesas de deslocações, viagens e estadas do sujeito passivo ou de membros do seu agregado familiar que com ele trabalham, na parte que exceder, no seu conjunto, 10% do total dos proveitos contabilizados, sujeitos e não isentos deste imposto.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

2 – Por portaria do Ministro das Finanças podem ser fixados para efeitos do disposto neste artigo

o número máximo de veículos e respectivo valor por sujeito passivo.

3 – (O presente nº foi eliminado pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

4 – (O presente nº foi eliminado pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

5 – Quando o sujeito passivo afecte à sua actividade empresarial e profissional parte do imóvel destinado à sua habitação, os encargos dedutíveis com ela conexos referentes a amortizações ou rendas, energia, água e telefone fixo não podem ultrapassar 25% das respectivas despesas devidamente comprovadas.

6 – Se o sujeito passivo exercer a sua actividade em conjunto com outros profissionais, os encargos dedutíveis são rateados em função da respectiva utilização ou, na falta de elementos que permitam o rateio, proporcionalmente aos rendimentos brutos auferidos.

7 – Não são dedutíveis as despesas ilícitas, designadamente as que decorram de comportamentos que fundadamente indiciem a violação da legislação penal portuguesa, mesmo que ocorridos fora do âmbito territorial da sua aplicação.

8 – As remunerações dos titulares de rendimentos desta categoria, bem como as atribuídas a membros do seu agregado familiar que lhes prestem serviço, assim como outras prestações a título de ajudas de custo, utilização de viatura própria ao serviço da actividade, subsídios de refeição e outras prestações de natureza remuneratória, não são dedutíveis para efeitos de determinação do rendimento da categoria B.

Artigo 34º

Custos das explorações plurianuais

A parte dos encargos das explorações silvícolas plurianuais suportados durante o ciclo de produção, equivalente à percentagem que a extracção efectuada no exercício represente na produção total do mesmo produto e ainda não considerada em exercício anterior, é actualizada pela aplicação dos coeficientes constantes da portaria a que se refere o artigo 50º.

Artigo 35º

Critérios valorimétricos

Na determinação do lucro das actividades agrícolas pode ser sempre utilizado o critério referido no nº 5 do artigo 26º do Código do IRC.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 36º

Subsídios à agricultura e pesca

Os subsídios de exploração atribuídos a sujeitos passivos no âmbito das actividades agrícolas, silvícolas, pecuárias ou de pesca exercidas, pagos numa só prestação sob a forma de prémios pelo abandono de actividade, arranque de plantações ou abate de efectivos, e na parte em que excedam custos ou perdas, podem ser incluídos no lucro tributável, em fracções iguais, durante cinco exercícios, sendo o primeiro o do recebimento do subsídio.

Artigo 36º-A

Subsídios não destinados à exploração

Cessando a determinação do rendimento tributável com base na contabilidade no decurso do período estabelecido no artigo 22º do Código do IRC, a parte dos subsídios ainda não tributada será imputada, para efeitos de tributação, ao último exercício de aplicação daquele regime.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

Artigo 36º-B

Mudança de regime de determinação do rendimento

Em caso de mudança de regime de determinação do rendimento tributável durante o período em que o bem seja amortizável, devem considerar-se no cálculo das mais-valias as quotas praticadas, tendo em conta as correcções previstas no nº 2 do artigo 64º do Código do IRC, relativamente ao período em que o rendimento tributável seja determinado com base na contabilidade, e as quotas mínimas calculadas de acordo com o previsto no nº 9 do artigo 31º, relativamente ao período em que seja aplicado o regime simplificado.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 37º

Dedução de prejuízos fiscais

A dedução de prejuízos fiscais prevista no artigo 52º do Código do IRC só nos casos de sucessão por morte aproveita ao sujeito passivo que suceder àquele que suportou o prejuízo.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 38º

Entrada de património para realização do capital de sociedade

1 – Não há lugar ao apuramento de qualquer resultado tributável por virtude da realização de capital social resultante da transmissão da totalidade do património afecto ao exercício de uma actividade empresarial e profissional por uma pessoa singular, desde que, cumulativamente, sejam observadas as seguintes condições:

- a) A entidade para a qual é transmitido o património seja uma sociedade e tenha a sua sede e direcção efectivas em território português;
- b) A pessoa singular transmitente fique a deter pelo menos 50% do capital da sociedade e a actividade exercida por esta seja substancialmente idêntica à que era exercida a título individual;
- c) Os elementos activos e passivos objecto da transmissão sejam tidos em conta para efeitos desta com os mesmos valores por que estavam registados na contabilidade ou nos livros de escrita da pessoa singular, ou seja, os que resultam da aplicação das disposições do presente Código ou de reavaliações feitas ao abrigo de legislação de carácter fiscal;
- d) As partes de capital recebidas em contrapartida da transmissão sejam valorizadas, para efeito de tributação dos ganhos ou perdas relativos à sua ulterior transmissão, pelo valor

líquido correspondente aos elementos do activo e do passivo transferidos, valorizados nos termos da alínea anterior;

e) A sociedade referida na alínea a) se comprometa, através de declaração, a respeitar o disposto no artigo 86º do Código do IRC, a qual deve ser junta à declaração periódica de rendimentos da pessoa singular relativa ao exercício da transmissão.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – O disposto no número anterior não é aplicável aos casos em que façam parte do património transmitido bens em relação aos quais tenha havido diferimento de tributação dos respectivos ganhos, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 10º.

3 – Os ganhos resultantes da transmissão onerosa, qualquer que seja o seu título, das partes de capital recebidas em contrapartida da transmissão referida no nº 1 são qualificados, antes de decorridos cinco anos a contar da data desta, como rendimentos empresariais e profissionais, e considerados como rendimentos líquidos da categoria B, não podendo durante aquele período efectuar-se operações sobre as partes sociais que beneficiem de regimes de neutralidade, sob pena de, no momento da concretização destas, se considerarem realizados os ganhos, devendo estes ser majorados em 15% por cada ano, ou fracção, decorrido desde aquele em que se verificou a entrada de património para realização do capital da sociedade, e acrescidos ao rendimento do ano da verificação daquelas operações.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio)

Artigo 39º

Aplicação de métodos indirectos

1 – A determinação do rendimento por métodos indirectos verifica-se nos casos e condições previstos nos artigos 87º a 89º da lei geral tributária e segue os termos do artigo 90º da referida lei e do artigo 59º do Código do IRC, com as adaptações necessárias.

2 – O atraso na execução da contabilidade ou na escrituração dos livros de registo, bem como a não exibição imediata daquela ou destes, só determinam a aplicação dos métodos indirectos após o decurso do prazo fixado para regularização ou apresentação, sem que se mostre cumprida a obrigação.

3 – O prazo a que se refere o número anterior não deve ser inferior a 5 nem superior a 30 dias e não prejudica a sanção a aplicar pela eventual infracção praticada.

(A redacção do nº 1 foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

SECÇÃO IV

Rendimentos de capitais

Artigo 40º

Presunções e juros contáveis

1 – Presume-se que os mútuos e aberturas de crédito referidos no nº 2 do artigo 6º são remunerados à taxa de juro legal, se outra mais elevada não constar do título constitutivo ou não houver

sido declarada.

2 – À presunção estabelecida no número anterior é aplicável o disposto no nº 5 do artigo 6º.

3 – Tratando-se das situações tributáveis nos termos do nº 5 do artigo 5º, o rendimento sujeito a imposto é o quantitativo que corresponder, em função da respectiva remuneração, ao período decorrido desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não tiver ocorrido qualquer vencimento, até à data da transmissão dos correspondentes títulos.

Artigo 40º-A **Dupla tributação económica**

1 – Os lucros devidos por pessoas colectivas sujeitas e não isentas de IRC bem como os rendimentos resultantes da partilha em consequência da liquidação dessas entidades que sejam qualificados como rendimentos de capitais são, no caso de opção pelo englobamento, apenas considerados em 50% do seu valor.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 192/2005, de 7 de Novembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006.)

2 – O disposto no número anterior é aplicável se a entidade devedora dos lucros ou que é liquidada tiver a sua sede ou direcção efectiva em território português e os respectivos beneficiários residirem neste território.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

3 – Aplica-se o disposto no nº 1, nas condições do número anterior e com as necessárias adaptações, relativamente aos rendimentos que o associado aufera da associação à quota e da associação em participação, tendo os rendimentos distribuídos sido efectivamente tributados, bem como o valor atribuído aos associados na amortização de partes sociais sem redução de capital.

4 – O disposto no nº 1 é igualmente aplicável aos lucros distribuídos por entidade residente noutro Estado membro da União Europeia que preencha os requisitos e condições estabelecidos no artigo 2º da Directiva nº 90/435/CEE, de 23 de Julho.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

5 – Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo deve dispor de prova de que a entidade cumpre os requisitos e condições estabelecidos no artigo 2º da Directiva nº 90/435/CEE, de 23 de Julho, efectuada através de declaração confirmada e autenticada pelas autoridades fiscais competentes do Estado membro da União Europeia de que é residente.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

Nota: O presente artigo foi aditado pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro.

Artigo 40º-B **Swaps e operações cambiais a prazo**

No cálculo do rendimento da cessão ou anulação de um swap ou de uma operação cambial a prazo, com pagamento e recebimento de valores de regularização, não é considerado:

- a) Qualquer pagamento de compensação que exceda os pagamentos de regularização, ou terminais, previstos no contrato original, ou os preços de mercado aplicáveis a operações com idênticas características, designadamente de prazo remanescente;
- b) O custo imputado à aquisição de uma posição contratual de um swap preexistente que exceda os pagamentos de regularização, ou terminais, previstos no contrato original, ou os preços de mercado aplicáveis a operações com idênticas características, designadamente de prazo remanescente.

(Redacção aditada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

SECÇÃO V

Rendimentos prediais

Artigo 41º

Deduções

1 – Aos rendimentos brutos referidos no artigo 8º deduzem-se as despesas de manutenção e de conservação que incumbam ao sujeito passivo, por ele sejam suportadas e se encontrem documentalmente provadas, bem como o imposto municipal sobre imóveis que incide sobre o valor dos prédios ou parte de prédios cujo rendimento tenha sido englobado.

2 – No caso de fracção autónoma de prédio em regime de propriedade horizontal, deduzem-se também os encargos de conservação, fruição e outros que, nos termos da lei civil, o condómino deva obrigatoriamente suportar, por ele sejam suportados, e se encontrem documentalmente provados.

3 – Na sublocação, a diferença entre a renda recebida pelo sublocador e a renda paga por este não beneficia de qualquer dedução.

(A redacção do nº 1 foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

SECÇÃO VI

Incrementos patrimoniais

Artigo 42º

Deduções

Sem prejuízo do disposto relativamente às mais-valias, não são feitas quaisquer deduções aos restantes rendimentos qualificados como incrementos patrimoniais.

Artigo 43º

Mais-valias

1 – O valor dos rendimentos qualificados como mais-valias é o correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias realizadas no mesmo ano, determinadas nos termos dos artigos seguintes.

2 – O saldo referido no número anterior, respeitante às transmissões efectuadas por residentes

previstas nas alíneas a), c) e d) do nº 1 do artigo 10º, positivo ou negativo, é apenas considerado em 50% do seu valor.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

3 – O saldo referido no nº 1, respeitante às transmissões previstas na alínea b) do nº 1 do artigo 10º, relativo a micro e pequenas empresas não cotadas nos mercados regulamentado ou não regulamentado da bolsa de valores, quando positivo, é igualmente considerado em 50% do seu valor.

(Redacção dada pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

4 – Para efeitos do número anterior entende-se por micro e pequenas empresas as entidades definidas, nos termos do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de Novembro.

(Redacção dada pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

5 – Para apuramento do saldo positivo ou negativo referido no nº 1, respeitante às operações efectuadas por residentes previstas nas alíneas b), e), f) e g) do nº 1 do artigo 10º, não relevam as perdas apuradas quando a contraparte da operação estiver sujeita no país, território ou região de domicílio a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro, posteriormente renumerado pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, correspondendo ao anterior nº 3)

6 – Para efeitos do número anterior, considera-se que:

(Redacção renumerada pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, correspondendo ao anterior nº 4.)

a) A data de aquisição dos valores mobiliários cuja propriedade tenha sido adquirida pelo sujeito passivo por incorporação de reservas ou por substituição daqueles, designadamente por alteração do valor nominal ou modificação do objecto social da sociedade emite, é a data de aquisição dos valores mobiliários que lhes deram origem;

b) A data de aquisição de acções resultantes da transformação de sociedade por quotas em sociedade anónima é a data de aquisição das quotas que lhes deram origem;

c) A data de aquisição das acções da sociedade oferente em oferta pública de aquisição lançada nos termos do Código dos Valores Mobiliários cuja contrapartida consista naquelas acções, dadas à troca, é a data da aquisição das acções das sociedades visadas na referida oferta pública de aquisição;

d) Tratando-se de valores mobiliários da mesma natureza e que confirmem idênticos direitos, os alienados são os adquiridos há mais tempo;

e) Nas permutas de partes de capital nas condições mencionadas no nº 5 do artigo 73º e no nº 2 do artigo 77º do Código do IRC, o período de detenção corresponde ao somatório dos períodos em que foram detidas as partes de capital entregues e as recebidas em troca;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

f) O regime da alínea anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, à aquisição de partes sociais nos casos de fusão ou cisão a que seja aplicável o artigo 74º do Código do IRC.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 44º

Valor de realização

1 – Para a determinação dos ganhos sujeitos a IRS, considera-se valor de realização:

- a) No caso de troca, o valor atribuído no contrato aos bens ou direitos recebidos, ou o valor de mercado, quando aquele não exista ou este for superior, acrescidos ou diminuídos, um ou outro, da importância em dinheiro a receber ou a pagar;
- b) No caso de expropriação, o valor da indemnização;
- c) No caso de afectação de quaisquer bens do património particular do titular de rendimentos da categoria B a actividade empresarial e profissional, o valor de mercado à data da afectação;
- d) No caso de valores mobiliários alienados pelo titular do direito de exercício de warrants autónomos de venda, e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 10º, o preço de mercado no momento do exercício;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

- e) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea d) do nº 4 do artigo 24º, quando não exista um preço ou valor previamente fixado, o valor de mercado na data referida;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

- f) Nos demais casos, o valor da respectiva contraprestação.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

2 – Nos casos das alíneas a), b) e f) do número anterior, tratando-se de direitos reais sobre bens imóveis, prevalecerão, quando superiores, os valores por que os bens houverem sido considerados para efeitos de liquidação de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis ou, não havendo lugar a esta liquidação, os que devessem ser, caso fosse devida.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3 – No caso de troca por bens futuros, os valores referidos na alínea a) do nº 1 reportam-se à data da celebração do contrato.

4 – No caso previsto na alínea c) prevalecerá, se o houver, o valor resultante da correcção a que se refere o nº 4 do artigo 29º.

Artigo 45º

Valor de aquisição a título gratuito

1 – Para a determinação dos ganhos sujeitos a IRS considera-se o valor de aquisição, no caso de bens ou direitos adquiridos a título gratuito:

- a) O valor que tenha sido considerado para efeitos de liquidação de imposto do selo;
- b) O valor que serviria de base à liquidação de imposto do selo, caso este fosse devido.

(A redacção do presente nº e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

2 – (Revogado.)

(Redacção revogada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

3 – No caso de direitos reais sobre bens imóveis adquiridos por doação isenta, nos termos da alínea e) do artigo 6º do Código do Imposto do Selo, considera-se valor de aquisição o valor patrimonial tributário constante da matriz até aos dois anos anteriores à doação.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

Artigo 46º

Valor de aquisição a título oneroso de bens imóveis

1 – No caso da alínea a) do nº 1 do artigo 10º, se o bem imóvel houver sido adquirido a título oneroso, considera-se valor de aquisição o que tiver servido para efeitos de liquidação do imposto municipal sobre as transacções onerosas de imóveis (IMT).

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – Não havendo lugar à liquidação de IMT, considera-se o valor que lhe serviria de base, caso fosse devida, determinado de harmonia com as regras próprias daquele imposto.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

3 – O valor de aquisição de imóveis construídos pelos próprios sujeitos passivos corresponde ao valor patrimonial inscrito na matriz ou ao valor do terreno, acrescido dos custos de construção devidamente comprovados, se superior àquele.

4 – Para efeitos do número anterior, o valor do terreno será determinado pelas regras constantes dos ns. 1 e 2 deste artigo.

5 – Nos casos de bens imóveis adquiridos através do exercício do direito de opção de compra no termo da vigência do contrato de locação financeira, considera-se valor de aquisição o somatório do capital incluído nas rendas pagas durante a vigência do contrato e o valor pago para efeitos de exercício do direito de opção, com exclusão de quaisquer encargos.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 47º

Equiparação ao valor da aquisição

No caso de transferência para o património particular do titular de rendimentos da categoria B de quaisquer bens afectos à actividade empresarial e profissional, considera-se valor de aquisição o valor de mercado à data da transferência.

Artigo 48º

Valor de aquisição a título oneroso de partes sociais e de outros valores mobiliários

No caso da alínea b) do nº 1 do artigo 10º, o valor de aquisição, quando esta haja sido efectuada a título oneroso, é o seguinte:

- a) Tratando-se de valores mobiliários cotados em bolsa de valores, o custo documentalmente provado ou, na sua falta, o da menor cotação verificada nos dois anos anteriores à data da alienação, se outro menos elevado não for declarado;
- b) Tratando-se de quotas ou de outros valores mobiliários não cotados em bolsa de valores, o custo documentalmente provado ou, na sua falta, o respectivo valor nominal;
- c) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea a) do nº 4 do artigo 24º, o quantitativo que tiver sido considerado como valor do bem ou direito na data aí referida;
- d) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea b) do nº 4 do artigo 24º, o preço de subscrição ou de exercício do direito para a generalidade dos subscritores ou dos titulares do direito ou o valor de mercado.
- e) Tratando-se de bens ou direitos referidos na alínea e) do nº 4 do artigo 24º, o valor de mercado na data referida;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

- f) Tratando-se de valores mobiliários adquiridos pelo titular do direito de exercício de warrants autónomos de compra, o preço de mercado no momento do exercício.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

Artigo 49º

Valor de aquisição a título oneroso de outros bens e direitos

Nos casos das alíneas c) e e) do nº 1 do artigo 10º, o valor de aquisição, quando efectuada a título oneroso, é constituído pelo preço pago pelo alienante, documentalmente provado.

Artigo 50º

Correcção monetária

1 – O valor de aquisição ou equiparado de direitos reais sobre os bens referidos na alínea a) do nº 1 do artigo 10º é corrigido pela aplicação de coeficientes para o efeito aprovados mediante portaria do Ministro das Finanças, sempre que tenham decorrido mais de 24 meses entre a data da aquisição e a data da alienação ou afectação.

2 – A data de aquisição é a que constar do título aquisitivo, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:

- a) Nos casos previstos no nº 3 do artigo 46º, é a data relevante para efeitos de inscrição na matriz;
- b) No caso previsto no artigo 47º, é a data da transferência.

Artigo 51º

Despesas e encargos

Para a determinação das mais-valias sujeitas a imposto, ao valor de aquisição acrescem:

a) Os encargos com a valorização dos bens, comprovadamente realizados nos últimos cinco anos, e as despesas necessárias e efectivamente praticadas, inerentes à aquisição e alienação, nas situações previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 10º;

b) As despesas necessárias e efectivamente praticadas, inerentes à alienação, nas situações previstas nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 10º.

Artigo 52º

Divergência de valores

1 – Quando a Direcção-Geral dos Impostos considere fundadamente que possa existir divergência entre o valor declarado e o valor real da transmissão, tem a faculdade de proceder à respectiva determinação.

2 – Se a divergência referida no número anterior recair sobre o valor de alienação de acções ou outros valores mobiliários, atende-se às seguintes regras:

a) Estando cotados em bolsa de valores, o valor de alienação é o da respectiva cotação à data da transmissão ou, em caso de desconhecimento desta, o da maior cotação no ano a que a mesma se reporta;

b) Não estando cotados em bolsa de valores, o valor de alienação é o que lhe corresponder, apurado com base no último balanço.

3 – Na mesma situação referida nos números anteriores, e quando se trate de quotas sociais, considera-se como valor de alienação o que àqueles corresponda, apurado com base no último balanço.

SECÇÃO VII

Pensões

Artigo 53º

Pensões

1 – Aos rendimentos brutos da categoria H de valor anual igual ou inferior a 72 % de 12 vezes o valor do IAS deduz-se, até à sua concorrência, a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – Se o rendimento anual, por titular, for superior ao valor referido no número anterior, a dedução é igual ao montante nele fixado.

3 – (Revogado.)

(O presente número foi revogado pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

4 – Aos rendimentos brutos da categoria H são ainda deduzidas:

(A redacção do presente nº e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

a) As quotizações sindicais, na parte em que não constituam contrapartida de benefícios relativos à saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social e desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, 1 % do rendimento bruto desta categoria, sendo acrescidas de 50 %;

b) As contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e para subsistemas legais de saúde, na parte que exceda o montante da dedução prevista nos n.os 1 ou 5.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

5 – Os rendimentos brutos da categoria H de valor anual superior a (euro) 22 500, por titular, têm uma dedução igual ao montante referido nos n.os 1 ou 4, consoante os casos, abatido, até à sua concorrência, de 20 % da parte que excede aquele valor anual.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

6 – (Revogado).

(O presente número foi revogado pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

7 – Excluem-se do disposto no nº 1 as rendas temporárias e vitalícias que não se destinem ao pagamento de pensões enquadráveis nas alíneas a), b) ou c) do nº 1 do artigo 11º.

Artigo 54º

Distinção entre capital e renda

1 – Quando as rendas temporárias e vitalícias, bem como as prestações pagas no âmbito de regimes complementares de segurança social qualificadas como pensões, compreendam importâncias pagas a título de reembolso de capital, deduz-se, na determinação do valor tributável, a parte correspondente ao capital.

2 – Quando a parte correspondente ao capital não puder ser discriminada, à totalidade da renda abate-se, para efeitos de determinação do valor tributável, uma importância igual a 85 %.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

3 – Não é aplicável o disposto nos números anteriores relativamente às prestações devidas no âmbito de regimes complementares de segurança social, seja qual for a entidade devedora ou a sua designação, se as contribuições constitutivas do direito de que derivam tiverem sido suportadas por pessoa ou entidade diferente do respectivo beneficiário e neste não tiverem sido, comprovadamente, objecto de tributação.

4 – Considera-se não terem sido objecto de tributação no respectivo beneficiário, designadamente, os prémios e as contribuições constitutivos de direitos adquiridos referidos no nº 3) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º que beneficiarem de isenção.

SECÇÃO VIII

Dedução de perdas

Artigo 55º

Dedução de perdas

1 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, é dedutível ao conjunto dos rendimentos líquidos sujeitos a tributação o resultado líquido negativo apurado em qualquer categoria de rendimentos.

2 – O resultado líquido negativo apurado na categoria F só pode ser reportado aos cinco anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos positivos da mesma categoria.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3 – O resultado líquido negativo apurado na categoria B é tratado de acordo com as seguintes regras:

(A redacção do presente artigo e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

a) O resultado só pode ser reportado, de harmonia com a parte aplicável do artigo 52º do Código do IRC, aos cinco anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos positivos da mesma categoria, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

b) As perdas resultantes do exercício de actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias não são todavia comunicáveis, mas apenas reportáveis, de harmonia com a parte aplicável do artigo 52º do Código do IRC, a rendimentos líquidos positivos da mesma natureza;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

c) O resultado líquido negativo apurado nas restantes actividades da categoria B não é, igualmente, comunicável aos rendimentos líquidos positivos resultantes do exercício de actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias, mas apenas reportável, de harmonia com a parte aplicável do artigo 52º do Código do IRC, a rendimentos líquidos positivos das restantes actividades daquela categoria;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

d) Os respectivos titulares deverão, salvo se estiverem sujeitos ao regime simplificado, assegurar os procedimentos contabilísticos que permitam distinguir claramente os resultados das actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias dos das restantes actividades da categoria B.

4 – Ao rendimento tributável, determinado no âmbito do regime simplificado, podem ser deduzidos os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores àquele em que se iniciar a aplicação do regime, nos termos do nº 3.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

5 – A percentagem do saldo negativo a que se refere o nº 2 do artigo 43º só pode ser reportada aos cinco anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos da mesma categoria.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

6 – O saldo negativo apurado num determinado ano, relativo às operações previstas nas alíneas b), e), f) e g) do nº 1 do artigo 10º, pode ser reportado para os dois anos seguintes, aos rendimentos com a mesma natureza, quando o sujeito passivo opte pelo englobamento.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

SECÇÃO IX

Abatimentos

Artigo 56º **(Revogado)**

(Redacção revogada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

SECÇÃO X

Processo de determinação do rendimento colectável

Artigo 57º **Declaração de rendimentos**

1 – Os sujeitos passivos devem apresentar, anualmente, uma declaração de modelo oficial, relativa aos rendimentos do ano anterior e a outros elementos informativos relevantes para a sua concreta situação tributária, nomeadamente para os efeitos do artigo 89º-A da lei geral tributária, devendo ser-lhe juntos, fazendo dela parte integrante:

- a) Os anexos e outros documentos que para o efeito sejam mencionados no referido modelo;
- b) Os elementos mencionados no nº 6 do artigo 78º do Código do IRC, quando se aplicar o disposto no nº 8 do artigo 10º, entendendo-se que os valores a mencionar relativamente às acções entregues são o valor nominal e o valor de aquisição das mesmas, nos termos do artigo 48º

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – Sem prejuízo do disposto no artigo 63º, no caso de falecimento do sujeito passivo, incumbe ao administrador da herança apresentar a declaração de rendimentos em nome daquele, relativa aos rendimentos correspondentes ao período decorrido de 1 de Janeiro até à data do óbito.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3 – Nas situações de contitularidade, tratando-se de rendimentos da categoria B, incumbe ao contitular a quem pertença a respectiva administração apresentar na sua declaração de rendimentos a totalidade dos elementos contabilísticos exigidos nos termos das secções precedentes para o apuramento do rendimento tributável, nela identificando os restantes contitulares e a parte que lhes couber.

(Redacção renumerada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, correspondendo ao anterior nº 2.)

4 – Para efeitos do disposto nos ns. 5 a 7 do artigo 10º, devem os sujeitos passivos:

(A redacção do presente artigo e respectivas alíneas foi dada pelo Decreto-Lei nº 361/2007, de 2 de Novembro, renumerada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, correspondendo ao anterior nº 3.)

- a) Mencionar a intenção de efectuar o reinvestimento na declaração do ano de realização, indicando na mesma e nas declarações dos dois anos seguintes, os investimentos efectuados;
- b) Comprovar, quando solicitado, a afectação do imóvel à sua habitação permanente ou

do seu agregado familiar, quando o reinvestimento seja efectuado em imóvel situado no território de outro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu, através de declaração emitida por entidade oficial do outro Estado.

5 – Sempre que as declarações não forem consideradas claras ou nelas se verifiquem faltas ou omissões, a Direcção-Geral dos Impostos notifica os sujeitos passivos ou os seus representantes para, por escrito, e no prazo que lhes for fixado, não inferior a 5 nem a superior a 15 dias, prestarem os esclarecimentos indispensáveis.

(Redacção renumerada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, correspondendo ao anterior nº 4.)

Artigo 58º

Dispensa de apresentação de declaração

Ficam dispensados de apresentar a declaração a que se refere o artigo anterior os sujeitos passivos que, no ano a que o imposto respeita, apenas tenham auferido, isolada ou cumulativamente:

a) Rendimentos tributados pelas taxas previstas no artigo 71º e não optem, quando legalmente permitido, pelo seu englobamento;

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

b) Rendimentos de pensões pagas por regimes obrigatórios de protecção social, de montante inferior ao da dedução específica estabelecida no nº 1 do artigo 53º.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

c) Rendimentos do trabalho dependente de montante inferior ao da dedução específica estabelecida na alínea a) do nº 1 do artigo 25º.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

Artigo 59º

Contribuintes casados

1 – No caso do nº 2 do artigo 13º deve ser apresentada uma única declaração pelos dois cônjuges ou por um deles, se o outro for incapaz ou ausente.

2 – Havendo separação de facto, cada um dos cônjuges pode apresentar uma única declaração dos seus próprios rendimentos e dos rendimentos dos dependentes a seu cargo, mas, neste caso, observa-se o seguinte:

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

a) Sem prejuízo do disposto na alínea c), as deduções à colecta previstas neste Código não podem exceder o menor dos limites fixados em função da situação pessoal dos sujeitos passivos ou 50% dos restantes limites quantitativos, sendo esta regra aplicável, com as devidas adaptações, aos abatimentos e às deduções por benefícios fiscais;

b) Não é aplicável o disposto no artigo 69º;

c) Cada um dos cônjuges terá direito à dedução a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 79º

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

Artigo 60º

Prazo de entrega da declaração

1 – A declaração a que se refere o nº 1 do artigo 57º é entregue:

a) Em suporte papel:

i) Durante o mês de Março, quando os sujeitos passivos apenas hajam recebido ou tenham sido colocados à sua disposição rendimentos das categorias A e H;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

ii) Durante o mês de Abril, nos restantes casos;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

b) Por transmissão electrónica de dados:

i) Durante o mês de Abril, quando os sujeitos passivos apenas hajam recebido ou tenham sido colocados à sua disposição rendimentos das categorias A e H;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

ii) Durante o mês de Maio, nos restantes casos.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

2 – A declaração a que se refere o número anterior é ainda apresentada nos 30 dias imediatos à ocorrência de qualquer facto que determine alteração dos rendimentos já declarados ou implique, relativamente a anos anteriores obrigação de os declarar, salvo se outro prazo estiver previsto neste Código.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

Nota: Os prazos previstos no presente artigo, com as alterações introduzidas pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, aplicam-se a partir do dia 1 de Janeiro de 2011.

Artigo 61º

Local de entrega das declarações

1 – As declarações e demais documentos podem ser entregues em qualquer serviço de finanças ou nos locais que vierem a ser fixados ou, ainda, ser remetidos pelo correio para o serviço de finanças ou direcção de finanças da área do domicílio fiscal do sujeito passivo.

2 – O cumprimento das obrigações declarativas estabelecidas neste Código pode ainda ser efectuado através dos meios disponibilizados no sistema de transmissão electrónica de dados, para o efeito autorizado.

Artigo 62º

Rendimentos litigiosos

Se a determinação do titular ou do valor de quaisquer rendimentos depender de decisão judicial, o englobamento só se faz depois de transitada em julgado a decisão, e opera-se na declaração de rendimentos do ano em que transite.

Artigo 63º

Sociedade conjugal

1 – Se, durante o ano a que o imposto respeite, tiver falecido um dos cônjuges, o cônjuge sobrevivente apresentará uma única declaração do total dos rendimentos auferidos nesse ano por cada um deles e pelos dependentes, se os houver, aplicando-se, para efeitos de apuramento do imposto, o regime de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

2 – Se durante o ano a que o imposto respeite se constituir a sociedade conjugal ou se dissolver por declaração de nulidade ou anulação do casamento, por divórcio ou por separação judicial de pessoas e bens, a tributação dos sujeitos passivos é feita de harmonia com o seu estado civil em 31 de Dezembro, nos termos seguintes:

- a) Se forem divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens, devem englobar os rendimentos próprios e a sua parte nos rendimentos comuns, se os houver, bem como os rendimentos dos dependentes a seu cargo;
- b) Se forem casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, devem ser englobados todos os rendimentos próprios de cada um dos cônjuges e os rendimentos comuns, havendo-os, bem como os rendimentos dos dependentes a seu cargo.

3 – Se em 31 de Dezembro se encontrar interrompida a sociedade conjugal por separação de facto, cada um dos cônjuges engloba os seus rendimentos próprios, a sua parte nos rendimentos comuns e os rendimentos dos dependentes a seu cargo.

Artigo 64º

Falecimento de titular de rendimentos

Ocorrendo o falecimento de qualquer pessoa, os rendimentos relativos aos bens transmitidos e correspondentes ao período posterior à data do óbito são considerados, a partir de então, nos englobamentos a efectuar em nome das pessoas que os passaram a auferir, procedendo-se, na falta de partilha até ao fim do ano a que os rendimentos respeitam, à sua imputação aos sucessores e ao cônjuge sobrevivente, segundo a sua quota ideal nos referidos bens.

Artigo 65º

Bases para o apuramento, fixação ou alteração dos rendimentos

1 – O rendimento colectável de IRS apura-se de harmonia com as regras estabelecidas nas secções precedentes e com as regras relativas a benefícios fiscais a que os sujeitos passivos tenham direito, com base na declaração anual de rendimentos apresentada em prazo legal e noutros elementos de que a Direcção-Geral dos Impostos disponha.

2 – A Direcção-Geral dos Impostos procede à fixação do conjunto dos rendimentos líquidos sujeitos a tributação quando ocorra alguma das situações ou factos previstos no nº 4 do artigo 29º, no artigo 39º ou no artigo 52º.

(Redacção dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

3 – (Revogado.)

(O presente número foi revogado pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

4 – A Direcção-Geral dos Impostos procede à alteração dos elementos declarados sempre que, não havendo lugar à fixação a que se refere o nº 2, devam ser efectuadas correcções decorrentes de erros evidenciados nas próprias declarações, de omissões nelas praticadas ou correcções decorrentes de divergência na qualificação dos actos, factos ou documentos com relevância para a liquidação do imposto.

5 – A competência para a prática dos actos de apuramento, fixação ou alteração referidos no presente artigo é exercida pelo director de finanças em cuja área se situe o domicílio fiscal dos sujeitos passivos, podendo ser delegada noutros funcionários sempre que o elevado número daqueles o justifique.

Artigo 66º

Notificação e fundamentação dos actos

1 – Os actos de fixação ou alteração previstos no artigo 65º são sempre notificados aos sujeitos passivos, com a respectiva fundamentação.

2 – A fundamentação deve ser expressa através de exposição, ainda que sucinta, das razões de facto e de direito da decisão, equivalendo à falta de fundamentação a adopção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a sua motivação.

Artigo 67º

Revisão dos actos de fixação

O sujeito passivo pode, salvo em caso de aplicação de regime simplificado de tributação em que não sejam efectuadas correcções com base noutro método indirecto, solicitar a revisão da matéria tributável fixada por métodos indirectos, nos termos dos artigos 91º e seguintes da Lei Geral Tributária.

CAPÍTULO III

Taxas

Artigo 68º

Taxas gerais

1 – As taxas do imposto são as constantes da tabela seguinte:

Rendimento Colectável (em euros)	Taxas (em percentagem)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 4 898	11,5	11,5000
De mais de 4 898 até 7 410	14	12,3480
De mais de 7 410 até 18 375	24,5	19,5990
De mais de 18 375 até 42 259	35,5	28,5860
De mais de 42 259 até 61 244	38	31,5040
De mais de 61 244 até 66 045	41,5	32,2310
De mais de 66 045 até 153 300	43,5	38,6450
Superior a 153 300	46,5	—

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – O quantitativo do rendimento colectável, quando superior a (euro) 4898, é dividido em duas partes: uma, igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, à qual se aplica a taxa da coluna (B) correspondente a esse escalão; outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa da coluna (A) respeitante ao escalão imediatamente superior.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 68º-A **Taxa adicional**

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 68º, ao quantitativo do rendimento colectável superior a €153 300 é aplicada a taxa adicional de 2,5 %.

2 – Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, a taxa referida no número anterior aplica-se à diferença positiva entre a divisão por dois do rendimento colectável e o limite estabelecido no mesmo número, multiplicada por dois.

(Redacção aditada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Nota: A presente redacção aplica-se apenas aos rendimentos auferidos durante os anos de 2012 e 2013, cessando a sua vigência após a produção de todos os seus efeitos em relação a estes anos fiscais.

Artigo 69º **Quociente conjugal**

1 – Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, as taxas aplicáveis são as correspondentes ao rendimento colectável dividido por 2.

2 – As taxas fixadas no artigo 68º aplicam-se ao quociente do rendimento colectável, multiplicando-se por dois o resultado obtido para se apurar a colecta do IRS.

(A redacção do nº 2 foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 70º **Mínimo de existência**

1 – Da aplicação das taxas estabelecidas no artigo 68º não pode resultar, para os titulares de rendimentos predominantemente originados em trabalho dependente ou em pensões, a disponibilidade de um rendimento líquido de imposto inferior ao valor anual da retribuição mínima

mensal acrescida de 20 % nem resultar qualquer imposto para os mesmos rendimentos, cuja matéria colectável, após a aplicação do quociente conjugal, seja igual ou inferior a €1911.

2 – Ao rendimento colectável dos agregados familiares com três ou quatro dependentes ou com cinco ou mais dependentes, cujo montante seja, respectivamente, igual ou inferior ao valor anual do salário mínimo nacional mais elevado acrescido de 60% ou igual ou inferior ao valor anual do salário mínimo nacional mais elevado acrescido de 120%, não são aplicadas as taxas estabelecidas no artigo 68º.

(A redacção do nº 1 foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 71º **Taxas liberatórias**

1 – Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 25 %, os seguintes rendimentos obtidos em território português:

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) Os juros de depósitos à ordem ou a prazo, incluindo os dos certificados de depósito;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

b) Os rendimentos de títulos de dívida, nominativos ou ao portador, bem como os rendimentos de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantia de preço ou de outras operações similares ou afins;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

c) Os rendimentos a que se referem as alíneas d), e), h), i), l) e q) do nº 2 e o nº 3 do artigo 5º.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

d) Quaisquer rendimentos de capitais auferidos por não residentes em Portugal não expressamente tributados a taxa diferente.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 25 %, os rendimentos de valores mobiliários pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, residentes em território português, devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3 – Exceptuam-se do disposto no número anterior os rendimentos pagos ou colocados à disposição de fundos de investimento constituídos de acordo com a legislação nacional, caso em que não há lugar a retenção na fonte.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

4 – Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 21,5 %, os seguintes rendimentos obtidos em território português por não residentes:

(Redacção dada pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

a) Os rendimentos do trabalho dependente e todos os rendimentos empresariais e profissionais, ainda que decorrentes de actos isolados;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

b) Os rendimentos de capitais referidos nas alíneas m) e n) do nº 2 do artigo 5º;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

c) As pensões;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

d) Os incrementos patrimoniais previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 9º.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

5 – As taxas previstas nos números anteriores incidem sobre os rendimentos ilíquidos, excepto no que se refere às pensões, as quais beneficiam da dedução prevista no artigo 53º, sem prejuízo do que se disponha na lei, designadamente no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

6 – Os rendimentos a que se referem os nºs 1 e 2 podem ser englobados para efeitos da sua tributação, por opção dos respectivos titulares, residentes em território nacional, desde que obtidos fora do âmbito do exercício de actividades empresariais e profissionais.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

7 – Feita a opção a que se refere o número anterior, a retenção que tiver sido efectuada tem a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

8 – Os titulares de rendimentos referidos nas alíneas a) a d), f), m) e o) do nº 1 do artigo 18º sujeitos a retenção na fonte nos termos do presente artigo que sejam residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu, neste último caso desde que exista obrigação de cooperação administrativa em matéria fiscal equivalente à estabelecida na União Europeia, podem solicitar a devolução, total ou parcial, do imposto retido e pago na parte em que seja superior ao que resultaria da aplicação da tabela de taxas prevista no nº 1 do artigo 68º, tendo em consideração todos os rendimentos, incluindo os obtidos fora deste território, nas mesmas condições que são aplicáveis aos residentes.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

9 – Para os efeitos do disposto no número anterior, são dedutíveis até à concorrência dos rendimentos, os encargos devidamente comprovados necessários para a sua obtenção que estejam directa e exclusivamente relacionados com os rendimentos obtidos em território português ou, no caso dos rendimentos do trabalho dependente, as importâncias previstas no artigo 25º.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

10 – A devolução do imposto retido e pago deve ser requerida aos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos, no prazo de dois anos contados do final do ano civil seguinte em que se verificou o facto tributário, devendo a restituição ser efectuada até ao fim do 3º mês seguinte ao da apresentação dos elementos e informações indispensáveis à comprovação das condições e requisitos legalmente exigidos, acrescendo, em caso de incumprimento deste prazo, juros indemnizatórios a taxa idêntica à aplicável aos juros compensatórios a favor do Estado.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

11 – A apresentação do requerimento referido no número anterior implica a comunicação espontânea ao Estado de residência do contribuinte do teor do pedido de devolução formulado e do respectivo montante.

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

12 – Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa liberatória de 30 % todos os rendimentos referidos nos números anteriores sempre que sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

13 – Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 30 %, os rendimentos mencionados nos nºs 1 e 2, pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, residentes em território português, devidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português e que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

14 – Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 30 %, os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5º, obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 72º

Taxas especiais

1 – As mais-valias e outros rendimentos auferidos por não residentes em território português que não sejam imputáveis a estabelecimento estável nele situado e que não sejam sujeitos a retenção na fonte às taxas liberatórias são tributados à taxa autónoma de 25 %, ou de 16,5 % quando se trate de rendimentos prediais, salvo o disposto no nº 4.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – Os rendimentos auferidos por não residentes em território português que sejam imputáveis a estabelecimento estável aí situado são tributados à taxa de 25%.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

3 – As gratificações auferidas pela prestação ou em razão da prestação de trabalho, quando não atribuídas pela entidade patronal nem por entidade que com esta mantenha relações de grupo, domínio ou simples participação, são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro.)

4 – O saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias, resultante das operações previstas nas

alíneas b), e), f) e g) do nº 1 do artigo 10º, é tributado à taxa de 25 %.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

5 – Os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5º e mencionados no nº 1 do artigo 71º, devidos por entidades não residentes, quando não sujeitos a retenção na fonte, nos termos do nº 2 do mesmo artigo, são tributados autonomamente à taxa de 25 %.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

6 – Os rendimentos líquidos das categorias A e B auferidos em actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, a definir em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, por residentes não habituais em território português, são tributados à taxa de 20 %.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

7 – Os rendimentos previstos nos n.os 4, 5 e 6 podem ser englobados por opção dos respectivos titulares residentes em território português.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

8 – Os residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista intercâmbio de informações em matéria fiscal, podem optar, relativamente aos rendimentos referidos nos nºs 1 e 2, pela tributação desses rendimentos à taxa que, de acordo com a tabela prevista no nº 1 do artigo 68º, seria aplicável no caso de serem auferidos por residentes em território português.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008, posteriormente renumerado pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, correspondendo ao anterior nº 7.)

9 – Para efeitos de determinação da taxa referida no número anterior são tidos em consideração todos os rendimentos, incluindo os obtidos fora deste território, nas mesmas condições que são aplicáveis aos residentes.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008, posteriormente renumerado pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, correspondendo ao anterior nº 8.)

10 – Os acréscimos patrimoniais não justificados a que se refere a alínea d) do nº 1 do artigo 9º, de valor superior a €100 000, são tributados à taxa especial de 60 %.

(Redacção dada pela Lei nº 94/2009, de 1 de Setembro, posteriormente renumerado pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, correspondendo ao anterior nº 9.)

11 – Os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5º e mencionados nas alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 71º, devidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, quando não sujeitos a retenção na fonte nos termos do nº 13 do artigo 71º, são tributados autonomamente à taxa de 30 %.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 72º-A **Sobretaxa extraordinária**

1 – Sobre a parte do rendimento colectável de IRS que resulte do englobamento nos termos do artigo 22º, acrescido dos rendimentos sujeitos às taxas especiais constantes dos n.os 3, 4, 6 e

10 do artigo 72º, auferido por sujeitos passivos residentes em território português, que exceda, por sujeito passivo, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida, incide a sobretaxa extraordinária de 3,5 %.

2 – À colecta da sobretaxa extraordinária são deduzidas apenas:

- a) 2,5 % do valor da retribuição mínima mensal garantida por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo de IRS;
- b) As importâncias retidas nos termos do artigo 99º-A, que, quando superiores à sobretaxa devida, conferem direito ao reembolso da diferença.

3 – Aplicam-se à sobretaxa extraordinária as regras de liquidação previstas nos artigos 75º a 77º e as regras de pagamento previstas no artigo 97º.

4 – Não se aplica à sobretaxa extraordinária o disposto no artigo 95º.

(Redacção aditada pela Lei nº 49/2011, de 7 de Setembro, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

Nota: A presente redacção aplica-se apenas aos rendimentos auferidos durante o ano de 2011, cessando a sua vigência após a produção de todos os seus efeitos em relação ao ano fiscal em curso.

Artigo 73º **Taxas de tributação autónoma**

1 – As despesas não documentadas, efectuadas por sujeitos passivos que possuam ou devam possuir contabilidade organizada, no âmbito do exercício de actividades empresariais e profissionais, são tributadas autonomamente, à taxa de 50 %.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

2 – São tributados autonomamente os seguintes encargos, suportados por sujeitos passivos que possuam ou devam possuir contabilidade organizada no âmbito do exercício de actividades empresariais ou profissionais, excluindo os veículos movidos exclusivamente a energia eléctrica:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 64/2008, de 5 de Dezembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2008.)

- a) Os encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e a viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motociclos, à taxa de 10 %;
- b) Os encargos dedutíveis relativos a automóveis ligeiros de passageiros ou mistos cujos níveis homologados de emissão de CO(índice 2) sejam inferiores a 120 g/km, no caso de serem movidos a gasolina, e inferiores a 90 g/km, no caso de serem movidos a gasóleo, desde que, em ambos os casos, tenha sido emitido certificado de conformidade, à taxa de 5 %.

3 – Excluem-se do disposto no número anterior os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motociclos, afectos à exploração do serviço público de transportes, destinados a serem alugados no exercício da actividade normal do sujeito passivo, bem como as reintegrações relacionadas com as viaturas relativamente às quais tenha sido celebrado o acordo previsto no nº 9) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio)

4 – Consideram-se despesas de representação, nomeadamente, os encargos suportados com

recepções, refeições, viagens, passeios e espectáculos oferecidos no país ou no estrangeiro a clientes ou a fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades.

5 – Consideram-se encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros, motos e motocicletas, nomeadamente, as reintegrações, rendas ou alugueres, seguros, despesas com manutenção e conservação, combustíveis e impostos incidentes sobre a sua posse ou utilização.

6 – São sujeitas ao regime do nº 1, sendo a taxa aplicável 35%, as despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou colectivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, tal como definido para efeitos de IRC, salvo se o sujeito passivo puder provar que tais encargos correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante exagerado.

7 – São ainda tributados autonomamente, à taxa de 5%, os encargos dedutíveis relativos a despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturadas a clientes, escrituradas a qualquer título, excepto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respectivo beneficiário, bem como os encargos da mesma natureza, que não sejam dedutíveis nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 42º do CIRC, suportados por sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no exercício a que os mesmos respeitam.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

8 – Excluem-se do disposto nos nºs 2 e 7 os sujeitos passivos a quem seja aplicado o regime simplificado de determinação do lucro tributável previsto nos artigos 28º e 31º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

9 – Nas situações de contitularidade de rendimentos abrangidas pelo artigo 19º o imposto apurado relativamente às despesas que, nos termos dos números anteriores, estão sujeitas a tributação autónoma é imputado a cada um dos contitulares na proporção das respectivas quotas.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

Artigo 74º **Rendimentos produzidos em anos anteriores**

1 – Se forem englobados rendimentos das categorias A, F ou H que comprovadamente tenham sido produzidos em anos anteriores àquele em que foram pagos ou colocados à disposição do sujeito passivo e este fizer a correspondente imputação na declaração de rendimentos, o respectivo valor é dividido pela soma do número de anos ou fracção a que respeitem, no máximo de seis, incluindo o ano do recebimento, aplicando-se à globalidade dos rendimentos a taxa correspondente à soma daquele quociente com os rendimentos produzidos no próprio ano.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

2 – A faculdade prevista no número anterior não pode ser exercida relativamente aos rendimentos previstos no nº 3 da alínea b) do nº 3 do artigo 2º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 85/2001, de 4 de Agosto)

CAPÍTULO IV

Liquidação

Artigo 75º

Competência para a liquidação

A liquidação do IRS compete à Direcção-Geral dos Impostos.

Artigo 76º

Procedimentos e formas de liquidação

1 – A liquidação do IRS processa-se nos termos seguintes:

- a) Tendo sido apresentada a declaração até 30 dias após o termo do prazo legal, a liquidação tem por objecto o rendimento colectável determinado com base nos elementos declarados, sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 65º;
- b) Não tendo sido apresentada declaração, a liquidação tem por base os elementos de que a Direcção-Geral dos Impostos disponha;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

- c) Sendo superior ao que resulta dos elementos a que se refere a alínea anterior, considera-se a totalidade do rendimento líquido da categoria B obtido pelo titular do rendimento no ano mais próximo que se encontre determinado, quando não tenha sido declarada a respectiva cessação de actividade.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

2 – Na situação referida na alínea b) do número anterior, o rendimento líquido da categoria B determina-se em conformidade com as regras do regime simplificado de tributação, com aplicação do coeficiente mais elevado previsto no nº 2 do artigo 31º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

3 – Quando não seja apresentada declaração, o titular dos rendimentos é notificado por carta registada para cumprir a obrigação em falta no prazo de 30 dias, findo o qual a liquidação é efectuada, não se atendendo ao disposto no artigo 70º e sendo apenas efectuadas as deduções previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 79º e no nº 3 do artigo 97º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

4 – Em todos os casos previstos no nº 1, a liquidação pode ser corrigida, se for caso disso, dentro dos prazos e nos termos previstos nos artigos 45º e 46º da lei geral tributária.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

Artigo 77º

Prazo para liquidação

A liquidação do IRS deve ser efectuada no ano imediato àquele a que os rendimentos respeitam, nos seguintes prazos:

- a) Até 31 de Julho, com base na declaração apresentada nos prazos referidos no nº 1 do artigo 60º

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

- b) (Revogada.)

(Redacção revogada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

- c) Até 30 de Novembro, no caso previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 76º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

Artigo 78º

Deduções à colecta

1 – À colecta são efectuadas, nos termos dos artigos subsequentes, as seguintes deduções relativas:

- a) Aos sujeitos passivos, seus dependentes e ascendentes; b) Às despesas de saúde; c) Às despesas de educação e formação; d) Às importâncias respeitantes a pensões de alimentos;

(Redacção dada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009.)

- e) Aos encargos com lares; f) Aos encargos com imóveis;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

- g) Aos encargos com prémios de seguros de vida previstos no artigo 87º;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

- h) Às pessoas com deficiência; i) À dupla tributação internacional; j) Aos benefícios fiscais.

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005. A redacção da alínea g) foi introduzida pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007, que procedeu, ainda, à renumeração das alíneas h) e i).)

2 – São ainda deduzidos à colecta os pagamentos por conta do imposto e as importâncias retidas na fonte que tenham aquela natureza, respeitantes ao mesmo período de tributação, bem como as retenções efectuadas ao abrigo do artigo 11º da Directiva nº 2003/48/CE, de 3 de Junho.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 62/2005, de 11 de Março, com entrada em vigor no dia 1 de Julho de 2005, desde que se mostre observado o disposto no artigo 17º da Directiva nº 2003/48/CE, de 3 de Junho)

3 – As deduções referidas neste artigo são efectuadas pela ordem nele indicada e apenas as previstas no número anterior, quando superiores ao imposto devido, conferem direito ao reembolso da diferença.

4 – Em caso algum, as deduções previstas no nº 1, sujeitas aos limites constantes da tabela prevista no nº 7, podem deixar aos sujeitos passivos rendimento líquido de imposto menor do que aquele que lhe ficaria se o seu rendimento colectável correspondesse ao limite superior do escalão imediatamente inferior.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

5 – As deduções previstas no nº 1 aplicam-se apenas aos sujeitos passivos residentes em território português.

(A presente redacção foi renumerada pela Lei nº 64/2008, de 5 de Dezembro, correspondendo ao anterior nº 4.)

6 – As deduções referidas nas alíneas a) a h) bem como na alínea j) do nº 1 só podem ser realizadas:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

a) Mediante a identificação fiscal dos dependentes, ascendentes, colaterais ou beneficiários a que se reportem, feita na declaração a que se refere o nº 1 do artigo 57º; b) Mediante a identificação, em factura emitida nos termos legais, do sujeito passivo ou do membro do agregado a que se reportem, nos casos em que envolvam despesa.

7 – A soma das deduções à colecta previstas nos artigos 82º, 83º, 83º-A, 84º e 85º não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela:

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Escalão de rendimento colectável (euros)	Limite (euros)
Até 4 898	Sem limite
De mais de 4 898 até 7 410	Sem limite
De mais de 7 410 até 18 375	1 250
De mais de 18 375 até 42 259	1 200
De mais de 42 259 até 61 244	1 150
De mais de 61 244 até 66 045	1 100
De mais de 66 045 até 153 300	0
Superior a 153 300	0

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

8 – Os limites previstos para o 3º, 4º, 5º e 6º escalões de rendimentos na tabela constante do número anterior são majorados em 10 % por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo de IRS.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

9 – Nos casos em que, por divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, as responsabilidades parentais relativas aos filhos são exercidas em comum por ambos os progenitores, as deduções à colecta são efectuadas nos seguintes termos:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) 50 % dos montantes fixados na alínea d) do nº 1 e no nº 3 do artigo 79º e nos nºs 1, 2 e 6 do artigo 87º, relativamente a cada dependente; b) 50 % do limite previsto no nº 4 do artigo 87º, respectivamente, por cada dependente; c) 50 % dos restantes limites quantitativos estabelecidos para as deduções previstas nas alíneas b), c), e) e j) do nº 1 deste artigo e no nº 2 do artigo 74º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, salvo se no mesmo agregado existirem outros dependentes que não estejam nestas condições.

Artigo 79º

Deduções dos sujeitos passivos, descendentes e ascendentes

1 – À colecta devida por sujeitos passivos residentes em território português e até ao seu montante são deduzidos:

a) 55 % do valor do IAS, por cada sujeito passivo;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

b) (Revogada.)

(A presente alínea foi revogada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

c) 80 % do valor do IAS, por sujeito passivo, nas famílias monoparentais;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

d) 40 % do valor do IAS, por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo deste imposto;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

e) 55 % do valor do IAS, por ascendente que viva efectivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo e não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – (Revogado.)

(O presente número foi revogado pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

3 – A dedução da alínea d) do nº 1 é elevada para o dobro, no caso de dependentes que não ultrapassem 3 anos de idade até 31 de Dezembro do ano a que respeita o imposto.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

4 – A dedução da alínea e) do nº 1 é de 85 % do valor do IAS no caso de existir apenas um ascendente, nas condições nela previstas.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 80º

(Revogado)

(Revogado pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

Artigo 81º

Eliminação da dupla tributação internacional

1 – Os titulares de rendimentos das diferentes categorias obtidos no estrangeiro têm direito a um crédito de imposto por dupla tributação internacional, dedutível até à concorrência da parte da colecta proporcional a esses rendimentos líquidos, considerados nos termos da alínea b) do nº 6 do artigo 22º, que corresponderá à menor das seguintes importâncias:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 39-A/2005, de 29 de Julho)

- a) Imposto sobre o rendimento pago no estrangeiro;
- b) Fracção da colecta do IRS, calculada antes da dedução, correspondente aos rendimentos que no país em causa possam ser tributados, líquidos das deduções específicas previstas neste Código.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 39-A/2005, de 29 de Julho)

2 – Quando existir convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal, a dedução a efectuar nos termos do número anterior não pode ultrapassar o imposto pago no estrangeiro nos termos previstos pela convenção.

3 – Aos residentes não habituais em território português que obtenham, no estrangeiro, rendimentos da categoria A, aplica-se o método da isenção, desde que, alternativamente:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

- a) Sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado;
- b) Sejam tributados no outro país, território ou região, nos casos em que não exista convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal, desde que os rendimentos, pelos critérios previstos no n.º 1 do artigo 18.º, não sejam de considerar obtidos em território português.

4 – Aos residentes não habituais em território português que obtenham, no estrangeiro, rendimentos da categoria B, auferidos em actividades de prestação de serviços de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, a definir em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, ou provenientes da propriedade intelectual ou industrial, ou ainda da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, bem como das categorias E, F e G, aplica-se o método da isenção desde que, alternativamente:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

- a) Possam ser tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado;
- b) Possam ser tributados no outro país, território ou região, em conformidade com o modelo de convenção fiscal sobre o rendimento e o património da OCDE, interpretado de acordo com as observações e reservas formuladas por Portugal, nos casos em que não exista convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal, desde que aqueles não constem de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, relativa a regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis e, bem assim, desde que os rendimentos, pelos critérios previstos no artigo 18º, não sejam de considerar obtidos em território português.

5 – Aos residentes não habituais em território português que obtenham, no estrangeiro, rendimentos da categoria H, na parte em que os mesmos, quando tenham origem em contribuições, não tenham gerado uma dedução para efeitos do nº 2 do artigo 25º, aplica-se o método da isenção, desde que, alternativamente:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

a) Sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado;

b) Pelos critérios previstos no nº 1 do artigo 18º, não sejam de considerar obtidos em território português.

6 – Os rendimentos isentos nos termos dos n.os 3, 4 e 5 são obrigatoriamente englobados para efeitos de determinação da taxa a aplicar aos restantes rendimentos, com excepção dos previstos nos n.os 4, 5 e 6 do artigo 72º.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

7 – Os titulares dos rendimentos isentos nos termos dos n.os 3, 4 e 5 podem optar pela aplicação do método do crédito de imposto referido no nº 1, sendo neste caso os rendimentos obrigatoriamente englobados para efeitos da sua tributação, com excepção dos previstos nos n.os 3, 4, 5 e 6 do artigo 72º.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

(A redacção da epígrafe foi dada pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.)

Artigo 82º

Despesas de saúde

1 – São dedutíveis à colecta 10 %, das seguintes importâncias, com o limite de duas vezes o valor do IAS:

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) Aquisição de bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde do sujeito passivo e do seu agregado familiar, que sejam isentas de IVA, ainda que haja renúncia à isenção, ou sujeitas à taxa reduzida de 6 %;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

b) Aquisição de bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde dos afilhados civis, ascendentes e colaterais até ao 3º grau do sujeito passivo, que sejam isentas de IVA, ainda que haja renúncia à isenção, ou sujeitas à taxa reduzida de 6 %, desde que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal e com aquele vivam em economia comum;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

- c) Os juros de dívidas contraídas para o pagamento das despesas mencionadas nas alíneas anteriores;
- d) Aquisição de outros bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde do sujeito passivo, do seu agregado familiar, dos seus ascendentes e colaterais até ao 3º grau, desde que devidamente justificados através de receita médica, com o limite de €65 ou de 2,5 % das importâncias referidas nas alíneas a), b) e c) se superior.

(A redacção da presente alínea foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

2 – Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo o limite referido no nº 1 é elevado em montante correspondente a 30 % do valor do IAS, por cada dependente, caso existam, relativamente a todos eles, despesas de saúde.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3 – As despesas de saúde parcialmente comparticipadas por qualquer entidade pública ou privada são dedutíveis, na parte efectivamente suportada pelo beneficiário, no ano em que for efectuado o reembolso da parte comparticipada.

(Redacção renumerada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, correspondendo ao anterior nº 2.)

Artigo 83º **Despesas de educação e formação**

1 – São dedutíveis à colecta 30 % das despesas de educação e de formação profissional do sujeito passivo, dos seus dependentes e dos afilhados civis, com o limite de 160 % do valor do IAS, independentemente do estado civil do sujeito passivo.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo o limite referido no nº 1 é elevado em montante correspondente a 30 % do valor do IAS, por cada dependente, caso existam, relativamente a todos eles, despesas de educação ou formação.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

3 – Para os efeitos previstos neste artigo, consideram-se despesas de educação, designadamente, os encargos com creches, lactários, jardins-de-infância, formação artística, educação física, educação informática e explicações respeitantes a qualquer grau de ensino, desde que devidamente comprovados.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

4 – Para os efeitos previstos nos números anteriores, as despesas de educação e formação suportadas só são dedutíveis desde que prestadas, respectivamente, por estabelecimentos de ensino integrados no sistema nacional de educação ou reconhecidos como tendo fins análogos pelos ministérios competentes, ou por entidades reconhecidas pelos ministérios que tutelam a área da formação profissional e, relativamente às últimas, apenas na parte em que não tenham sido consideradas como dedução específica da categoria A ou encargo da categoria B.

(A presente redacção foi pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

5 – Não são dedutíveis as despesas de educação até ao montante do reembolso efectuado no ano em causa no âmbito de um Plano Poupança-Educação, nos termos previstos na legislação aplicável.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

Artigo 83º-A

Importâncias respeitantes a pensões de alimentos

1 – À colecta devida pelos sujeitos passivos são deduzidas 20 % das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas respeitantes a encargos com pensões de alimentos a que o sujeito esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo homologado nos termos da lei civil, salvo nos casos em que o seu beneficiário faça parte do mesmo agregado familiar para efeitos fiscais ou relativamente ao qual estejam previstas outras deduções à colecta ao abrigo do artigo 78º, com o limite mensal de um IAS, por beneficiário.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – A dedução de encargos com pensões de alimentos atribuídas a favor de filhos, adoptados e enteados, maiores, bem como àqueles que até à maioridade estiveram sujeitos à tutela, depende da verificação dos requisitos estabelecidos na alínea b) do nº 4 do artigo 13º.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 84º

Encargos com lares

São dedutíveis à colecta 25 % dos encargos com apoio domiciliário, lares e instituições de apoio à terceira idade relativos aos sujeitos passivos, bem como dos encargos com lares e residências autónomas para pessoas com deficiência, seus dependentes, ascendentes e colaterais até ao 3º grau que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal, com o limite de 85 % do valor do IAS.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 85º

Encargos com imóveis

1 – São dedutíveis à colecta 15 % dos encargos a seguir mencionados relacionados com imóveis situados em território português ou no território de outro Estado membro da União Europeia ou no espaço económico europeu desde que, neste último caso, exista intercâmbio de informações:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) Juros de dívidas, por contratos celebrados até 31 de Dezembro de 2011, contraídas com a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento devidamente comprovado para habitação permanente do arrendatário, até ao limite de €591;

b) Prestações devidas em resultado de contratos celebrados até 31 de Dezembro de 2011 com cooperativas de habitação ou no âmbito do regime de compras em grupo, para a aquisição de imóveis destinados a habitação própria e permanente ou arrendamento para habitação permanente do arrendatário, devidamente comprovadas, na parte que respeitem a juros das correspondentes dívidas, até ao limite de €591;

c) Importâncias pagas a título de rendas por contrato de locação financeira celebrado até 31 de Dezembro de 2011 relativo a imóveis para habitação própria e permanente efectuadas ao abrigo deste regime, na parte que não constituam amortização de capital, até ao limite de €591;

d) Importâncias, líquidas de subsídios ou participações oficiais, suportadas a título de renda pelo arrendatário de prédio urbano ou da sua fracção autónoma para fins de habitação permanente, quando referentes a contratos de arrendamento celebrados a coberto do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90, de 15 de Outubro, ou do Novo Regime de Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, até ao limite de €591.

2 – (Revogado.)

(Redacção revogada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

3 – As deduções referidas no nº 1 não são cumulativas.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

4 – O disposto na alínea a) do nº 1 não é aplicável quando os encargos aí referidos sejam devidos a favor de entidade residente em país, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, e que não disponha em território português de estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

5 – O disposto nas alíneas c) e d) do nº 1 não é aplicável quando os encargos aí referidos sejam devidos a favor de entidade residente em país, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, e que não disponha em território português de estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

6 – (Revogado.)

(Redacção revogada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

7 – Os limites estabelecidos no nº 1 são elevados, tendo em conta os escalões previstos no nº 1 do artigo 68º, nos seguintes termos:

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) Em 50 % para os sujeitos passivos com rendimento colectável até ao limite do 2º escalão;

(Redacção dada pela Lei nº 64/2008, de 5 de Dezembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2008.)

b) Em 20 % para os sujeitos passivos com rendimento colectável até ao limite do 3º escalão;

(Redacção dada pela Lei nº 64/2008, de 5 de Dezembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2008.)

c) Em 10 % para os sujeitos passivos com rendimento colectável até ao limite do 4º escalão.

(Redacção dada pela Lei nº 64/2008, de 5 de Dezembro, com produção de efeitos desde 1 de Janeiro de 2008.)

Nota: A redacção da epígrafe do presente artigo foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Artigo 85º-A (Revogado)

(Redacção revogada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 86º Prémios de seguros

1 – São dedutíveis à colecta 25% das importâncias despendidas com prémios de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido, após os 55 anos de idade, e cinco de duração do contrato, relativos ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com o limite de €65, tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, ou de €130, tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

2 – (Revogado)

3 – São igualmente dedutíveis à colecta 30 % dos prémios de seguros ou contribuições pagas a associações mutualistas que, em qualquer dos casos, cubram exclusivamente os riscos de saúde relativamente ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com os seguintes limites:

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 292/2009, de 13 de Outubro, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2009.)

a) Tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, até ao limite de €85;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

b) Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, até ao limite de €170;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

c) Por cada dependente a seu cargo, os limites das alíneas anteriores são elevados em €43.

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

4 – Para efeitos do disposto no nº 1, só relevam os prémios de seguros que não garantam o pagamento, e este se não verifique, nomeadamente por resgate ou adiantamento, de qualquer capital de vida fora das condições aí mencionadas.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

5 – No caso de pagamento, pelas empresas de seguros ou associações mutualistas, de quaisquer importâncias fora das condições previstas no nº 1, o resultado da soma dos montantes

anuais deduzidos, agravados de uma importância correspondente à aplicação, a cada um deles, do produto de 10 % pelo número de anos decorridos desde aquele em que foi exercido o direito à dedução, é acrescido ao rendimento ou à colecta, conforme a dedução tenha sido efectuada ao rendimento ou à colecta, do ano em que ocorrer o pagamento, para o que as empresas de seguros ou associações mutualistas ficam obrigadas a comunicar à administração fiscal a ocorrência de tais factos.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 292/2009, de 13 de Outubro, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2009.)

Nota: A presente redacção foi revogada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011, mantendo-se em vigor no que respeita às condições de resgate e adiantamento de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida em relação aos quais tenha sido exercido o direito à dedução em anos anteriores, bem como ao agravamento em caso de pagamento fora dessas condições.)

Artigo 87º

Dedução relativa às pessoas com deficiência

1 – São dedutíveis à colecta por cada sujeito passivo com deficiência uma importância correspondente a quatro vezes o valor do IAS e por cada dependente com deficiência, bem como, por cada ascendente com deficiência que esteja nas condições da alínea e) do nº 1 do artigo 79º, uma importância igual a 1,5 vezes o valor do IAS.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – São ainda dedutíveis à colecta 30 % da totalidade das despesas efectuadas com a educação e a reabilitação do sujeito passivo ou dependentes com deficiência, bem como 25 % da totalidade dos prémios de seguros de vida ou contribuições pagas a associações mutualistas que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

3 – No caso de contribuições pagas para reforma por velhice a dedução depende de o benefício ser garantido, após os 55 anos de idade e cinco anos de duração do contrato, ser pago por aquele ou por terceiros, e desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com o limite de €65, tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, ou de (euro) 130, tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

4 – A dedução dos prémios de seguros ou das contribuições pagas a associações mutualistas a que se refere o nº 2 não pode exceder 15 % da colecta de IRS.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

5 – Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresente um grau de incapacidade permanente, devidamente comprovado mediante atestado médico de incapacidade multiuso emitido nos termos da legislação aplicável, igual ou superior a 60%.

(Redacção dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, posteriormente renumerada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, correspondendo ao anterior nº 4.)

6 – É dedutível à colecta, a título de despesa de acompanhamento, uma importância igual a quatro vezes o valor do IAS por cada sujeito passivo ou dependente, cujo grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, seja igual ou superior a 90 %.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

7 – Por cada sujeito passivo com deficiência das Forças Armadas abrangido pelo Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro e pelo Decreto-Lei nº 314/90, de 13 de Outubro, que beneficie da dedução prevista no nº 1 é, ainda, dedutível à colecta uma importância igual ao valor do IAS.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

8 – As deduções previstas nos nºs 1, 6 e 7 são cumulativas.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 88º **Benefícios fiscais**

1 – São dedutíveis à colecta os benefícios fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais e demais legislação complementar.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – A soma dos benefícios fiscais dedutíveis à colecta nos termos do número anterior não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela:

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Escalão de rendimento colectável (euros)	Limite (euros)
Até 4 898	Sem limite
De mais de 4 898 até 7 410	Sem limite
De mais de 7 410 até 18 375	100
De mais de 18 375 até 42 259	80
De mais de 42 259 até 61 244	60
De mais de 61 244 até 66 045	50
De mais de 66 045 até 153 300	50
Superior a 153 300	0

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 89º **Liquidação adicional**

1 – Procede-se a liquidação adicional sempre que, depois de liquidado o imposto, se verifique ser de exigir em virtude de correcções efectuadas nos termos do disposto no nº 2 do artigo 76º ou de fixação do rendimento tributável, nos casos previstos neste Código, imposto superior ao liquidado.

2 – Procede-se ainda a liquidação adicional, sendo caso disso, em consequência de:

- a) Exame à contabilidade do sujeito passivo;
- b) Erros de facto ou de direito ou omissões verificadas em qualquer liquidação, de que haja resultado prejuízo para o Estado.

Artigo 90º

Reforma de liquidação

Sempre que, relativamente às entidades a que se aplique o regime definido no artigo 20º, haja lugar a correcções que determinem alteração dos montantes imputados aos respectivos sócios ou membros, a Direcção-Geral dos Impostos procede à reforma da liquidação efectuada àqueles, cobrando-se ou anulando-se em consequência as diferenças apuradas.

Artigo 91º

Juros compensatórios

1 – Sempre que, por facto imputável ao sujeito passivo, for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido ou a entrega de imposto a pagar antecipadamente, ou retido ou a reter no âmbito da substituição tributária, acrescem ao montante do imposto juros compensatórios nos termos do artigo 35º da Lei Geral Tributária.

2 – São igualmente devidos juros compensatórios nos termos referidos no nº 1 quando o sujeito passivo, por facto a si imputável, tenha recebido reembolso superior ao devido.

Artigo 92º

Prazo de caducidade

1 – A liquidação do IRS, ainda que adicional, bem como a reforma da liquidação efectua-se no prazo e nos termos previstos no artigo 45º e artigo 46º da Lei Geral Tributária.

2 – Em caso de ter sido efectuado reporte de resultado líquido negativo, o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

3 – Determina o início da contagem do prazo de caducidade, nos casos em que haja lugar a liquidação de imposto, a ocorrência de qualquer dos seguintes factos:

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

a) A não afectação do imóvel à habitação do sujeito passivo ou do seu agregado familiar no prazo referido nas alíneas a), b) e c) do nº 6 do artigo 10º;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

b) O decurso do prazo de reinvestimento do valor de realização de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar sem que o mesmo tenha sido concretizado, total ou parcialmente, nos termos da alínea a) do nº 5 do artigo 10º;

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

c) O pagamento de qualquer capital em vida, antes de decorridos cinco anos, relativo a seguros ou produtos mutualistas cujos prémios ou contribuições tenham sido deduzidos nos termos e condições previstos no nº 1 do artigo 27º ou nos nºs 2, 3 e 4 do artigo 87º

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 93º

Revisão oficiosa

1 – Quando, por motivos imputáveis aos serviços, tenha sido liquidado imposto superior ao devido, procede-se a revisão oficiosa da liquidação nos termos do artigo 78º da Lei Geral Tributária.

2 – Revisto o acto de liquidação, é emitida a consequente nota de crédito.

3 – O crédito ao reembolso de importâncias indevidamente cobradas pode ser satisfeito por ordem de pagamento ou por compensação nos termos previstos na lei.

Artigo 94º

Juros indemnizatórios

São devidos juros indemnizatórios nos termos do artigo 43º da Lei Geral Tributária, a serem liquidados e pagos nos termos do artigo 61º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 95º

Limites mínimos

Não há lugar a cobrança ou reembolso quando, em virtude de liquidação, ainda que adicional, reforma ou revogação de liquidação, a importância a cobrar seja inferior a 5000\$00 ((euro)24,94) ou a importância a restituir seja inferior a 2000\$00 ((euro)9,98).

Artigo 96º

Restituição oficiosa do imposto

1 – A diferença entre o imposto devido a final e o que tiver sido entregue nos cofres do Estado em resultado de retenção na fonte ou de pagamentos por conta, favorável ao sujeito passivo, deve ser restituída até ao termo dos prazos previstos no nº 1 do artigo 97º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

2 – Sobre a diferença favorável ao sujeito passivo entre o imposto devido a final liquidado com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e o que tiver sido retido ou pago por conta é devida uma remuneração compensatória.

3 – A remuneração referida no número anterior é líquida e não tem a natureza de rendimento de capitais.

CAPÍTULO V

Pagamento

Artigo 97º

Pagamento do imposto

1 – O IRS deve ser pago no ano seguinte àquele a que respeitam os rendimentos nos seguintes prazos:

(A redacção do presente número e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

a) Até 31 de Agosto, quando a liquidação seja efectuada no prazo previsto na alínea a) do artigo 77º;

b) (Revogada.)

(Redacção revogada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

c) Até 31 de Dezembro, quando a liquidação seja efectuada no prazo previsto na alínea c) do artigo 77º.

2 – Nos casos previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 76º, ao imposto são acrescidos os juros compensatórios que se mostrarem devidos.

3 – As importâncias efectivamente retidas ou pagas nos termos dos artigos 98º a 102º são deduzidas ao valor do imposto respeitante ao ano em que ocorreu a retenção ou pagamento.

Artigo 98º

Retenção na fonte – regras gerais

1 – Nos casos previstos nos artigos 99º a 101º e noutros estabelecidos na lei, a entidade devedora dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte, as entidades registadoras ou depositárias, consoante o caso, são obrigadas, no acto do pagamento, do vencimento, ainda que presumido, da sua colocação à disposição, da sua liquidação ou do apuramento do respectivo quantitativo, consoante os casos, a deduzir-lhes as importâncias correspondentes à aplicação das taxas nelas previstas por conta do imposto respeitante ao ano em que esses actos ocorrem.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

2 – As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 105º, nos prazos indicados nos números seguintes.

3 – As quantias retidas nos termos dos artigos 99º a 101º devem ser entregues até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

4 – Sempre que se verifiquem incorrecções nos montantes retidos, devidas a erros imputáveis à entidade devedora dos rendimentos, deve a sua rectificação ser feita na primeira retenção a que deva proceder-se após a detecção do erro, sem, porém, ultrapassar o último período de retenção anual.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio)

5 – As sociedades gestoras de património residentes em território português com conta aberta nos termos do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 163/94, de 4 de Junho, junto de entidades registadoras ou depositárias, estão obrigadas ao cumprimento das obrigações previstas no presente Código para as entidades registadoras ou depositárias, designadamente as de retenção na fonte, pagamento e declarativas.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

Artigo 99º

Retenção sobre rendimentos das categorias A e H

1 – As entidades devedoras de rendimentos de trabalho dependente, com excepção dos previstos nos ns. 4), 5), 7), 9) e 10) da alínea b) e na alínea g) do nº 3 do artigo 2º, e de pensões, com excepção das de alimentos, são obrigadas a reter o imposto no momento do seu pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio)

2 – As entidades devedoras e os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões são obrigados, respectivamente:

a) A solicitar ao sujeito passivo, no início do exercício de funções ou antes de ser efectuado o primeiro pagamento ou colocação à disposição, os dados indispensáveis relativos à sua situação pessoal e familiar;

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

b) A apresentar declaração à entidade devedora dos rendimentos contendo a informação a que se refere a alínea anterior, bem como qualquer outra informação fiscalmente relevante ocorrida posteriormente.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

3 – Nos casos previstos na alínea d) do nº 1 e na segunda parte do nº 3) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º, bem como nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 11º, considera-se, para todos os efeitos legais, como entidade devedora dos rendimentos aquela que os pagar ou colocar à disposição do respectivo beneficiário.

4 – Para efeitos do disposto no artigo 54º, compete ao titular do direito aos rendimentos comprovar junto da entidade devedora que a prestação que lhe é devida comporta reembolso de capital por si pago ou que, tendo sido pago por terceiro, todavia foi total ou parcialmente tributado como rendimento seu.

5 – Ficam dispensados da retenção na fonte a que se refere o nº 1, os rendimentos do trabalho obtidos por actividades exercidas no estrangeiro por pessoas singulares residentes em território português, sempre que tais rendimentos sejam sujeitos a tributação efectiva no país da fonte em imposto similar ou idêntico ao IRS.

(Redacção dada pela Lei nº 100/2009, de 7 de Setembro.)

Artigo 99º-A

Retenção na fonte – Sobretaxa extraordinária

1 – As entidades devedoras de rendimentos de trabalho dependente e de pensões são, ainda, obrigadas a reter uma importância correspondente a 50% da parte do valor devido do subsídio de Natal ou da prestação adicional correspondente ao 13º mês que, depois de deduzidas as retenções previstas no artigo 99º e as contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e para subsistemas legais de saúde, exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida.

2 – Encontra-se abrangido pela obrigação de retenção prevista no número anterior o valor devido

do subsídio de Natal ou da prestação adicional correspondente ao 13º mês, cujo pagamento ou colocação à disposição do respectivo beneficiário incumba, por força da lei, à segurança social ou a outra entidade.

3 – A retenção na fonte prevista nos números anteriores é efectuada no momento em que os rendimentos se tornam devidos nos termos da legislação aplicável ou, se anterior, no momento do seu pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares.

4 – Quando o valor devido do subsídio de Natal ou da prestação adicional correspondente ao 13º mês for pago fraccionadamente, retém-se, em cada pagamento, a parte proporcional da sobretaxa extraordinária, calculada nos termos do nº 1.

5 – As quantias retidas devem ser entregues no prazo de oito dias contados do momento em que foram deduzidas, e nunca depois de 23 de Dezembro, nos locais indicados no artigo 105º.

(Redacção aditada pela Lei nº 49/2011, de 7 de Setembro, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

Nota: A presente redacção aplica-se apenas aos rendimentos auferidos durante o ano de 2011, cessando a sua vigência após a produção de todos os seus efeitos em relação ao ano fiscal em curso.

Artigo 100º **Retenção na fonte – remunerações não fixas**

1 – As entidades que paguem ou coloquem à disposição remunerações do trabalho dependente que compreendam, exclusivamente, montantes variáveis devem, no momento do seu pagamento ou colocação à disposição, reter o imposto de harmonia com a seguinte tabela de taxas:

Escalões de remunerações anuais (em euros)	Taxas (em percentagem)
Até 5 269	0
De 5 269 até 6 222	2
De 6 222 até 7 381	4
De 7 381 até 9 168	6
De 9 168 até 11 098	8
De 11 098 até 12 826	10
De 12 826 até 14 692	12
De 14 692 até 18 416	15
De 18 416 até 23 935	18
De 23 935 até 30 302	21
De 30 302 até 41 415	24
De 41 415 até 54 705	27
De 54 705 até 91 176	30
De 91 176 até 136 792	33
De 136 792 até 228 034	36
De 228 034 até 506 343	38
Superior a 506 343	40

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – A taxa a aplicar nos termos do nº 1 é a correspondente à remuneração anual estimada no início de cada ano ou no início da actividade profissional do sujeito passivo, ou a correspondente ao somatório das remunerações já recebidas ou colocadas à disposição, acrescido das resultantes de eventuais aumentos verificados no ano a que respeite o imposto.

3 – Quando, não havendo possibilidade de determinar a remuneração anual estimada, sejam

pagos ou colocados à disposição rendimentos que excedam o limite de €5269, aplica-se o disposto no nº 1.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

4 – Sempre que o somatório das remunerações já recebidas e a receber implique mudança de escalão, deve efectuar-se a respectiva compensação no mês em que ocorra tal facto.

Artigo 101º

Retenção sobre rendimentos de outras categorias

1 – As entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigadas a reter o imposto, mediante a aplicação, aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras e sem prejuízo do disposto nos números seguintes, das seguintes taxas:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

a) 16,5 %, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea c) do nº 1 do artigo 3º, de rendimentos das categorias E e F ou de incrementos patrimoniais previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 9º;

(Redacção dada pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

b) 21,5 %, tratando-se de rendimentos decorrentes das actividades profissionais especificamente previstas na tabela a que se refere o artigo 151.º;

(Redacção dada pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

c) 11,5 %, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea b) do nº 1 e nas alíneas g) e i) do nº 2 do artigo 3º, não compreendidos na alínea anterior.

(Redacção dada pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

d) 20 %, tratando-se de rendimentos da categoria B auferidos em actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, definidas em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, por residentes não habituais em território português.

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

2 – Tratando-se de rendimentos referidos no artigo 71º, a retenção na fonte nele prevista cabe:

(Redacção dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

a) Às entidades devedoras dos rendimentos referidos nos nºs 1, 4 e 14 do artigo 71º;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

b) Às entidades que paguem ou coloquem à disposição os rendimentos referidos nos nºs 2 e 13 do artigo 71º

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3 – Tratando-se de rendimentos de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito, emitidos por entidades residentes em território português, o disposto na alínea a) do nº 1 e na alínea a) do nº 2 é da responsabilidade das entidades registadoras ou depositárias.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

4 – Não existe obrigação de efectuar a retenção na fonte relativamente a rendimentos referidos nas alíneas c), d), e), f) e h) do nº 2 do artigo 3º.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

5 – (Eliminado)

(A redacção do presente nº foi eliminado pelo Decreto-Lei nº 80/2003, de 23 de Abril)

6 – (Eliminado)

(A redacção do presente nº foi eliminado pelo Decreto-Lei nº 80/2003, de 23 de Abril)

7 – (Eliminado)

(A redacção do presente nº foi eliminado pelo Decreto-Lei nº 80/2003, de 23 de Abril)

Artigo 102º

Pagamentos por conta

1 – A titularidade de rendimentos da categoria B determina, para os respectivos sujeitos passivos, a obrigatoriedade de efectuarem três pagamentos por conta do imposto devido a final, até ao dia 20 de cada um dos meses de Julho, Setembro e Dezembro.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

2 – A totalidade dos pagamentos por conta é igual a 76,5 % do montante calculado com base na seguinte fórmula:

(Redacção dada pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

$$C \times (RLB/RLT) - R$$

em que as siglas utilizadas têm o seguinte significado:

C = colecta do penúltimo ano, líquida das deduções a que se refere o nº 1 do artigo 78º, com excepção da dedução constante da alínea h);

R = total das retenções efectuadas no penúltimo ano sobre os rendimentos da categoria B;

RLB = rendimento líquido positivo do penúltimo ano da categoria B;

RLT = rendimento líquido total do penúltimo ano.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

3 – O valor de cada pagamento por conta, resultante da aplicação do disposto no número anterior, arredondado por excesso para euros, é comunicado aos sujeitos passivos através de nota demonstrativa da liquidação do imposto respeitante ao penúltimo ano, sem prejuízo do envio do documento de pagamento, no mês anterior ao do termo do respectivo prazo, não sendo exigível se for inferior a €50.

(A presente redacção foi dada pelo Decreto-Lei nº 160/2003, de 19 de Julho)

4 – Cessa a obrigatoriedade de serem efectuados os pagamentos por conta quando:

a) Os sujeitos passivos verifiquem, pelos elementos de que disponham, que os montantes das retenções que lhes tenham sido efectuadas sobre os rendimentos da categoria B, acrescidos dos pagamentos por conta eventualmente já efectuados e relativos ao próprio ano, sejam iguais ou superiores ao imposto total que será devido;

b) Deixem de ser auferidos rendimentos da categoria B.

5 – Os pagamentos por conta podem ser reduzidos pelos sujeitos passivos quando o pagamento por conta for superior à diferença entre o imposto total que os sujeitos passivos julgarem devido e os pagamentos já efectuados.

6 – Verificando-se, pela declaração de rendimentos do ano a que respeita o imposto, que, em consequência da cessação ou redução dos pagamentos por conta, deixou de pagar-se uma importância superior a 20% da que, em condições normais, teria sido entregue, há lugar a juros compensatórios se a liquidação do imposto do penúltimo ano tiver sido efectuada até 31 de Maio do ano em que os pagamentos por conta devam ser efectuados e os sujeitos passivos se mantiverem integrados no mesmo agregado, sendo para o efeito a importância considerada em falta imputada em partes iguais ao valor de cada um dos pagamentos devidos.

7 – Os juros compensatórios referidos no número anterior são calculados nos termos e à taxa previstos no artigo 35º da Lei Geral Tributária, contando-se dia a dia desde o termo do prazo fixado para cada pagamento até à data em que, por lei, a liquidação deva ser feita.

Artigo 103º

Responsabilidade em caso de substituição

1 – Em caso de substituição tributária, a entidade obrigada à retenção é responsável pelas importâncias retidas e não entregues nos cofres do Estado, ficando o substituto desobrigado de qualquer responsabilidade no seu pagamento, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 – Quando a retenção for efectuada meramente a título de pagamento por conta de imposto devido a final, cabe ao substituído a responsabilidade originária pelo imposto não retido e ao substituto a responsabilidade subsidiária, ficando este ainda sujeito aos juros compensatórios devidos desde o termo do prazo de entrega até ao termo do prazo da apresentação da declaração pelo responsável originário ou até à data da entrega do imposto retido, se anterior.

3 – Nos restantes casos, o substituído é apenas subsidiariamente responsável pelo pagamento da diferença entre as importâncias que deveriam ter sido deduzidas e as que efectivamente o foram.

4 – Tratando-se de rendimentos sujeitos a retenção que não tenham sido contabilizados nem comunicados como tal aos respectivos beneficiários, o substituto assume responsabilidade solidária pelo imposto não retido.

(A presente redacção foi aditada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

5 – Em caso de não cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 101º e no artigo 120º, as entidades emitentes de valores mobiliários são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto em falta.

(A presente redacção foi aditada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

Artigo 104º
Pagamento fora do prazo normal

Quando, por qualquer razão, não se proceda à liquidação no prazo previsto no artigo 77º, o sujeito passivo é notificado para satisfazer o imposto devido no prazo de 30 dias a contar da notificação.

Artigo 105º
Local de pagamento

O IRS pode ser pago em qualquer tesouraria de finanças, nas instituições bancárias autorizadas, nos correios ou em qualquer outro local determinado por lei.

Artigo 106º
Como deve ser feito o pagamento

O pagamento do IRS deve ser integral e efectuado em moeda corrente, por cheque ou vale do correio, transferência conta a conta ou qualquer outro meio, nos termos autorizados por lei.

Artigo 107º
Impressos de pagamento

Os pagamentos previstos neste Código são efectuados mediante a apresentação dos impressos de modelo aprovado.

Artigo 108º
Cobrança coerciva

1 – Findos os prazos de pagamento previstos neste Código sem que o mesmo se mostre efectuado, é extraída pela Direcção-Geral dos Impostos certidão de dívida com base nos elementos de que disponha para efeitos de cobrança coerciva.

2 – Nos casos de substituição tributária, bem como nos casos em que o imposto deva ser autonomamente liquidado e entregue nos cofres do Estado, a Direcção-Geral dos Impostos, independentemente do procedimento contra-ordenacional ou criminal que no caso couber, notifica as entidades devedoras para efectuarem o pagamento do imposto e juros compensatórios devidos, no prazo de 30 dias a contar da notificação, com as consequências previstas no número anterior para a falta de pagamento.

Artigo 109º
(Revogado)

(A redacção do presente artigo foi revogada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

Artigo 110º
Juros de mora

Quando o imposto liquidado ou apurado pela Direcção-Geral dos Impostos, acrescido dos juros compensatórios eventualmente devidos, não for pago no prazo em que o deva ser, começam a

contar-se juros de mora nos termos previstos no artigo 44º da Lei Geral Tributária.

Artigo 111º

Privilégios creditórios

Para pagamento do IRS relativo aos três últimos anos, a Fazenda Pública goza de privilégio mobiliário geral e privilégio imobiliário sobre os bens existentes no património do sujeito passivo à data da penhora ou outro acto equivalente.

CAPÍTULO VI

Obrigações acessórias

Artigo 112º

Declaração de início de actividade, de alterações e de cessação

1 – Antes de iniciar alguma actividade susceptível de produzir rendimentos da categoria B, deve o sujeito passivo apresentar a respectiva declaração de início num serviço de finanças, em impresso de modelo oficial.

2 – Sempre que se verifiquem alterações de qualquer dos elementos constantes da declaração de início de actividade, deve o sujeito passivo entregar em qualquer serviço de finanças, no prazo de 15 dias a contar da alteração, se outro prazo não for previsto neste Código, a respectiva declaração de alterações, em impresso de modelo oficial.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

3 – No caso de cessação de actividade, deve o sujeito passivo, no prazo de 30 dias a contar da data da cessação, entregar a respectiva declaração num serviço de finanças, em impresso de modelo oficial.

4 – Quando o serviço de finanças receptor disponha dos meios informáticos adequados, as declarações referidas nos números anteriores podem ser substituídas pela declaração verbal, efectuada pelo sujeito passivo, de todos os elementos necessários ao registo e início de actividade, à alteração de dados constantes daquele registo e à cessação de actividade, sendo estes imediatamente introduzidos no sistema informático e confirmados pelo declarante, após a sua impressão em documento tipificado.

5 – O documento tipificado nas condições referidas no número anterior substitui, para todos os efeitos legais, as declarações referidas nos ns. 1 a 3.

6 – O documento comprovativo do início de actividade, das alterações ou da cessação é o documento tipificado, consoante os casos, processado após a confirmação dos dados do declarante, autenticado com a assinatura do funcionário receptor e com aposição de vinheta do técnico oficial de contas que assume a responsabilidade fiscal do sujeito passivo a que respeitam as declarações, quando seja adoptada contabilidade organizada.

7 – As declarações referidas nos nºs 1 a 3 podem ser enviadas por transmissão electrónica de dados.

(Redacção aditada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

Artigo 113º

Declaração anual de informação contabilística e fiscal

1 – Os sujeitos passivos de IRS devem entregar anualmente uma declaração de informação contabilística e fiscal, de modelo oficial, relativa ao ano anterior, quando possuam ou sejam obrigados a possuir contabilidade organizada ou quando estejam obrigados à apresentação de qualquer dos anexos que dela fazem parte integrante.

2 – A declaração referida no número anterior deve ser enviada, por transmissão electrónica de dados, até 15 de Julho, independentemente de esse dia ser útil ou não.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 292/2009, de 13 de Outubro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, aplicando-se às obrigações declarativas a cumprir desde essa data.)

Artigo 114º

Cessação de actividade

1 – A cessação considera-se verificada quando:

- a) Deixem de praticar-se habitualmente actos relacionados com a actividade empresarial e profissional, se não houver imóveis afectos ao exercício da actividade;
- b) Termine a liquidação das existências e a venda dos equipamentos, se os imóveis afectos ao exercício da actividade pertencerem ao dono do estabelecimento;
- c) Se extinga o direito ao uso e fruição dos imóveis afectos ao exercício da actividade ou lhe seja dado outro destino, quando tais imóveis não pertençam ao sujeito passivo;
- d) Seja partilhada a herança indivisa de que o estabelecimento faça parte, mas sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores;
- e) Se dê a transferência, a qualquer título, da propriedade do estabelecimento.

2 – Quando, no âmbito da categoria B, existirem rendimentos de actividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias e de pesca a cessação só se considera verificada quando deixe de ser exercida esta actividade e tenha terminado a liquidação das existências e a transmissão dos equipamentos ou a afectação destes a outras actividades, excepto quando for feita a opção prevista na última parte do artigo 36º, caso em que a cessação ocorre no final do período de diferimento de imputação do subsídio.

3 – Independentemente dos factos previstos no nº 1, pode ainda a administração fiscal declarar oficiosamente a cessação da actividade quando for manifesto que esta não está a ser exercida nem há intenção de a exercer, ou sempre que o sujeito passivo tenha declarado o exercício de uma actividade sem que possua uma adequada estrutura empresarial em condições de a exercer.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

4 – A cessação oficiosa a que se refere o número anterior não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações tributárias.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005)

Artigo 115º

Emissão de recibos e facturas

1 – Os titulares dos rendimentos da categoria B são obrigados:

a) A passar recibo, em modelo oficial, de todas as importâncias recebidas dos seus clientes, pelas prestações de serviços referidas na alínea b) do nº 1 do artigo 3º, ainda que a título de provisão, adiantamento ou reembolso de despesas, bem como dos rendimentos indicados na alínea c) do nº 1 do mesmo artigo; ou

(A redacção da presente alínea foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

b) A emitir factura ou documento equivalente por cada transmissão de bens, prestação de serviços ou outras operações efectuadas, e a emitir documento de quitação de todas as importâncias recebidas.

2 – No caso de lhes aproveitar a dispensa de obrigação de facturação, nos termos do nº 1 do artigo 39º do Código do IVA, são os mesmos titulares obrigados à observância do disposto nos demais números do referido preceito, com as necessárias adaptações.

3 – (Revogado.)

(Redacção revogada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

4 – As pessoas que paguem rendimentos previstos no artigo 3º são obrigadas a exigir os respectivos recibos, facturas ou documentos equivalentes e a conservá-los durante os cinco anos civis subsequentes, salvo se tiverem de dar-lhes outro destino devidamente justificado.

Artigo 116º

Livros de registo

1 – Os titulares dos rendimentos da categoria B são obrigados:

a) A escriturar os livros a que se referem as alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 50º do Código do IVA, no caso de não possuírem contabilidade organizada; e

b) A evidenciar em separado no respectivo livro de registo as importâncias respeitantes a reembolsos de despesas efectuadas em nome e por conta do cliente, as quais, quando devidamente documentadas, não influenciam a determinação do rendimento, quando não possuam contabilidade organizada.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os sujeitos passivos que exerçam actividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias devem possuir ainda os seguintes elementos de escrita:

a) Livro de registo do movimento de produtos, gado e materiais;

b) Livro de registo de imobilizações.

3 – Os livros referidos no número anterior podem ser substituídos pelos livros e demais elementos de escrita exigidos pelo sistema adoptado na Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA) ou pelas listagens do Sistema Gestagro, independentemente de os sujeitos passivos estarem integrados na referida rede.

4 – A escrituração dos livros referidos na alínea a) do nº 1 obedece às seguintes regras:

a) Os lançamentos deverão ser efectuados no prazo máximo de 60 dias;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

b) As importâncias recebidas a título de provisão, adiantamento ou a qualquer outro destinadas a custear despesas da responsabilidade dos clientes devem ser registadas em conta corrente e escrituradas no respectivo livro, sendo consideradas como receita no ano posterior ao da sua recepção, sem contudo exceder a apresentação da conta final relativa ao trabalho prestado;

c) Os lançamentos devem ser sempre suportados por documentos comprovativos.

5 – Os titulares dos rendimentos referidos nas alíneas h) e i) do nº 2 do artigo 3º ficam dispensados do cumprimento das obrigações previstas no nº 1.

6 – Os titulares de rendimentos da categoria B que, não sendo obrigados a dispor de contabilidade organizada, possuam, no entanto, um sistema de contabilidade que satisfaça os requisitos adequados ao correcto apuramento e fiscalização do imposto podem não utilizar os livros referidos no presente artigo.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

Artigo 117º

Obrigações contabilísticas

1 – Os titulares de rendimentos da categoria B que não estejam abrangidos pelo regime simplificado de tributação são obrigados a dispor de contabilidade organizada, nos termos da lei comercial e fiscal, que permita o controlo do rendimento apurado.

2 – Aos sujeitos passivos referidos no número anterior é aplicável o disposto no artigo 123º do Código do IRC.

(A redacção do nº 2 foi dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 118º

Centralização, arquivo e escrituração de livros

1 – Os sujeitos passivos são obrigados a centralizar a contabilidade ou a escrituração dos livros referidos nos artigos anteriores no seu domicílio fiscal ou em estabelecimento estável ou instalação situados em território português, devendo neste último caso indicar, na declaração de início ou na declaração de alterações, a sua localização.

2 – Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar os livros da sua escrituração e os documentos com ela relacionados, devendo conservá-los em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes.

Artigo 119º

Comunicação de rendimentos e retenções

1 – As entidades devedoras de rendimentos que estejam obrigadas a efectuar a retenção, total ou parcial, do imposto, bem como as entidades devedoras dos rendimentos previstos nos nºs

4), 5), 7), 9) e 10) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º e as entidades através das quais sejam processados os rendimentos sujeitos ao regime especial de tributação previsto no nº 3 do artigo 72º, bem como as entidades que paguem ou coloquem à disposição dos respectivos titulares, os rendimentos previstos na alínea b) do nº 2 do artigo 101º, são obrigadas a:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio.)

a) Possuir registo actualizado das pessoas credoras desses rendimentos, ainda que não tenha havido lugar a retenção do imposto, do qual constem, nomeadamente, o nome, o número fiscal e respectivo código, bem como a data e valor de cada pagamento ou dos rendimentos em espécie que lhes tenham sido atribuídos;

b) Entregar ao sujeito passivo, até 20 de Janeiro de cada ano, documento comprovativo das importâncias devidas no ano anterior, incluindo, quando for caso disso, as correspondentes aos rendimentos em espécie que lhes hajam sido atribuídos, do imposto retido na fonte e das deduções a que eventualmente haja lugar ou ainda, nos 15 dias imediatos à respectiva ocorrência, de qualquer facto que determine a alteração dos rendimentos ou a obrigação de os declarar;

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

c) Entregar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, uma declaração, de modelo oficial, referente àqueles rendimentos e respectivas retenções de imposto, de contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e subsistemas legais de saúde, bem como de quotizações sindicais, relativas ao ano anterior;

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 361/2007, de 2 de Novembro.)

d) Apresentar a declaração a que se refere a alínea anterior nos 30 dias imediatos à ocorrência de qualquer facto que determine a alteração dos rendimentos já declarados ou que implique a obrigação de os declarar.

(Redacção aditada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

2 – As entidades devedoras dos rendimentos a que se refere o artigo 71º, cujos titulares beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa, são obrigadas a:

(A redacção do presente nº e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro.)

a) Entregar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao fim do mês de Julho de cada ano, uma declaração relativa àqueles rendimentos, de modelo oficial;

b) Possuir um registo actualizado dos titulares desses rendimentos com indicação do respectivo regime fiscal, bem como os documentos que justificam a isenção, a redução de taxa ou a dispensa de retenção na fonte.

3 – Tratando-se de rendimentos de quaisquer títulos nominativos ou ao portador, com excepção dos sujeitos a englobamento obrigatório, e de juros de depósitos à ordem ou a prazo, cujos titulares sejam residentes em território português, o documento referido na alínea b) do nº 1 apenas é emitido a solicitação expressa dos sujeitos passivos que pretendam optar pelo englobamento, a qual deve ser efectuada até 31 de Janeiro do ano seguinte àquele a que os rendimentos respeitam.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 361/2007, de 2 de Novembro.)

4 – O documento referido no número anterior deve ser junto à declaração de rendimentos do ano a que respeita ou, se esta for enviada por transmissão electrónica de dados, deve ser remetido ao serviço de finanças da área do domicílio fiscal até ao final do prazo referido na subalínea ii) da alínea b) do artigo 60º.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2010.)

5 – Não é considerada a opção pelo englobamento se não for cumprido o disposto no número anterior ou se a solicitação referida na parte final do nº 3 for efectuada para além do prazo aí previsto.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 361/2007, de 2 de Novembro.)

6 – O registo, documento e declaração a que se referem as alíneas a) a d) do nº 1 devem individualizar os rendimentos devidos que, nos termos da lei, não foram objecto de retenção na fonte.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

7 – Tratando-se de rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes em território português, as entidades devedoras são obrigadas a:

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) Entregar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao fim do 2º mês seguinte ao do pagamento ou colocação à disposição dos respectivos beneficiários, uma declaração relativa àqueles rendimentos, de modelo oficial;

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

b) Cumprir as obrigações previstas nas alíneas a) e b) do nº 1 e b) do nº 2, consoante o caso.

8 – Quando haja criação ou aplicação, em benefício de trabalhadores ou membros de órgãos sociais, de planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente, ainda que por entidade compreendida no âmbito de aplicação do nº 10 do artigo 2º, a entidade patronal é obrigada a declarar a existência dessa situação, cujo conhecimento se presume em todos os casos, através de modelo oficial, até 30 de Junho do ano seguinte.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro.)

9 – As entidades que suportem os encargos, preços ou vantagens económicas referidos no nº 4 do artigo 24º, ainda que em relação a planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente criados ou atribuídos por entidade compreendida no âmbito de aplicação do nº 10 do artigo 2º, são obrigadas a:

(A redacção do presente nº e respectivas alíneas foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro.)

a) Possuir registo actualizado das pessoas que auferem os correspondentes rendimentos, do qual constem o número fiscal e respectivo código, bem como as datas de exercício das opções, direitos de subscrição ou direitos de efeito equivalente, da alienação ou renúncia ao exercício ou da recompra, os valores, preços ou vantagens económicas referidos no nº

4 do artigo 24º;

b) Entregar aos sujeitos passivos, até 20 de Janeiro de cada ano, cópia do registo referido na alínea anterior, na parte que lhes respeita;

c) Incluir na declaração a que se referem as alíneas c) e d) do nº 1 informação relativa aos valores mencionados na alínea a).

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007.)

10 – (Revogado.)

(Redacção revogada pelo Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.)

11 – Tratando-se de rendimentos de quaisquer valores mobiliários, o cumprimento das obrigações referidas no presente artigo é da responsabilidade das entidades registadoras ou depositárias previstas no artigo 125º.

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2010.)

12 – Sem prejuízo do disposto nos nºs 1 e 2, as entidades devedoras ou as entidades que paguem ou coloquem à disposição dos respectivos titulares os rendimentos a que se refere o artigo 71º ou quaisquer rendimentos sujeitos a retenção na fonte a título definitivo são obrigadas a:

(Redacção aditada pelo Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2010.)

a) Cumprir a obrigação prevista na alínea a) do nº 1;

(Redacção aditada pelo Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2010.)

b) Entregar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Janeiro de cada ano, uma declaração, de modelo oficial, referente àqueles rendimentos e respectivas retenções de imposto, relativas ao ano anterior.

(Redacção aditada pelo Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2010.)

13 – (Revogado.)

(Redacção revogada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 120º

Entidades emittentes de valores mobiliários

As entidades emittentes de valores mobiliários são obrigadas a comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao fim do mês de Julho de cada ano, através de modelo oficial, os seguintes elementos:

- a) Identificação das entidades registadoras ou depositárias previstas no artigo 125º;
- b) Quantidade de valores mobiliários que integram a emissão, e tratando-se de emissão contínua, a quantidade actualizada dos valores mobiliários emitidos;
- c) Quantidade de valores mobiliários registados ou depositados em cada uma das entidades referidas na alínea a).

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

Artigo 121º

Comunicação da atribuição de subsídios

As entidades que paguem subsídios ou subvenções não reembolsáveis no âmbito do exercício de uma actividade abrangida pelo artigo 3º devem entregar à DGCI, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, uma declaração de modelo oficial, referente aos rendimentos atribuídos no ano anterior.

(Redacção aditada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

Artigo 122º

(Revogado)

(Redacção revogada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

Artigo 123º

Notários, conservadores, secretários judiciais e entidades e profissionais com competência para autenticar documentos particulares

Os notários, conservadores, secretários judiciais, secretários técnicos de justiça e entidades e profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial ou que intervenham nas operações previstas nas alíneas b), e), f) e g) do nº 1 do artigo 10º são obrigados a enviar à Direcção-Geral dos Impostos, preferencialmente por via electrónica, até ao dia 10 de cada mês, relação dos actos por si praticados e das decisões transitadas em julgado no mês anterior dos processos a seu cargo que sejam susceptíveis de produzir rendimentos sujeitos a IRS, através de modelo oficial.

(Redacção dada pela Lei nº 15/2010, de 26 de Julho, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.)

Artigo 124º

Operações com instrumentos financeiros

As instituições de crédito e sociedades financeiras devem comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Junho de cada ano, relativamente a cada sujeito passivo, através de modelo oficial:

- a) As operações efectuadas com a sua intervenção, relativamente a valores mobiliários e warrants autónomos;
- b) Os resultados apurados nas operações efectuadas com a sua intervenção relativamente a instrumentos financeiros derivados.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

Artigo 125º

Registo ou depósito de valores mobiliários

1 – As entidades registadoras ou depositárias a que se referem os artigos 61º e 99º do Código dos Valores Mobiliários, para além do cumprimento das obrigações constantes do artigo 119º, são, ainda, obrigadas a:

- a) Comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao fim do mês de Julho de cada ano, através de modelo oficial, os registos efectuados relativamente a valores mobiliários;
- b) Entregar aos investidores, até 20 de Janeiro de cada ano, uma declaração onde constem os movimentos de registo efectuados no ano anterior.

2 – As entidades registadoras ou depositárias de quaisquer valores mobiliários que não sejam consideradas residentes em território português nem possuam estabelecimento estável aí situado devem designar um representante com residência, sede ou direcção efectiva nesse território para efeitos de cumprimento das obrigações legalmente previstas.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

Artigo 126º

Entidades emitentes e utilizadoras dos vales de refeição

1 – As entidades emitentes de vales de refeição devem possuir registo actualizado do qual conste, pelo menos, a identificação das entidades adquirentes bem como dos respectivos documentos de alienação e do correspondente valor facial.

2 – As entidades emitentes de vales de refeição são obrigadas a enviar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Maio de cada ano, a identificação fiscal das entidades adquirentes de vales de refeições, bem como o respectivo montante, em declaração de modelo oficial.

3 – O disposto no número anterior não dispensa as entidades utilizadoras dos vales de refeição de cumprir o disposto no artigo 119º, relativamente às importâncias que excedam o valor excluído da tributação nos termos do nº 2) da alínea b) do nº 3 do artigo 2º.

4 – As entidades utilizadoras de vales de refeição devem possuir registo actualizado, do qual conste, pelo menos, a identificação das entidades emitentes, bem como dos respectivos documentos de aquisição, e ainda registo individualizado dos beneficiários e dos respectivos montantes atribuídos.

5 – A diferença entre os montantes dos vales de refeição adquiridos e dos atribuídos, registados nos termos dos números anteriores, deduzida do valor correspondente aos vales que se mantenham na posse da entidade adquirente, fica sujeita ao regime das despesas confidenciais ou não documentadas.

Artigo 127º

Comunicação de encargos

1 – As instituições de crédito, as cooperativas de habitação, empresas de locação financeira, empresas de seguros e as empresas gestoras dos fundos e de outros regimes complementares

referidos nos artigos 16º, 17º e 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, incluindo as associações mutualistas e as instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde, e as demais entidades que possam participar em despesas de saúde, comunicam à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, em declaração de modelo oficial, relativamente ao ano anterior e a cada sujeito passivo:

(Redacção dada pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

a) Os juros e amortizações suportados respeitantes a dívidas contraídas com a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento, com excepção das amortizações efectuadas por mobilização dos saldos das contas poupança-habitação, que possam ser deduzidos à colecta;

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

b) Os prémios pagos respeitantes a contratos de seguro de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, de acidentes pessoais e ainda os que cubram exclusivamente riscos de saúde que possam ser deduzidos à colecta nos termos deste Código ou do Estatuto dos Benefícios Fiscais e, bem assim, as contribuições efectuadas às associações mutualistas, às instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde e às demais entidades que possam participar em despesas de saúde;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

c) O montante das despesas de saúde dedutíveis à colecta nos termos do artigo 82º na parte da despesa não participada;

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

d) As importâncias aplicadas em fundos de pensões e outros regimes complementares de segurança social, incluindo os disponibilizados por associações mutualistas, previstos nos artigos 16º, 17º e 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;

(Redacção dada pelo Decreto-Lei nº 292/2009, de 13 de Outubro, posteriormente renumerada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, correspondendo à anterior al. c).)

e) As importâncias pagas aos beneficiários com inobservância das condições previstas no nº 2 do artigo 87º, bem como a título de resgate, adiantamento ou reembolso dos certificados nas condições previstas nos artigos 16º, 17º e 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

2 – As entidades referidas no número anterior devem ainda entregar aos sujeitos passivos, até 20 de Janeiro de cada ano, documento comprovativo de juros, prémios de seguros de vida ou prémios de seguro ou contribuições que cubram exclusivamente riscos de saúde, despesas participadas por aqueles no ano anterior e que possam ser deduzidas à colecta e, bem assim, o montante das despesas de saúde dedutíveis à colecta na parte não participada.

(Redacção dada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.)

3 – Dentro do prazo referido no número anterior, as entidades que recebam ou paguem quaisquer outras importâncias susceptíveis de abatimento aos rendimentos ou dedução à colecta devem entregar aos sujeitos passivos o respectivo documento comprovativo.

(Redacção dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008.)

Nota:

a) A redacção da epígrafe foi dada pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro;

b) A alteração introduzida ao presente artigo pela Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro, aplica-se às obrigações que devem ser cumpridas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Artigo 128º

Obrigação de comprovar os elementos das declara  es

1 – As pessoas sujeitas a IRS devem apresentar, no prazo que lhes for fixado, os documentos comprovativos dos rendimentos auferidos, das deduções e abatimentos e de outros factos ou situações mencionadas na respectiva declaração, quando a Direcção-Geral dos Impostos os exija.

2 – A obrigação estabelecida no número anterior mant  m-se durante os quatro anos seguintes àquele a que respeitem os documentos.

(A presente redacção foi introduzida pelo Decreto-Lei n   160/2003, de 19 de Julho)

3 – O extravio dos documentos referidos no n   1 por motivo não imputável ao sujeito passivo não o impede de utilizar outros elementos de prova daqueles factos.

Artigo 129º

Processo de documentação fiscal

1 – Os sujeitos passivos de IRS que, nos termos deste Código, possuam ou sejam obrigados a possuir contabilidade organizada devem constituir, até ao termo do prazo para entrega da declaração a que se refere o artigo 113  , um processo de documento fiscal relativo a cada exercício, que deve conter os elementos a definir por portaria do Ministro das Finanças.

2 – O referido processo deve ser centralizado e conservado de acordo com o disposto no artigo 118  .

Artigo 130  

Representantes

1 – Os não residentes que obtenham rendimentos sujeitos a IRS, bem como os que, embora residentes em território nacional, se ausentem deste por um período superior a seis meses devem, para efeitos tributários, designar uma pessoa singular ou colectiva com residência ou sede em Portugal para os representar perante a Direcção-Geral dos Impostos e garantir o cumprimento dos seus deveres fiscais.

2 – O disposto no número anterior não    aplicável, sendo a designação de representante meramente facultativa, em relação a não residentes de, ou a residentes que se ausentem para, Estados membros da União Europeia ou do espaço econ  mico europeu, neste último caso desde que esse Estado membro esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente    estabelecida no âmbito da União Europeia.

(Redacção dada pela Lei n   64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

3 – A designação a que se referem os números anteriores é feita na declaração de início de actividade, de alterações ou de registo de número de contribuinte, devendo nela constar expressamente a sua aceitação pelo representante.

(Redacção dada pela Lei n   64-B/2011, de 30 de Dezembro, com entrada vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.)

4 – Na falta de cumprimento do disposto no n   1, e independentemente da sanção que ao caso couber, não há lugar às notificações previstas neste Código, sem prejuízo de os sujeitos passivos poderem tomar conhecimento das matérias a que as mesmas respeitariam junto do serviço que, para o efeito, seja competente.

(Redacção renumerada pela Lei n   64-B/2011, de 30 de Dezembro, correspondendo ao anterior n   3.)

Artigo 131º
Pluralidade de obrigados

Se a obrigação acessória impender sobre várias pessoas, o cumprimento por uma delas exonera as restantes.

CAPÍTULO VII
Fiscalização

Artigo 132º
Entidades fiscalizadoras

O cumprimento das obrigações impostas por este diploma é fiscalizado, em geral, e dentro dos limites da respectiva competência, por todas as autoridades, corpos administrativos, repartições públicas e pessoas colectivas de utilidade pública e, em especial, pela Direcção-Geral dos Impostos.

Artigo 133º
Dever de colaboração

Todos devem, dentro dos limites da razoabilidade, prestar a colaboração que lhes for solicitada pelos serviços competentes, tendo em vista o exercício, por estes, dos respectivos poderes.

Artigo 134º
Dever de fiscalização em especial

A fiscalização em especial das disposições do presente Código rege-se pelo disposto no artigo 63º da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro e no Regime Complementar do Procedimento de Inspecção Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro.

(Redacção dada pela Lei nº 50/2005, de 30 de Agosto)

Artigo 135º
(Revogado)

(A redacção do presente artigo foi revogada pela Lei nº 50/2005, de 30 de Agosto)

Artigo 136º
(Revogado)

(A redacção do presente artigo foi revogada pela Lei nº 50/2005, de 30 de Agosto)

Artigo 137º

Garantia de observância de obrigações fiscais

1 – Sem prejuízo das regras especiais previstas no Código de Processo Civil, as petições relativas a actos susceptíveis de produzirem rendimentos sujeitos a este imposto não podem ter seguimento ou ser atendidas perante qualquer autoridade, repartição pública ou pessoa colectiva de utilidade pública sem que o respectivo sujeito passivo faça prova da apresentação da última declaração de rendimentos a que estiver obrigado ou de que não está sujeito ao cumprimento dessa obrigação.

2 – A prova referida na parte final do número anterior é feita através de certidão, passada pelo serviço fiscal competente.

3 – A apresentação dos documentos de prova referidos nos números anteriores é averbada no requerimento, processo ou registo da petição, devendo o averbamento ser datado e rubricado pelo funcionário competente, que restituirá os documentos ao apresentante.

Artigo 138º

Aquisição e alienação de acções e outros valores mobiliários

1 – Os alienantes e adquirentes de acções e outros valores mobiliários são obrigados a entregar declaração de modelo oficial à Direcção-Geral dos Impostos, quando a respectiva alienação ou a aquisição tenha sido realizada sem a intervenção das entidades referidas nos artigos 123º e 124º, nos 30 dias subsequentes à realização das operações.

2 – As entidades que intervenham no pagamento ou colocação à disposição de rendimentos ou ganhos a que os valores confirmam direito ou que a eles estejam associados não podem realizar o respectivo pagamento ou colocação à disposição sem que lhes seja feita prova da apresentação da declaração a que se refere o número anterior, quando esta se mostre devida, sendo solidariamente responsáveis pelo imposto não liquidado na esfera do respectivo titular do rendimento em virtude da inobservância da referida obrigação, sem prejuízo do disposto no Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei nº 15/2001, de 5 de Junho.

3 – Os adquirentes de acções e outros valores mobiliários, para exercerem quaisquer direitos, diferentes dos referidos no número anterior, conferidos pela respectiva titularidade, directamente ou por intermédio da instituição financeira, devem fazer prova, perante a entidade respectiva, que foi apresentada a declaração a que se refere o nº 1 ou que a aquisição foi realizada com a intervenção das entidades referidas nos artigos 123º e 124º deste Código, sendo o titular e aquela entidade ambos responsáveis quanto ao dever de comprovação, sem prejuízo de o Ministério Público poder promover a inibição do exercício daqueles direitos, e do disposto no Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei nº 15/2001, de 5 de Junho.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

Artigo 139º

Pagamento de rendimentos a sujeitos passivos não residentes

Não se podem realizar transferências para o estrangeiro de rendimentos sujeitos a IRS obtidos em território português por sujeitos passivos não residentes sem que se mostre pago ou assegurado o imposto que for devido.

CAPÍTULO VIII

Garantias

Artigo 140º

Reclamações e impugnações

1 – Os sujeitos passivos do IRS, os seus representantes e as pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto podem reclamar contra a respectiva liquidação ou impugná-la nos termos e com os fundamentos estabelecidos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

2 – Pode igualmente ser objecto de reclamação ou de impugnação, por parte do titular dos rendimentos ou do seu representante, a retenção de importâncias total ou parcialmente indevidas, sempre que se verifique a impossibilidade de ser efectuada a correcção a que se refere o nº 4 do artigo 98º ou de o respectivo montante ser levado em conta na liquidação final do imposto.

3 – Podem ainda exercer a faculdade prevista no nº 1 as entidades que, no âmbito da substituição tributária, tenham entregue por erro importância superior ao imposto retido, ou as que, em cumprimento da obrigação de liquidação autónoma, tenham praticado algum erro na liquidação.

4 – Os prazos de reclamação e de impugnação contam-se nos termos seguintes:

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

a) A partir dos 30 dias seguintes ao da notificação da liquidação;

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

b) (Revogada)

(A presente alínea foi revogada pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006)

c) A partir do dia 20 de Janeiro do ano seguinte àquele a que a retenção disser respeito, nos casos previstos no nº 2;

d) A partir do dia 20 de Janeiro do ano seguinte àquele a que a retenção disser respeito ou a partir da data de pagamento do imposto que autonomamente deva ser liquidado e entregue nos cofres do Estado, nos casos previstos no nº 3.

5 – A reclamação ou impugnação do acto de fixação dos rendimentos que não dê origem a liquidação de IRS será efectuada nos termos e prazo previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 141º

(Revogado)

(A presente redacção foi revogada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

Artigo 142º
Competência territorial

1 – Para efeitos deste imposto, os actos tributários, qualquer que seja a sua natureza, consideram-se praticados no serviço de finanças da área do domicílio fiscal do sujeito passivo ou do seu representante.

2 – Tratando-se de não residentes que não tenham nomeado representante, os actos tributários a que se refere o número anterior consideram-se praticados no Serviço de Finanças de Lisboa 3.

CAPÍTULO IX
Disposições diversas

Artigo 143º
Ano fiscal

Para efeitos do IRS, o ano fiscal coincide com o ano civil.

Artigo 144º
Modelos oficiais

1 – O âmbito de obrigatoriedade, os suportes e os procedimentos relativos à utilização de modelos oficiais para cumprimento de obrigações acessórias, bem como o respectivo início de vigência, são definidos por portaria do Ministro das Finanças.

2 – As especificações dos modelos oficiais são aprovadas por despacho do Ministro das Finanças, sob proposta da Direcção-Geral dos Impostos.

Artigo 145º
Declarações e outros documentos

Sempre que, neste Código, não se exija a utilização de impressos de modelo oficial, podem as declarações, relações, requerimentos ou outros documentos ser apresentados em papel comum de formato A4, ou em suporte que, com os requisitos estabelecidos pela Direcção-Geral dos Impostos, permita tratamento informático.

Artigo 146º
Assinatura das declarações

1 – As declarações devem ser assinadas pelos sujeitos passivos ou pelos seus representantes, legais ou voluntários, ou por gestor de negócios, devidamente identificados.

2 – São recusadas as declarações que não estiverem devidamente assinadas, sem prejuízo das sanções estabelecidas para a falta da sua apresentação.

3 – Sempre que o cumprimento das obrigações declarativas se faça por meio de transmissão electrónica de dados, a certificação da respectiva autenticidade é feita por aposição de assinatura electrónica ou por procedimentos alternativos, consoante o que seja definido em portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 147º

Recibo de documento

1 – Quando, neste Código, se mande efectuar a entrega de declarações ou outros documentos em mais de um exemplar, um deles deve ser devolvido ao apresentante, com menção de recibo.

2 – Nos casos em que a lei determine a apresentação de declaração ou outros documentos num único exemplar, pode o obrigado entregar cópia do mesmo para efeitos do disposto no número anterior.

3 – Sempre que os deveres de comunicação sejam cumpridos através de transmissão electrónica de dados, o documento comprovativo da recepção é enviado por via postal.

(A presente redacção foi dada pela Lei nº 109-B/2001, de 31 de Dezembro)

Artigo 148º

Prazo para envio pelo correio

1 – Quando, nos termos do artigo 61º, o sujeito passivo opte pelo envio, pelo correio, das declarações e demais documentos, a sua remessa deve fazer-se até ao último dia do prazo fixado na lei.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que a remessa foi efectuada na data constante do carimbo dos CTT ou na data do registo.

3 – Ocorrendo extravio, a Direcção-Geral dos Impostos pode exigir segunda via, que, para todos os efeitos, tem a data em que, comprovadamente, haja sido entregue ou expedida a declaração.

Artigo 149º

Notificações

1 – As notificações por via postal devem ser feitas no domicílio fiscal do notificando ou do seu representante.

2 – As notificações a que se refere o artigo 66º, quando por via postal, devem ser efectuadas por meio de carta registada com aviso de recepção.

3 – As restantes notificações devem ser feitas por carta registada, considerando-se a notificação efectuada no 3º dia posterior ao do registo ou no 1º dia útil seguinte a esse, caso esse dia não seja dia útil.

4 – Não sendo conhecido o domicílio fiscal do notificando, as notificações podem ser feitas por edital afixado no serviço de finanças da área da sua última residência.

5 – Em tudo o mais, aplicam-se as regras estabelecidas no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 150º

Registo dos sujeitos passivos

1 – Com base nas declarações de início de actividade, de alterações ou de outros elementos de que disponha, a Direcção-Geral dos Impostos organiza e mantém actualizado um registo de

sujeitos passivos de IRS.

2 – O cancelamento do registo respeitante a não residentes é feito em face da declaração da cessação de actividade em território português ou de declaração de alienação das suas fontes de rendimento tributável nesse território, as quais devem ser apresentadas até final do mês seguinte ao da verificação desses factos.

Artigo 151º

Classificação das actividades

As actividades exercidas pelos sujeitos passivos do IRS são classificadas, para efeitos deste imposto, de acordo com a Classificação das Actividades Económicas Portuguesas por Ramos de Actividade (CAE), do Instituto Nacional de Estatística, ou de acordo com os códigos mencionados em tabela de actividades aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

ANEXO I

Tabela de actividades do artigo 151º

(A presente tabela foi aprovada pela Portaria nº 1011/2001, de 21 de Agosto, alterada pela Portaria nº 256/2004, de 9 de Março e, posteriormente aditada pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro.)

1 – Arquitectos, engenheiros e técnicos similares:

1000 Agentes técnicos de engenharia e arquitectura:

1001 Arquitectos;

1002 Desenhadores;

1003 Engenheiros;

1004 Engenheiros técnicos;

1005 Geólogos;

1006 Topógrafos.

2 – Artistas plásticos e assimilados, actores e músicos:

2010 Artistas de teatro, bailado, cinema, rádio e televisão;

2011 Artistas de circo;

2019 Cantores;

2012 Escultores;

2013 Músicos;

2014 Pintores;

2015 Outros artistas.

3 – Artistas tauromáquicos:

3010 Toureiros;

3019 Outros artistas tauromáquicos.

4 – Economistas, contabilistas, actuários e técnicos similares:

4010 Actuários;

4011 Auditores;

4012 Consultores fiscais;
4013 Contabilistas;
4014 Economistas;
4015 Técnicos oficiais de contas;
4016 Técnicos similares.

5 – Enfermeiros, parteiras e outros técnicos paramédicos:

5010 Enfermeiros;
5012 Fisioterapeutas;
5013 Nutricionistas;
5014 Parteiras;
5015 Terapeutas da fala;
5016 Terapeutas ocupacionais;
5019 Outros técnicos paramédicos.

6 – Juristas e solicitadores:

6010 Advogados;
6011 Jurisconsultos;
6012 Solicitadores.

7 – Médicos e dentistas:

7010 Dentistas;
7011 Médicos analistas;
7012 Médicos cirurgiões;
7013 Médicos de bordo em navios;
7014 Médicos de clínica geral;
7015 Médicos dentistas;
7016 Médicos estomatologistas;
7017 Médicos fisiatras;
7018 Médicos gastroenterologistas;
7019 Médicos oftalmologistas;
7020 Médicos ortopedistas;
7021 Médicos otorrinolaringologistas;
7022 Médicos pediatras;
7023 Médicos radiologistas;
7024 Médicos de outras especialidades.

8 – Professores e técnicos similares:

8010 Explicadores;
8011 Formadores;
8012 Professores.

9 – Profissionais dependentes de nomeação oficial:

9010 Revisores oficiais de contas;
9011 Notários.

10 – Psicólogos e sociólogos:

1010 Psicólogos;

1011 Sociólogos.

11 – Químicos:

1110 Analistas.

12 – Sacerdotes:

1210 Sacerdotes de qualquer religião.

13 – Outras pessoas exercendo profissões liberais, técnicos e assimilados:

1310 Administradores de bens;

1311 Ajudantes familiares;

1312 Amas;

1313 Analistas de sistemas;

1314 Arqueólogos;

1315 Assistentes sociais;

1316 Astrólogos;

1317 Parapsicólogos;

1318 Biólogos;

1319 Comissionistas;

1320 Consultores;

1321 Dactilógrafos;

1322 Decoradores;

1323 Desportistas;

1324 Engomadores;

1325 Esteticistas, manicuras e pedicuras;

1326 Guias-intérpretes;

1327 Jornalistas e repórteres;

1328 Louvados;

1329 Massagistas;

1330 Mediadores imobiliários;

1331 Peritos-avaliadores;

1332 Programadores informáticos;

1333 Publicitários;

1334 Tradutores;

1335 Farmacêuticos;

1336 Designers.

14 – Veterinários:

1410 Veterinários.

15 – Outras actividades exclusivamente de prestação de serviços:

1519 Outros prestadores de serviços.

Tabelas de retenção

(Aprovadas pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro.)

Tabela I
Trabalho Dependente – Não Casado

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 575,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 580,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 587,00	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 633,00	3,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 675,00	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 726,00	5,0%	3,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%
Até 801,00	6,0%	5,0%	3,0%	2,0%	1,0%	0,0%
Até 907,00	7,0%	6,0%	4,0%	3,0%	2,0%	1,0%
Até 988,00	8,0%	7,0%	6,0%	4,0%	3,0%	2,0%
Até 1.048,00	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%	4,0%	3,0%
Até 1.124,00	10,0%	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%	5,0%
Até 1.205,00	11,0%	10,0%	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%
Até 1.300,00	12,0%	11,0%	10,0%	9,0%	8,0%	7,0%
Até 1.401,00	13,0%	12,0%	11,0%	10,0%	10,0%	9,0%
Até 1.537,00	14,0%	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%	10,0%
Até 1.683,00	15,5%	14,5%	14,5%	13,5%	12,5%	11,5%
Até 1.840,00	16,5%	15,5%	15,5%	14,5%	13,5%	13,5%
Até 1.945,00	17,5%	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	14,5%
Até 2.056,00	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	15,5%
Até 2.182,00	19,5%	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%
Até 2.328,00	20,5%	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	17,5%
Até 2.495,00	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%
Até 2.722,00	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%
Até 3.054,00	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%
Até 3.478,00	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%
Até 4.052,00	25,5%	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%
Até 4.576,00	27,0%	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Até 5.111,00	28,0%	27,5%	27,5%	26,5%	26,5%	26,5%
Até 5.786,00	29,0%	28,5%	28,5%	27,5%	27,5%	27,5%
Até 6.653,00	30,5%	29,5%	29,5%	28,5%	28,5%	28,5%
Até 7.852,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	29,5%	29,5%
Até 9.455,00	33,0%	32,0%	32,0%	32,0%	32,0%	31,0%
Até 11.159,00	34,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%	32,0%
Até 18.648,00	35,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	33,0%
Até 20.000,00	36,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%	34,0%
Até 22.500,00	36,5%	36,0%	36,0%	36,0%	36,0%	35,0%
Até 25.000,00	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	36,0%
Superior a 25.000,00	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	37,0%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabela II
Trabalho Dependente – Casado Único Titular

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 675,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 696,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 741,00	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 781,00	3,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 822,00	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 872,00	5,0%	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%
Até 958,00	6,0%	5,0%	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%
Até 1.063,00	7,0%	6,0%	5,0%	4,0%	2,0%	1,0%
Até 1.205,00	8,0%	7,0%	6,0%	5,0%	4,0%	3,0%
Até 1.381,00	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%	5,0%	5,0%
Até 1.603,00	10,0%	9,0%	8,0%	8,0%	7,0%	6,0%
Até 1.704,00	11,0%	10,0%	10,0%	9,0%	8,0%	8,0%
Até 1.819,00	12,0%	11,0%	11,0%	10,0%	9,0%	9,0%
Até 1.966,00	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%	11,0%	10,0%
Até 2.122,00	14,0%	13,0%	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%
Até 2.308,00	15,0%	15,0%	14,0%	13,0%	13,0%	12,0%
Até 2.525,00	16,0%	16,0%	15,0%	15,0%	14,0%	14,0%
Até 2.888,00	17,0%	17,0%	16,0%	16,0%	15,0%	15,0%
Até 3.301,00	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%
Até 3.553,00	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%	17,5%
Até 3.820,00	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%	18,5%
Até 4.143,00	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%
Até 4.531,00	23,0%	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%
Até 4.995,00	24,0%	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Até 5.564,00	25,0%	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%
Até 6.280,00	26,0%	25,5%	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%
Até 7.207,00	27,0%	26,5%	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Até 8.306,00	28,0%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%	26,5%
Até 9.188,00	29,0%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%	27,5%
Até 10.282,00	30,0%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	28,5%
Até 13.860,00	31,0%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	29,5%
Até 19.898,00	32,0%	31,5%	31,5%	31,5%	31,5%	30,5%
Até 22.500,00	33,0%	32,5%	32,5%	32,5%	32,5%	31,5%
Até 25.000,00	33,5%	33,5%	33,5%	33,5%	33,5%	32,5%
Até 28.000,00	34,5%	34,5%	34,5%	34,5%	34,5%	33,5%
Superior a 28.000,00	35,5%	35,5%	35,5%	35,5%	35,5%	34,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabela III
Trabalho Dependente – Casado Dois Titulares

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 575,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 580,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 587,00	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 633,00	3,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 675,00	4,0%	3,0%	2,0%	1,0%	1,0%	0,0%
Até 726,00	5,0%	4,0%	3,0%	3,0%	2,0%	1,0%
Até 801,00	6,0%	5,0%	4,0%	4,0%	3,0%	2,0%
Até 907,00	7,0%	6,0%	6,0%	5,0%	4,0%	3,0%
Até 988,00	8,0%	7,0%	7,0%	6,0%	5,0%	5,0%
Até 1.048,00	9,0%	8,0%	8,0%	7,0%	6,0%	6,0%
Até 1.124,00	10,0%	9,0%	9,0%	8,0%	8,0%	7,0%
Até 1.205,00	11,0%	10,0%	10,0%	9,0%	9,0%	8,0%
Até 1.300,00	12,0%	12,0%	11,0%	11,0%	10,0%	10,0%
Até 1.401,00	13,0%	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%	11,0%
Até 1.537,00	14,0%	14,0%	13,0%	13,0%	12,0%	12,0%
Até 1.683,00	15,5%	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%	13,5%
Até 1.840,00	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%	14,5%
Até 1.945,00	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%	15,5%
Até 2.056,00	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%
Até 2.182,00	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Até 2.328,00	20,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%
Até 2.495,00	21,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%	20,5%
Até 2.722,00	22,5%	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%
Até 3.054,00	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Até 3.478,00	24,5%	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%
Até 4.052,00	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	24,5%	24,5%
Até 4.576,00	27,0%	26,5%	26,5%	26,5%	25,5%	25,5%
Até 5.111,00	28,0%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%
Até 5.786,00	29,0%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%
Até 6.653,00	30,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%
Até 7.852,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%
Até 9.455,00	33,0%	32,0%	32,0%	32,0%	32,0%	32,0%
Até 11.159,00	34,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%
Até 18.648,00	35,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Até 20.000,00	36,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%
Até 22.500,00	36,5%	36,0%	36,0%	36,0%	36,0%	36,0%
Até 25.000,00	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%
Superior a 25.000,00	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabela IV
Trabalho Dependente – Não Casado – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1.391,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.431,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.613,00	2,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.925,00	3,5%	2,5%	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Até 2.046,00	4,5%	3,5%	3,5%	2,5%	2,5%	1,5%
Até 2.177,00	6,5%	4,5%	4,5%	4,5%	3,5%	3,5%
Até 2.278,00	8,5%	6,5%	5,5%	5,5%	4,5%	4,5%
Até 2.439,00	10,5%	8,5%	7,5%	7,5%	6,5%	5,5%
Até 2.520,00	11,5%	10,5%	9,5%	9,5%	7,5%	7,5%
Até 2.621,00	12,5%	11,5%	10,5%	10,5%	9,5%	9,5%
Até 2.883,00	13,5%	12,5%	11,5%	11,5%	11,5%	11,5%
Até 3.195,00	14,5%	13,5%	12,5%	12,5%	12,5%	12,5%
Até 3.528,00	15,5%	14,5%	13,5%	13,5%	13,5%	13,5%
Até 3.659,00	16,5%	15,5%	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%
Até 3.871,00	17,5%	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%
Até 4.284,00	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%
Até 4.546,00	19,5%	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	17,5%
Até 4.838,00	20,5%	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Até 5.121,00	21,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%
Até 5.544,00	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%
Até 5.967,00	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%
Até 6.693,00	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%
Até 7.157,00	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%
Até 7.731,00	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	24,5%
Até 8.407,00	27,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	25,5%
Até 9.183,00	28,5%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%	26,5%
Até 9.909,00	29,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%
Até 12.398,00	30,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	28,5%
Superior a 12.398,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	29,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 8603-A/2010, de 20 de Maio – D.R. (II série) de 20 de Maio, alterado pelo Despacho nº 8843-A/2010, de 24 de Maio, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Junho de 2010.)

Tabela V
Trabalho Dependente – Casado Único Titular – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1.724,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.875,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.940,00	2,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%
Até 2.303,00	3,0%	3,0%	2,0%	2,0%	1,0%	1,0%
Até 2.480,00	4,0%	4,0%	3,0%	3,0%	2,0%	2,0%
Até 2.722,00	6,0%	6,0%	5,0%	5,0%	5,0%	4,0%
Até 2.923,00	7,0%	7,0%	6,0%	6,0%	6,0%	5,0%
Até 3.135,00	8,5%	8,5%	7,5%	7,5%	7,5%	6,5%
Até 3.301,00	9,5%	9,5%	8,5%	8,5%	8,5%	8,5%
Até 3.457,00	10,5%	10,5%	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%
Até 3.558,00	11,5%	11,5%	11,5%	10,5%	10,5%	10,5%
Até 3.765,00	12,5%	12,5%	12,5%	11,5%	11,5%	11,5%
Até 3.871,00	13,5%	13,5%	13,5%	12,5%	12,5%	12,5%
Até 4.183,00	14,5%	14,5%	14,5%	13,5%	13,5%	13,5%
Até 4.385,00	15,5%	15,5%	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%
Até 4.813,00	16,5%	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%
Até 5.232,00	17,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%
Até 5.438,00	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%
Até 5.867,00	19,5%	19,5%	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%
Até 6.174,00	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%
Até 6.749,00	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%
Até 7.268,00	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	21,5%
Até 8.094,00	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%
Até 9.032,00	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%	23,5%
Até 10.070,00	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	24,5%
Até 11.108,00	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	25,5%
Até 12.802,00	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%
Superior a 12.802,00	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabela VI
Trabalho Dependente – Casado Dois Titulares – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1.391,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.431,00	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.613,00	2,0%	2,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,0%
Até 1.925,00	3,5%	3,5%	2,5%	2,5%	2,5%	1,5%
Até 2.046,00	4,5%	4,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Até 2.177,00	6,5%	5,5%	5,5%	5,5%	4,5%	4,5%
Até 2.278,00	8,5%	7,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
Até 2.439,00	10,5%	9,5%	8,5%	8,5%	7,5%	7,5%
Até 2.520,00	11,5%	10,5%	10,5%	10,5%	9,5%	9,5%
Até 2.621,00	12,5%	11,5%	11,5%	11,5%	10,5%	10,5%
Até 2.883,00	13,5%	12,5%	12,5%	12,5%	11,5%	11,5%
Até 3.195,00	14,5%	13,5%	13,5%	13,5%	12,5%	12,5%
Até 3.528,00	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%	13,5%	13,5%
Até 3.659,00	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%	15,5%	14,5%
Até 3.871,00	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%	16,5%	15,5%
Até 4.284,00	18,5%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%	16,5%
Até 4.546,00	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Até 4.838,00	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%	19,5%	19,5%
Até 5.121,00	21,5%	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%
Até 5.544,00	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%
Até 5.967,00	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Até 6.693,00	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%
Até 7.157,00	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%
Até 7.731,00	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Até 8.407,00	27,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%
Até 9.183,00	28,5%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%
Até 9.909,00	29,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%
Até 12.398,00	30,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%
Superior a 12.398,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabela VII

Pensões

Remuneração Mensal - Euros	Casado dois Titulares/Não Casado	Casado Único Titular
Até 675,00	0,0%	0,0%
Até 696,00	1,0%	0,0%
Até 764,00	2,0%	0,0%
Até 847,00	3,0%	1,0%
Até 939,00	4,0%	2,0%
Até 1.012,00	5,0%	2,0%
Até 1.094,00	6,0%	3,0%
Até 1.125,00	7,0%	3,0%
Até 1.208,00	8,0%	4,0%
Até 1.280,00	9,0%	4,0%
Até 1.383,00	10,0%	5,0%
Até 1.487,00	11,0%	6,0%
Até 1.621,00	12,0%	7,0%
Até 1.755,00	13,0%	8,5%
Até 1.838,00	13,5%	9,5%
Até 1.940,00	14,5%	10,5%
Até 2.044,00	16,5%	11,5%
Até 2.167,00	17,5%	12,5%
Até 2.302,00	19,0%	13,5%
Até 2.456,00	20,0%	14,0%
Até 2.591,00	21,0%	15,0%
Até 2.671,00	22,5%	16,0%
Até 2.822,00	23,5%	17,0%
Até 2.994,00	24,5%	17,0%
Até 3.195,00	25,5%	19,0%
Até 3.377,00	26,5%	20,0%
Até 3.588,00	27,5%	21,0%
Até 3.830,00	28,5%	23,0%
Até 4.103,00	29,5%	24,0%
Até 4.385,00	30,5%	25,0%
Até 4.647,00	32,5%	26,0%
Até 4.909,00	33,5%	27,0%
Até 5.211,00	34,5%	28,0%
Até 5.645,00	35,5%	29,0%
Até 7.661,00	36,5%	30,0%
Até 8.000,00	37,5%	31,0%
Até 9.200,00	37,5%	32,0%
Até 11.000,00	38,0%	32,0%
Superior a 11.000,00	38,5%	32,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabela VIII

Rendimentos de Pensões – Titulares Deficientes

Remuneração Mensal – Euros	Casado dois Titulares/Não casado	Casado Único Titular
Até 1.693,00	0,0%	0,0%
Até 1.734,00	1,0%	0,0%
Até 1.940,00	2,5%	1,0%
Até 2.013,00	4,5%	1,0%
Até 2.116,00	5,5%	2,0%
Até 2.220,00	6,5%	3,0%
Até 2.374,00	7,5%	4,5%
Até 2.478,00	8,5%	5,5%
Até 2.580,00	9,5%	6,0%
Até 2.621,00	11,0%	6,5%
Até 2.822,00	12,0%	7,0%
Até 2.923,00	13,0%	8,0%
Até 3.024,00	14,0%	9,0%
Até 3.125,00	15,0%	9,5%
Até 3.226,00	16,0%	10,5%
Até 3.326,00	17,0%	11,5%
Até 3.427,00	18,0%	13,0%
Até 3.629,00	19,0%	14,5%
Até 3.830,00	20,0%	15,5%
Até 4.032,00	21,0%	16,5%
Até 4.234,00	22,0%	17,5%
Superior a 4.234,00	23,0%	18,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabela IX

Rendimentos de Pensões – Titulares Deficientes das Forças Armadas

Remuneração Mensal - Euros	Casado dois Titulares/Não casado	Casado Único Titular
Até 1.693,00	0,0%	0,0%
Até 1.734,00	1,0%	0,0%
Até 1.940,00	2,5%	0,0%
Até 2.013,00	4,0%	1,0%
Até 2.116,00	5,0%	1,0%
Até 2.220,00	6,0%	2,5%
Até 2.374,00	7,0%	3,5%
Até 2.478,00	8,0%	5,0%
Até 2.580,00	9,0%	5,5%
Até 2.621,00	10,5%	6,0%
Até 2.822,00	11,5%	6,5%
Até 2.923,00	12,5%	7,5%
Até 3.024,00	13,5%	8,5%
Até 3.125,00	14,5%	9,0%
Até 3.226,00	15,5%	10,0%
Até 3.326,00	16,5%	11,0%
Até 3.427,00	17,5%	12,5%
Até 3.629,00	18,5%	14,0%
Até 3.830,00	19,5%	15,0%
Até 4.234,00	20,5%	16,0%
Até 4.536,00	21,5%	17,0%
Superior a 4.536,00	22,5%	18,0%

(Aprovada pelo Despacho nº 2517-A/2011, de 1 de Fevereiro, D.R. (II série) de 3 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, devendo aplicar-se ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 15 de Fevereiro de 2011.)

Tabelas de retenção – Açores

(Aprovadas pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro.)

Tabela I
Trabalho Dependente – Não casado

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 575,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 580,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 587,00	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 633,00	3,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 675,00	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 726,00	5,0%	3,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%
Até 801,00	6,0%	5,0%	3,0%	2,0%	1,0%	0,0%
Até 907,00	7,0%	6,0%	4,0%	3,0%	2,0%	1,0%
Até 988,00	8,0%	7,0%	6,0%	4,0%	3,0%	2,0%
Até 1.048,00	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%	4,0%	3,0%
Até 1.124,00	10,0%	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%	5,0%
Até 1.205,00	11,0%	10,0%	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%
Até 1.300,00	12,0%	11,0%	10,0%	9,0%	8,0%	7,0%
Até 1.401,00	13,0%	12,0%	11,0%	10,0%	10,0%	9,0%
Até 1.537,00	14,0%	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%	10,0%
Até 1.683,00	15,5%	14,5%	14,5%	13,5%	12,5%	11,5%
Até 1.840,00	16,5%	15,5%	15,5%	14,5%	13,5%	13,5%
Até 1.945,00	17,5%	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	14,5%
Até 2.056,00	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	15,5%
Até 2.182,00	19,5%	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%
Até 2.328,00	20,5%	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	17,5%
Até 2.495,00	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%
Até 2.722,00	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%
Até 3.054,00	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%
Até 3.478,00	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%
Até 4.052,00	25,5%	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%
Até 4.576,00	27,0%	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Até 5.111,00	28,0%	27,5%	27,5%	26,5%	26,5%	26,5%
Até 5.786,00	29,0%	28,5%	28,5%	27,5%	27,5%	27,5%
Até 6.653,00	30,5%	29,5%	29,5%	28,5%	28,5%	28,5%
Até 7.852,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	29,5%	29,5%
Até 9.455,00	33,0%	32,0%	32,0%	32,0%	32,0%	31,0%
Até 11.159,00	34,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%	32,0%
Até 18.648,00	35,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	33,0%
Até 20.000,00	36,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%	34,0%
Até 22.500,00	36,5%	36,0%	36,0%	36,0%	36,0%	35,0%
Até 25.000,00	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	36,0%
Superior a 25.000,00	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	37,0%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela II
Trabalho Dependente – Casado único titular

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 675,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 696,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 741,00	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 781,00	3,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 822,00	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 872,00	5,0%	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%
Até 958,00	6,0%	5,0%	4,0%	2,0%	1,0%	0,0%
Até 1.063,00	7,0%	6,0%	5,0%	4,0%	2,0%	1,0%
Até 1.205,00	8,0%	7,0%	6,0%	5,0%	4,0%	3,0%
Até 1.381,00	9,0%	8,0%	7,0%	6,0%	5,0%	5,0%
Até 1.603,00	10,0%	9,0%	8,0%	8,0%	7,0%	6,0%
Até 1.704,00	11,0%	10,0%	10,0%	9,0%	8,0%	8,0%
Até 1.819,00	12,0%	11,0%	11,0%	10,0%	9,0%	9,0%
Até 1.966,00	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%	11,0%	10,0%
Até 2.122,00	14,0%	13,0%	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%
Até 2.308,00	15,0%	15,0%	14,0%	13,0%	13,0%	12,0%
Até 2.525,00	16,0%	16,0%	15,0%	15,0%	14,0%	14,0%
Até 2.888,00	17,0%	17,0%	16,0%	16,0%	15,0%	15,0%
Até 3.301,00	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%
Até 3.553,00	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%	17,5%
Até 3.820,00	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%	18,5%
Até 4.143,00	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%
Até 4.531,00	23,0%	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%
Até 4.995,00	24,0%	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Até 5.564,00	25,0%	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%
Até 6.280,00	26,0%	25,5%	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%
Até 7.207,00	27,0%	26,5%	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Até 8.306,00	28,0%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%	26,5%
Até 9.188,00	29,0%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%	27,5%
Até 10.282,00	30,0%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	28,5%
Até 13.860,00	31,0%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	29,5%
Até 19.898,00	32,0%	31,5%	31,5%	31,5%	31,5%	30,5%
Até 22.500,00	33,0%	32,5%	32,5%	32,5%	32,5%	31,5%
Até 25.000,00	33,5%	33,5%	33,5%	33,5%	33,5%	32,5%
Até 28.000,00	34,5%	34,5%	34,5%	34,5%	34,5%	33,5%
Superior a 28.000,00	35,5%	35,5%	35,5%	35,5%	35,5%	34,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela III
Trabalho Dependente – Casado dois titulares

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 575,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 580,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 587,00	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 633,00	3,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 675,00	4,0%	3,0%	2,0%	1,0%	1,0%	0,0%
Até 726,00	5,0%	4,0%	3,0%	3,0%	2,0%	1,0%
Até 801,00	6,0%	5,0%	4,0%	4,0%	3,0%	2,0%
Até 907,00	7,0%	6,0%	6,0%	5,0%	4,0%	3,0%
Até 988,00	8,0%	7,0%	7,0%	6,0%	5,0%	5,0%
Até 1.048,00	9,0%	8,0%	8,0%	7,0%	6,0%	6,0%
Até 1.124,00	10,0%	9,0%	9,0%	8,0%	8,0%	7,0%
Até 1.205,00	11,0%	10,0%	10,0%	9,0%	9,0%	8,0%
Até 1.300,00	12,0%	12,0%	11,0%	11,0%	10,0%	10,0%
Até 1.401,00	13,0%	13,0%	12,0%	12,0%	11,0%	11,0%
Até 1.537,00	14,0%	14,0%	13,0%	13,0%	12,0%	12,0%
Até 1.683,00	15,5%	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%	13,5%
Até 1.840,00	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%	14,5%
Até 1.945,00	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%	15,5%
Até 2.056,00	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%
Até 2.182,00	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Até 2.328,00	20,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%
Até 2.495,00	21,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%	20,5%
Até 2.722,00	22,5%	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%
Até 3.054,00	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Até 3.478,00	24,5%	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%
Até 4.052,00	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	24,5%	24,5%
Até 4.576,00	27,0%	26,5%	26,5%	26,5%	25,5%	25,5%
Até 5.111,00	28,0%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%
Até 5.786,00	29,0%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%
Até 6.653,00	30,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%
Até 7.852,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%
Até 9.455,00	33,0%	32,0%	32,0%	32,0%	32,0%	32,0%
Até 11.159,00	34,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%
Até 18.648,00	35,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Até 20.000,00	36,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%
Até 22.500,00	36,5%	36,0%	36,0%	36,0%	36,0%	36,0%
Até 25.000,00	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%	37,0%
Superior a 25.000,00	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%	38,0%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela IV
Trabalho Dependente – Não casado – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1.391,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.431,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.613,00	2,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.925,00	3,5%	2,5%	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Até 2.046,00	4,5%	3,5%	3,5%	2,5%	2,5%	1,5%
Até 2.177,00	6,5%	4,5%	4,5%	4,5%	3,5%	3,5%
Até 2.278,00	8,5%	6,5%	5,5%	5,5%	4,5%	4,5%
Até 2.439,00	10,5%	8,5%	7,5%	7,5%	6,5%	5,5%
Até 2.520,00	11,5%	10,5%	9,5%	9,5%	7,5%	7,5%
Até 2.621,00	12,5%	11,5%	10,5%	10,5%	9,5%	9,5%
Até 2.883,00	13,5%	12,5%	11,5%	11,5%	11,5%	11,5%
Até 3.195,00	14,5%	13,5%	12,5%	12,5%	12,5%	12,5%
Até 3.528,00	15,5%	14,5%	13,5%	13,5%	13,5%	13,5%
Até 3.659,00	16,5%	15,5%	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%
Até 3.871,00	17,5%	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%
Até 4.284,00	18,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%
Até 4.546,00	19,5%	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%	17,5%
Até 4.838,00	20,5%	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Até 5.121,00	21,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%
Até 5.544,00	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%
Até 5.967,00	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%	21,5%	21,5%
Até 6.693,00	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%	22,5%
Até 7.157,00	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%	23,5%	23,5%
Até 7.731,00	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	24,5%
Até 8.407,00	27,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	25,5%
Até 9.183,00	28,5%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%	26,5%
Até 9.909,00	29,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%
Até 12.398,00	30,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	28,5%
Superior a 12.398,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	29,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela V
Trabalho Dependente – Casado único titular – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1.724,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.875,00	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.940,00	2,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%
Até 2.303,00	3,0%	3,0%	2,0%	2,0%	1,0%	1,0%
Até 2.480,00	4,0%	4,0%	3,0%	3,0%	2,0%	2,0%
Até 2.722,00	6,0%	6,0%	5,0%	5,0%	5,0%	4,0%
Até 2.923,00	7,0%	7,0%	6,0%	6,0%	6,0%	5,0%
Até 3.135,00	8,5%	8,5%	7,5%	7,5%	7,5%	6,5%
Até 3.301,00	9,5%	9,5%	8,5%	8,5%	8,5%	8,5%
Até 3.457,00	10,5%	10,5%	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%
Até 3.558,00	11,5%	11,5%	11,5%	10,5%	10,5%	10,5%
Até 3.765,00	12,5%	12,5%	12,5%	11,5%	11,5%	11,5%
Até 3.871,00	13,5%	13,5%	13,5%	12,5%	12,5%	12,5%
Até 4.183,00	14,5%	14,5%	14,5%	13,5%	13,5%	13,5%
Até 4.385,00	15,5%	15,5%	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%
Até 4.813,00	16,5%	16,5%	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%
Até 5.232,00	17,5%	17,5%	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%
Até 5.438,00	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%	17,5%	17,5%
Até 5.867,00	19,5%	19,5%	19,5%	19,5%	18,5%	18,5%
Até 6.174,00	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%	19,5%	19,5%
Até 6.749,00	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%	20,5%	20,5%
Até 7.268,00	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	21,5%
Até 8.094,00	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%	22,5%
Até 9.032,00	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%	23,5%
Até 10.070,00	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	24,5%
Até 11.108,00	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	25,5%
Até 12.802,00	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	26,5%
Superior a 12.802,00	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	27,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela VI
Trabalho Dependente – Casado dois titulares – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1.391,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.431,00	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.613,00	2,0%	2,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,0%
Até 1.925,00	3,5%	3,5%	2,5%	2,5%	2,5%	1,5%
Até 2.046,00	4,5%	4,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Até 2.177,00	6,5%	5,5%	5,5%	5,5%	4,5%	4,5%
Até 2.278,00	8,5%	7,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
Até 2.439,00	10,5%	9,5%	8,5%	8,5%	7,5%	7,5%
Até 2.520,00	11,5%	10,5%	10,5%	10,5%	9,5%	9,5%
Até 2.621,00	12,5%	11,5%	11,5%	11,5%	10,5%	10,5%
Até 2.883,00	13,5%	12,5%	12,5%	12,5%	11,5%	11,5%
Até 3.195,00	14,5%	13,5%	13,5%	13,5%	12,5%	12,5%
Até 3.528,00	15,5%	14,5%	14,5%	14,5%	13,5%	13,5%
Até 3.659,00	16,5%	15,5%	15,5%	15,5%	15,5%	14,5%
Até 3.871,00	17,5%	16,5%	16,5%	16,5%	16,5%	15,5%
Até 4.284,00	18,5%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%	16,5%
Até 4.546,00	19,5%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%	18,5%
Até 4.838,00	20,5%	19,5%	19,5%	19,5%	19,5%	19,5%
Até 5.121,00	21,5%	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%	20,5%
Até 5.544,00	22,5%	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%	21,5%
Até 5.967,00	23,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Até 6.693,00	24,5%	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%
Até 7.157,00	25,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%	24,5%
Até 7.731,00	26,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Até 8.407,00	27,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%	26,5%
Até 9.183,00	28,5%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%	27,5%
Até 9.909,00	29,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%	28,5%
Até 12.398,00	30,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%	29,5%
Superior a 12.398,00	31,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%	30,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela VII

Pensões

Remuneração Mensal - Euros	Casado dois Titulares/Não Casado	Casado Único Titular
Até 675,00	0,0%	0,0%
Até 696,00	1,0%	0,0%
Até 764,00	2,0%	0,0%
Até 847,00	3,0%	1,0%
Até 939,00	4,0%	2,0%
Até 1.012,00	5,0%	2,0%
Até 1.094,00	6,0%	3,0%
Até 1.125,00	7,0%	3,0%
Até 1.208,00	8,0%	4,0%
Até 1.280,00	9,0%	4,0%
Até 1.383,00	10,0%	5,0%
Até 1.487,00	11,0%	6,0%
Até 1.621,00	12,0%	7,0%
Até 1.755,00	13,0%	8,5%
Até 1.838,00	13,5%	9,5%
Até 1.940,00	14,5%	10,5%
Até 2.044,00	16,5%	11,5%
Até 2.167,00	17,5%	12,5%
Até 2.302,00	19,0%	13,5%
Até 2.456,00	20,0%	14,0%
Até 2.591,00	21,0%	15,0%
Até 2.671,00	22,5%	16,0%
Até 2.822,00	23,5%	17,0%
Até 2.994,00	24,5%	17,0%
Até 3.195,00	25,5%	19,0%
Até 3.377,00	26,5%	20,0%
Até 3.588,00	27,5%	21,0%
Até 3.830,00	28,5%	23,0%
Até 4.103,00	29,5%	24,0%
Até 4.385,00	30,5%	25,0%
Até 4.647,00	32,5%	26,0%
Até 4.909,00	33,5%	27,0%
Até 5.211,00	34,5%	28,0%
Até 5.645,00	35,5%	29,0%
Até 7.661,00	36,5%	30,0%
Até 8.000,00	37,5%	31,0%
Até 9.200,00	37,5%	32,0%
Até 11.000,00	38,0%	32,0%
Superior a 11.000,00	38,5%	32,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela VIII

Rendimentos de pensões – Titulares deficientes

Remuneração Mensal – Euros	Casado dois Titulares/Não casado	Casado Único Titular
Até 1.693,00	0,0%	0,0%
Até 1.734,00	1,0%	0,0%
Até 1.940,00	2,5%	1,0%
Até 2.013,00	4,5%	1,0%
Até 2.116,00	5,5%	2,0%
Até 2.220,00	6,5%	3,0%
Até 2.374,00	7,5%	4,5%
Até 2.478,00	8,5%	5,5%
Até 2.580,00	9,5%	6,0%
Até 2.621,00	11,0%	6,5%
Até 2.822,00	12,0%	7,0%
Até 2.923,00	13,0%	8,0%
Até 3.024,00	14,0%	9,0%
Até 3.125,00	15,0%	9,5%
Até 3.226,00	16,0%	10,5%
Até 3.326,00	17,0%	11,5%
Até 3.427,00	18,0%	13,0%
Até 3.629,00	19,0%	14,5%
Até 3.830,00	20,0%	15,5%
Até 4.032,00	21,0%	16,5%
Até 4.234,00	22,0%	17,5%
Superior a 4.234,00	23,0%	18,5%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabela IX

Rendimentos de pensões – Titulares deficientes das Forças Armadas

Remuneração Mensal - Euros	Casado dois Titulares/Não casado	Casado Único Titular
Até 1.693,00	0,0%	0,0%
Até 1.734,00	1,0%	0,0%
Até 1.940,00	2,5%	0,0%
Até 2.013,00	4,0%	1,0%
Até 2.116,00	5,0%	1,0%
Até 2.220,00	6,0%	2,5%
Até 2.374,00	7,0%	3,5%
Até 2.478,00	8,0%	5,0%
Até 2.580,00	9,0%	5,5%
Até 2.621,00	10,5%	6,0%
Até 2.822,00	11,5%	6,5%
Até 2.923,00	12,5%	7,5%
Até 3.024,00	13,5%	8,5%
Até 3.125,00	14,5%	9,0%
Até 3.226,00	15,5%	10,0%
Até 3.326,00	16,5%	11,0%
Até 3.427,00	17,5%	12,5%
Até 3.629,00	18,5%	14,0%
Até 3.830,00	19,5%	15,0%
Até 4.234,00	20,5%	16,0%
Até 4.536,00	21,5%	17,0%
Superior a 4.536,00	22,5%	18,0%

(Aprovada pelo Despacho nº 3074-A/2011, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 14 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, e aplicação ao apuramento do IRS a reter sobre rendimentos que venham a ser pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares a partir de 1 de Março de 2011.)

Tabelas de retenção – Madeira

(Aprovadas pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, posteriormente corrigido pela Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela I
Trabalho Dependente – Não casado

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 575,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 580,00	0,76%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 587,00	1,62%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 633,00	2,43%	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 675,00	3,24%	1,62%	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 726,00	4,05%	2,43%	1,62%	0,81%	0,00%	0,00%
Até 801,00	4,86%	4,05%	2,43%	1,62%	0,81%	0,00%
Até 907,00	5,67%	4,86%	3,24%	2,43%	1,62%	0,81%
Até 988,00	6,96%	6,09%	5,22%	3,48%	2,61%	1,74%
Até 1 048,00	7,86%	6,99%	6,11%	5,24%	3,50%	2,62%
Até 1 124,00	8,80%	7,92%	7,04%	6,16%	5,28%	4,40%
Até 1 205,00	9,68%	8,80%	7,92%	7,04%	6,16%	5,28%
Até 1 300,00	10,56%	9,68%	8,80%	7,92%	7,04%	6,16%
Até 1 401,00	11,44%	10,56%	9,68%	8,80%	8,80%	7,92%
Até 1 537,00	12,32%	11,44%	10,56%	10,56%	9,68%	8,80%
Até 1 683,00	13,64%	12,76%	12,76%	11,88%	11,00%	10,12%
Até 1 840,00	14,52%	13,64%	13,64%	12,76%	11,88%	11,88%
Até 1 945,00	15,40%	14,52%	14,52%	13,64%	13,64%	12,76%
Até 2 056,00	16,28%	15,40%	15,40%	14,52%	14,52%	13,64%
Até 2 182,00	18,72%	17,76%	17,76%	16,80%	16,80%	15,84%
Até 2 328,00	19,68%	18,72%	18,72%	17,76%	17,76%	16,80%
Até 2 495,00	20,64%	20,64%	19,68%	19,68%	18,72%	18,72%
Até 2 722,00	21,60%	21,60%	20,64%	20,64%	19,68%	19,68%
Até 3 054,00	22,56%	22,56%	21,60%	21,60%	20,64%	20,64%
Até 3 478,00	23,52%	23,52%	22,56%	22,56%	22,56%	21,60%
Até 4 052,00	24,48%	24,48%	23,52%	23,52%	23,52%	23,52%
Até 4 576,00	25,92%	25,44%	24,48%	24,48%	24,48%	24,48%
Até 5 111,00	26,88%	26,40%	26,40%	25,44%	25,44%	25,44%
Até 5 786,00	27,84%	27,36%	27,36%	26,40%	26,40%	26,40%
Até 6 653,00	29,28%	28,32%	28,32%	27,36%	27,36%	27,36%
Até 7 852,00	30,24%	29,28%	29,28%	29,28%	28,32%	28,32%
Até 9 455,00	31,68%	30,72%	30,72%	30,72%	30,72%	29,76%
Até 11 159,00	32,64%	31,68%	31,68%	31,68%	31,68%	30,72%
Até 18 648,00	33,60%	32,64%	32,64%	32,64%	32,64%	31,68%
Até 20 000,00	34,56%	33,60%	33,60%	33,60%	33,60%	32,64%
Até 22 500,00	35,04%	34,56%	34,56%	34,56%	34,56%	33,60%
Até 25 000,00	35,52%	35,52%	35,52%	35,52%	35,52%	34,56%
Superior a 25 000,00	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	35,52%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela II
Trabalho Dependente – Casado único titular

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 675,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 696,00	0,82%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 741,00	1,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 781,00	2,44%	0,82%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 822,00	3,25%	1,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 872,00	4,06%	3,25%	1,63%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 958,00	4,87%	4,06%	3,25%	1,63%	0,00%	0,00%
Até 1 063,00	5,68%	4,87%	4,06%	3,25%	1,63%	0,82%
Até 1 205,00	6,49%	5,68%	4,87%	4,06%	3,25%	2,44%
Até 1 381,00	7,84%	6,97%	6,10%	5,23%	4,36%	4,36%
Até 1 603,00	8,74%	7,87%	6,99%	6,99%	6,12%	5,25%
Até 1 704,00	9,68%	8,80%	8,80%	7,92%	7,04%	7,04%
Até 1 819,00	10,56%	9,68%	9,68%	8,80%	7,92%	7,92%
Até 1 966,00	11,44%	10,56%	10,56%	9,68%	9,68%	8,80%
Até 2 122,00	12,32%	11,44%	11,44%	10,56%	10,56%	9,68%
Até 2 308,00	13,20%	13,20%	12,32%	11,44%	11,44%	10,56%
Até 2 525,00	14,08%	14,08%	13,20%	13,20%	12,32%	12,32%
Até 2 888,00	14,96%	14,96%	14,08%	14,08%	13,20%	13,20%
Até 3 301,00	16,28%	16,28%	15,40%	15,40%	14,52%	14,52%
Até 3 553,00	17,16%	17,16%	16,28%	16,28%	16,28%	15,40%
Até 3 820,00	19,68%	19,68%	18,72%	18,72%	18,72%	17,76%
Até 4 143,00	20,64%	20,64%	19,68%	19,68%	19,68%	19,68%
Até 4 531,00	22,08%	21,60%	20,64%	20,64%	20,64%	20,64%
Até 4 995,00	23,04%	22,56%	22,56%	21,60%	21,60%	21,60%
Até 5 564,00	24,00%	23,52%	23,52%	22,56%	22,56%	22,56%
Até 6 280,00	24,96%	24,48%	24,48%	23,52%	23,52%	23,52%
Até 7 207,00	25,92%	25,44%	25,44%	24,48%	24,48%	24,48%
Até 8 306,00	26,88%	26,40%	26,40%	26,40%	25,44%	25,44%
Até 9 188,00	27,84%	27,36%	27,36%	27,36%	26,40%	26,40%
Até 10 282,00	28,80%	28,32%	28,32%	28,32%	28,32%	27,36%
Até 13 860,00	29,76%	29,28%	29,28%	29,28%	29,28%	28,32%
Até 19 898,00	30,72%	30,24%	30,24%	30,24%	30,24%	29,28%
Até 22 500,00	31,68%	31,20%	31,20%	31,20%	31,20%	30,24%
Até 25 000,00	32,16%	32,16%	32,16%	32,16%	32,16%	31,20%
Até 28 000,00	33,12%	33,12%	33,12%	33,12%	33,12%	32,16%
Superior a 28 000,00	34,08%	34,08%	34,08%	34,08%	34,08%	33,12%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela III
Trabalho Dependente – Casado dois titulares

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 575,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 580,00	0,76%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 587,00	1,62%	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 633,00	2,43%	1,62%	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 675,00	3,24%	2,43%	1,62%	0,81%	0,81%	0,00%
Até 726,00	4,05%	3,24%	2,43%	1,62%	1,62%	0,81%
Até 801,00	4,86%	4,05%	3,24%	3,24%	2,43%	1,62%
Até 907,00	5,67%	4,86%	4,86%	4,05%	3,24%	2,43%
Até 988,00	6,96%	6,09%	6,09%	5,22%	4,35%	4,35%
Até 1 048,00	7,86%	6,99%	6,99%	6,11%	5,24%	5,24%
Até 1 124,00	8,80%	7,92%	7,92%	7,04%	7,04%	6,16%
Até 1 205,00	9,68%	8,80%	8,80%	7,92%	7,92%	7,04%
Até 1 300,00	10,56%	10,56%	9,68%	9,68%	8,80%	8,80%
Até 1 401,00	11,44%	11,44%	10,56%	10,56%	9,68%	9,68%
Até 1 537,00	12,32%	12,32%	11,44%	11,44%	10,56%	10,56%
Até 1 683,00	13,64%	13,64%	12,76%	12,76%	12,76%	11,88%
Até 1 840,00	14,52%	14,52%	13,64%	13,64%	13,64%	12,76%
Até 1 945,00	15,40%	15,40%	14,52%	14,52%	14,52%	13,64%
Até 2 056,00	17,76%	17,76%	16,80%	16,80%	16,80%	16,80%
Até 2 182,00	18,72%	18,72%	17,76%	17,76%	17,76%	17,76%
Até 2 328,00	19,68%	19,68%	19,68%	18,72%	18,72%	18,72%
Até 2 495,00	20,64%	20,64%	20,64%	19,68%	19,68%	19,68%
Até 2 722,00	21,60%	21,60%	21,60%	20,64%	20,64%	20,64%
Até 3 054,00	22,56%	22,56%	22,56%	21,60%	21,60%	21,60%
Até 3 478,00	23,52%	23,52%	23,52%	22,56%	22,56%	22,56%
Até 4 052,00	24,48%	24,48%	24,48%	24,48%	23,52%	23,52%
Até 4 576,00	25,92%	25,44%	25,44%	25,44%	24,48%	24,48%
Até 5 111,00	26,88%	26,40%	26,40%	26,40%	26,40%	25,44%
Até 5 786,00	27,84%	27,36%	27,36%	27,36%	27,36%	26,40%
Até 6 653,00	29,28%	28,32%	28,32%	28,32%	28,32%	28,32%
Até 7 852,00	30,24%	29,28%	29,28%	29,28%	29,28%	29,28%
Até 9 455,00	31,68%	30,72%	30,72%	30,72%	30,72%	30,72%
Até 11 159,00	32,64%	31,68%	31,68%	31,68%	31,68%	31,68%
Até 18 648,00	33,60%	32,64%	32,64%	32,64%	32,64%	32,64%
Até 20 000,00	34,56%	33,60%	33,60%	33,60%	33,60%	33,60%
Até 22 500,00	35,04%	34,56%	34,56%	34,56%	34,56%	34,56%
Até 25 000,00	35,52%	35,52%	35,52%	35,52%	35,52%	35,52%
Superior a 25 000,00	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela IV
Trabalho Dependente – Não casado – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1 391,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 1 431,00	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 1 613,00	1,62%	0,81%	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 1 925,00	3,03%	2,16%	2,16%	0,87%	0,87%	0,00%
Até 2 046,00	3,92%	3,05%	3,05%	2,18%	2,18%	1,31%
Até 2 177,00	5,85%	4,05%	4,05%	4,05%	3,15%	3,15%
Até 2 278,00	8,16%	6,24%	5,28%	5,28%	4,32%	4,32%
Até 2 439,00	10,08%	8,16%	7,20%	7,20%	6,24%	5,28%
Até 2 520,00	11,04%	10,08%	9,12%	9,12%	7,20%	7,20%
Até 2 621,00	12,00%	11,04%	10,08%	10,08%	9,12%	9,12%
Até 2 883,00	12,96%	12,00%	11,04%	11,04%	11,04%	11,04%
Até 3 195,00	13,92%	12,96%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
Até 3 528,00	14,88%	13,92%	12,96%	12,96%	12,96%	12,96%
Até 3 659,00	15,84%	14,88%	14,88%	13,92%	13,92%	13,92%
Até 3 871,00	16,80%	15,84%	15,84%	14,88%	14,88%	14,88%
Até 4 284,00	17,76%	16,80%	16,80%	15,84%	15,84%	15,84%
Até 4 546,00	18,72%	17,76%	17,76%	16,80%	16,80%	16,80%
Até 4 838,00	19,68%	18,72%	18,72%	17,76%	17,76%	17,76%
Até 5 121,00	20,64%	19,68%	19,68%	18,72%	18,72%	18,72%
Até 5 544,00	21,60%	20,64%	20,64%	20,64%	19,68%	19,68%
Até 5 967,00	22,56%	21,60%	21,60%	21,60%	20,64%	20,64%
Até 6 693,00	23,52%	22,56%	22,56%	22,56%	21,60%	21,60%
Até 7 157,00	24,48%	23,52%	23,52%	23,52%	22,56%	22,56%
Até 7 731,00	25,44%	24,48%	24,48%	24,48%	24,48%	23,52%
Até 8 407,00	26,40%	25,44%	25,44%	25,44%	25,44%	24,48%
Até 9 183,00	27,36%	26,40%	26,40%	26,40%	25,44%	25,44%
Até 9 909,00	28,32%	27,36%	27,36%	27,36%	27,36%	26,40%
Até 12 398,00	29,28%	28,32%	28,32%	28,32%	28,32%	27,36%
Superior a 12 398,00	30,24%	29,28%	29,28%	29,28%	29,28%	28,32%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela V
Trabalho Dependente – Casado único titular – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1 724,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 1 875,00	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 1 940,00	1,62%	0,81%	0,81%	0,81%	0,00%	0,00%
Até 2 303,00	2,60%	2,60%	1,73%	1,73%	0,87%	0,87%
Até 2 480,00	3,48%	3,48%	2,61%	2,61%	1,74%	1,74%
Até 2 722,00	5,40%	5,40%	4,50%	4,50%	4,50%	3,60%
Até 2 923,00	6,72%	6,72%	5,76%	5,76%	5,76%	4,80%
Até 3 135,00	8,16%	8,16%	7,20%	7,20%	7,20%	6,24%
Até 3 301,00	9,12%	9,12%	8,16%	8,16%	8,16%	8,16%
Até 3 457,00	10,08%	10,08%	9,12%	9,12%	9,12%	9,12%
Até 3 558,00	11,04%	11,04%	11,04%	10,08%	10,08%	10,08%
Até 3 765,00	12,00%	12,00%	12,00%	11,04%	11,04%	11,04%
Até 3 871,00	12,96%	12,96%	12,96%	12,00%	12,00%	12,00%
Até 4 183,00	13,92%	13,92%	13,92%	12,96%	12,96%	12,96%
Até 4 385,00	14,88%	14,88%	14,88%	13,92%	13,92%	13,92%
Até 4 813,00	15,84%	15,84%	15,84%	14,88%	14,88%	14,88%
Até 5 232,00	16,80%	16,80%	16,80%	15,84%	15,84%	15,84%
Até 5 438,00	17,76%	17,76%	17,76%	17,76%	16,80%	16,80%
Até 5 867,00	18,72%	18,72%	18,72%	18,72%	17,76%	17,76%
Até 6 174,00	19,68%	19,68%	19,68%	19,68%	18,72%	18,72%
Até 6 749,00	20,64%	20,64%	20,64%	20,64%	19,68%	19,68%
Até 7 268,00	21,60%	21,60%	21,60%	21,60%	21,60%	20,64%
Até 8 094,00	22,56%	22,56%	22,56%	22,56%	22,56%	21,60%
Até 9 032,00	23,52%	23,52%	23,52%	23,52%	23,52%	22,56%
Até 10 070,00	24,48%	24,48%	24,48%	24,48%	24,48%	23,52%
Até 11 108,00	25,44%	25,44%	25,44%	25,44%	25,44%	24,48%
Até 12 802,00	26,40%	26,40%	26,40%	26,40%	26,40%	25,44%
Superior a 12 802,00	27,36%	27,36%	27,36%	27,36%	27,36%	26,40%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela VI
Trabalho Dependente – Casado dois titulares – Deficiente

Remuneração Mensal – Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 1 391,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 1 431,00	0,81%	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Até 1 613,00	1,62%	1,62%	0,81%	0,81%	0,81%	0,00%
Até 1 925,00	3,03%	3,03%	2,16%	2,16%	2,16%	1,30%
Até 2 046,00	3,92%	3,92%	3,05%	3,05%	3,05%	3,05%
Até 2 177,00	5,85%	4,95%	4,95%	4,95%	4,05%	4,05%
Até 2 278,00	8,16%	7,20%	6,24%	6,24%	6,24%	6,24%
Até 2 439,00	10,08%	9,12%	8,16%	8,16%	7,20%	7,20%
Até 2 520,00	11,04%	10,08%	10,08%	10,08%	9,12%	9,12%
Até 2 621,00	12,00%	11,04%	11,04%	11,04%	10,08%	10,08%
Até 2 883,00	12,96%	12,00%	12,00%	12,00%	11,04%	11,04%
Até 3 195,00	13,92%	12,96%	12,96%	12,96%	12,00%	12,00%
Até 3 528,00	14,88%	13,92%	13,92%	13,92%	12,96%	12,96%
Até 3 659,00	15,84%	14,88%	14,88%	14,88%	14,88%	13,92%
Até 3 871,00	16,80%	15,84%	15,84%	15,84%	15,84%	14,88%
Até 4 284,00	17,76%	16,80%	16,80%	16,80%	16,80%	15,84%
Até 4 546,00	18,72%	17,76%	17,76%	17,76%	17,76%	17,76%
Até 4 838,00	19,68%	18,72%	18,72%	18,72%	18,72%	18,72%
Até 5 121,00	20,64%	19,68%	19,68%	19,68%	19,68%	19,68%
Até 5 544,00	21,60%	20,64%	20,64%	20,64%	20,64%	20,64%
Até 5 967,00	22,56%	21,60%	21,60%	21,60%	21,60%	21,60%
Até 6 693,00	23,52%	22,56%	22,56%	22,56%	22,56%	22,56%
Até 7 157,00	24,48%	23,52%	23,52%	23,52%	23,52%	23,52%
Até 7 731,00	25,44%	24,48%	24,48%	24,48%	24,48%	24,48%
Até 8 407,00	26,40%	25,44%	25,44%	25,44%	25,44%	25,44%
Até 9 183,00	27,36%	26,40%	26,40%	26,40%	26,40%	26,40%
Até 9 909,00	28,32%	27,36%	27,36%	27,36%	27,36%	27,36%
Até 12 398,00	29,28%	28,32%	28,32%	28,32%	28,32%	28,32%
Superior a 12 398,00	30,24%	29,28%	29,28%	29,28%	29,28%	29,28%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela VII
Pensões

Remuneração Mensal - Euros	Casado dois Titulares/Não Casado	Casado Único Titular
Até 675,00	0,00%	0,00%
Até 696,00	0,81%	0,00%
Até 764,00	1,62%	0,00%
Até 847,00	2,43%	0,81%
Até 939,00	3,24%	1,62%
Até 1 012,00	4,05%	1,62%
Até 1 094,00	4,86%	2,43%
Até 1 125,00	5,67%	2,43%
Até 1 208,00	6,50%	3,24%
Até 1 280,00	7,50%	3,24%
Até 1 383,00	8,50%	4,05%
Até 1 487,00	10,50%	4,88%
Até 1 621,00	11,52%	5,68%
Até 1 755,00	12,48%	6,90%
Até 1 838,00	12,96%	7,71%
Até 1 940,00	13,92%	10,08%
Até 2 044,00	15,84%	11,04%
Até 2 167,00	16,80%	12,00%
Até 2 302,00	18,24%	12,96%
Até 2 456,00	19,20%	13,44%
Até 2 591,00	20,16%	14,40%
Até 2 671,00	21,60%	15,36%
Até 2 822,00	22,56%	16,32%
Até 2 994,00	23,52%	16,32%
Até 3 195,00	24,48%	18,24%
Até 3 377,00	25,44%	19,20%
Até 3 588,00	26,40%	20,16%
Até 3 830,00	27,36%	22,08%
Até 4 103,00	28,32%	23,04%
Até 4 385,00	29,28%	24,00%
Até 4 647,00	31,20%	24,96%
Até 4 909,00	32,16%	25,92%
Até 5 211,00	33,12%	26,88%
Até 5 645,00	34,08%	27,84%
Até 7 661,00	35,04%	28,80%
Até 8 000,00	36,00%	29,76%
Até 9 200,00	36,00%	30,72%
Até 11 000,00	36,48%	30,72%
Superior a 11 000,00	36,96%	31,20%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela VIII
Rendimentos de pensões – Titulares deficientes

Remuneração Mensal – Euros	Casado dois Titulares/Não casado	Casado Único Titular
Até 1 693,00	0,00%	0,00%
Até 1 734,00	0,81%	0,00%
Até 1 940,00	2,03%	0,81%
Até 2 013,00	3,65%	0,81%
Até 2 116,00	4,46%	1,62%
Até 2 220,00	5,27%	2,43%
Até 2 374,00	6,08%	3,65%
Até 2 478,00	6,89%	4,46%
Até 2 580,00	7,72%	4,87%
Até 2 621,00	9,17%	5,41%
Até 2 822,00	10,21%	5,95%
Até 2 923,00	12,41%	7,63%
Até 3 024,00	13,44%	8,64%
Até 3 125,00	14,40%	9,12%
Até 3 226,00	15,36%	10,08%
Até 3 326,00	16,32%	11,04%
Até 3 427,00	17,28%	12,48%
Até 3 629,00	18,24%	13,92%
Até 3 830,00	19,20%	14,88%
Até 4 032,00	20,16%	15,84%
Até 4 234,00	21,12%	16,80%
Superior a 4 234,00	22,08%	17,76%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Tabela IX

Rendimentos de pensões – Titulares deficientes das Forças Armadas

Remuneração Mensal - Euros	Casado dois Titulares/Não casado	Casado Único Titular
Até 1 693,00	0,00%	0,00%
Até 1 734,00	0,81%	0,00%
Até 1 940,00	2,03%	0,00%
Até 2 013,00	3,24%	0,81%
Até 2 116,00	4,05%	0,81%
Até 2 220,00	4,86%	2,03%
Até 2 374,00	5,67%	2,84%
Até 2 478,00	6,48%	4,06%
Até 2 580,00	7,31%	4,47%
Até 2 621,00	8,75%	5,00%
Até 2 822,00	9,78%	5,53%
Até 2 923,00	11,93%	7,16%
Até 3 024,00	12,96%	8,16%
Até 3 125,00	13,92%	8,64%
Até 3 226,00	14,88%	9,60%
Até 3 326,00	15,84%	10,56%
Até 3 427,00	16,80%	12,00%
Até 3 629,00	17,76%	13,44%
Até 3 830,00	18,72%	14,40%
Até 4 234,00	19,68%	15,36%
Até 4 536,00	20,64%	16,32%
Superior a 4 536,00	21,60%	17,28%

(Aprovada pelo Despacho nº 1/2011/M, de 10 de Fevereiro, D.R. (II série) de 18 de Fevereiro, com produção de efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos da Declaração de Rectificação nº 1/2011/M, de 21 de Fevereiro, D.R. (II série) de 1 de Março.)

Modelos e Formulários

Para sua conveniência segue-se o *link* para o Portal das Finanças:

[Modelos e Formulários – IRS](#)